



Portobello Grupo
Resultados 4T21

PBG S.A.

Release de Resultados 4T21

31 de dezembro de 2021

Cotação (31/12/2021)

PTBL3 – R\$ 9,64

Valor de Mercado (31/12/2021)

R\$ 1.422,2 Milhões

US\$ 254,9 Milhões

Quantidade de ações (31/12/2021)

Ordinárias: 147.529.703

Tesouraria: 6.542.817

Quantidade de ações (17/03/2022)

Ordinárias: 140.986.886

Free Float = 39,5%

Relações com Investidores

Ronei Gomes

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Roger Nickhorn

Gerente Sr. de Planejamento Financeiro e Relações com Investidores

dri@portobello.com.br

<http://ri.portobello.com.br/>

Portobello Grupo

**Portobello Grupo consolida novo patamar de performance operacional em 2021.
Receita Líquida R\$ 1,9 bilhão, EBITDA R\$ 365 milhões e Lucro Líquido R\$ 188 milhões**

Tijucas, 17 de março de 2022. A PBG S.A. (B3: PTBL3), maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil, anuncia o resultado do quarto trimestre de 2021 (4T21). As informações apresentadas neste documento são baseadas nas Informações Financeiras Trimestrais consolidadas da PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

Destaques 4T21 e 2021

- **Receita Líquida de R\$ 520,2 milhões no 4T21**, com evolução de **29,7% vs. 4T20** e **R\$ 1,9 bilhão em 2021**, um aumento de **43,6% vs. 2020**, com crescimento em todas as Unidades de Negócios e destaque para **operações de varejo no Brasil e mercado internacional**.
- **Margem Bruta Ajustada e Recorrente de 45,1% no 4T21**, com melhoria de **5,8 p.p. vs. 4T20**. No ano de 2021, a Margem Bruta Ajustada e Recorrente atingiu **43,3%, 6,6 p.p. acima de 2020**.
- **EBITDA Ajustado e Recorrente de R\$ 96,4 milhões no 4T21**, **R\$ 21,8 milhões ou 29,1% acima do 4T20**. Em 2021, o EBITDA Ajustado e Recorrente foi de **R\$ 365,4 milhões, R\$ 190,8 milhões ou 109,3% superior a 2020** e com **Margem EBITDA de 19,1%, melhoria de 6,0 p.p. vs. 2020**.
- **Lucro Líquido Ajustado e Recorrente de R\$ 49,3 milhões no 4T21**, **R\$ 14,4 milhões ou 41,5% acima do 4T20**. No ano de 2021, o Lucro Líquido Ajustado e Recorrente alcançou **R\$ 188,0 milhões, um crescimento de R\$ 101,7 milhões ou 117,8% vs. 2020**.
- **Investimento em Capital de Giro de R\$ 270,4 milhões**, com aumento de **R\$ 75,1 milhões vs. 4T20**, porém com **melhoria no Ciclo de Conversão de Caixa**, atingindo 32 dias no 4T21 vs. 42 dias no 4T20 (**redução de 10 dias**).
- **Endividamento Líquido de R\$ 576,9 milhões no 4T21**, aumento de **R\$ 175,6 milhões vs. 4T20**, porém **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Recorrente reduziu para 1,6 vezes no 4T21**, uma **melhoria de 0,7 vezes vs. 4T20**, em função do forte crescimento do EBITDA Ajustado e Recorrente e redução no Ciclo de Conversão de Caixa.
- **Cotação da PTBL3 encerrou o ano de 2021 a R\$ 9,64 com valorização de 40,5% vs. 31 de dezembro de 2020**.

	4T20	4T21	▲ %	▲ Abs	2020	2021	▲ %	▲ Abs	
Desempenho	Receita Líquida	401,1	520,2	29,7%	119,0	1.331,8	1.912,1	43,6%	580,3
	Lucro Bruto Ajustado e Recorrente	157,5	234,7	49,0%	77,2	488,4	827,1	69,3%	338,7
	Margem Bruta Ajustada e Recorrente	39,3%	45,1%	5,8 p.p.		36,7%	43,3%	6,6 p.p.	
	Lucro Líquido	34,8	54,9	57,8%	20,1	128,2	216,2	68,7%	88,1
	Margem Líquida	8,7%	10,6%	1,9 p.p.		9,6%	11,3%	1,7 p.p.	
	Lucro Líquido Ajustado e Recorrente	34,8	49,3	41,5%	14,4	86,3	188,0	117,8%	101,7
	Margem Líquida Ajustada e Recorrente	8,7%	9,5%	0,8 p.p.		6,5%	9,8%	3,4 p.p.	
	EBITDA	74,7	94,5	26,5%	19,8	175,3	360,9	105,9%	185,6
	Margem EBITDA	18,6%	18,2%	-0,5 p.p.		13,2%	18,9%	5,7 p.p.	
	EBITDA Ajustado e Recorrente	74,7	96,4	29,1%	21,8	174,5	365,4	109,3%	190,8
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	18,6%	18,5%	-0,1 p.p.		13,1%	19,1%	6 p.p.		
Indicadores	Capital de Giro (R\$)	195,3	270,4	38,5%	75,1				
	Ciclo de Conversão de Caixa (dias)	42	32	-23,8%	(10)				
	Dívida Líquida	401,4	576,9	43,7%	175,6				
	Dívida Líquida/EBITDA	2,3	1,6	-30,2%	(0,7)				
PTBL3	Dívida líquida/EBITDA Ajustado e Recorrente	2,3	1,6	-31,4%	(0,7)				
	Cotação Fechamento	6,86	9,64	40,5%	2,78				

Portobello Grupo

Mensagem da Administração

Em 2021 o Portobello Grupo apresentou a consolidação do novo nível de performance operacional que vem ocorrendo desde o segundo semestre de 2020, momento em que todas suas unidades industriais passaram a operar a pleno - e que mantiveram este nível desde então - com crescimento de receita, manutenção de altos níveis de margem bruta e diluição de despesas, mesmo com forte pressão de custos. O desempenho positivo foi apresentado em todas as Unidades de Negócios, mas principalmente nas operações de varejo no Brasil e negócios internacionais. O ano foi o melhor da história de mais de 42 anos do Portobello Grupo em termos de receita, margens, geração de caixa, distribuição de dividendos entre diversos outros indicadores, e foi atingido graças ao esforço e comprometimento dos mais de 3.700 colaboradores que fazem parte do Grupo.

O mercado de revestimentos cerâmicos continua vivendo um momento muito positivo, com demanda elevada, e o Portobello Grupo canalizou as oportunidades e potencializou sua performance através do foco na geração de valor à Companhia e no nível de serviço prestado aos clientes.

No ano, foram distribuídos R\$ 102,7 milhões em dividendos aos acionistas, equivalentes a 50% do lucro líquido descontado das reservas de capital, mais R\$ 63,0 milhões em complemento ao exercício de 2020, correspondendo a um *dividend yield* de 15,3% sobre a cotação de fechamento do ano de 2020. Além disso, foram recompradas um total de 13,5 milhões de ações no valor de R\$ 153,7 milhões (preço médio de R\$ 11,38 por ação), equivalentes a 8,8% do total de ações antes destas operações, sendo que todas as ações recompradas foram canceladas. Considerando os dividendos distribuídos e as ações recompradas, foram distribuídos um total de R\$ 319,4 milhões aos acionistas da Companhia no ano de 2021.

Mantendo a diretriz estratégica de crescimento internacional, a Portobello Grupo iniciou no 4T21 as obras da nova planta nos Estados Unidos. O projeto da nova unidade, aprovado pelo Conselho de Administração no 3T21, deve entrar em operação no início de 2023 com um investimento de USD 160 milhões, sendo aproximadamente 50% financiado com operação de BtS (*Built to Suit*), e aproximadamente 50% através de recursos próprios para compra de equipamentos com financiamento de longo prazo de fornecedores. O projeto está na fase final de contratação de um parceiro internacional para financiamento de longo prazo em uma operação BtS.

A Receita Líquida no 4T21 alcançou R\$ 520,2 milhões, mantendo o patamar acima de R\$ 500 milhões, atingido no 3T21 pela primeira vez na história do Grupo, com crescimento de 29,7% vs. 4T20 e, no ano de 2021, a Receita Líquida totalizou R\$ 1.912,1 milhões, com crescimento de 43,6% vs. 2020.

No mercado interno, a Receita Líquida no 4T21 cresceu 28,8% vs. 4T20 e, no ano de 2021, houve crescimento de 41,9% vs. 2020. Segundo a ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), o faturamento do mercado de materiais de construção em 2021 apresentou crescimento nominal de 37,9% em comparação ao ano passado, o que demonstra crescimento das operações vs. mercado interno e evolução consistente de *market share*.

A Receita Líquida do mercado externo no 4T21 aumentou 33,2% vs. 4T20 (36,9% em Dólares) e, no ano de 2021, o crescimento foi de 50,0% vs. 2020 (47,0% em Dólares). Este crescimento ocorreu em função da expansão da distribuição e aumento do *ticket* médio nos Estados Unidos, aumento do volume vendido pela Unidade de Negócios Portobello América, assim como da maior atuação internacional das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

A Margem Bruta Ajustada e Recorrente continuou apresentando performance positiva, atingindo 45,1% no 4T21, com incremento de 5,8 p.p. vs. 4T20, e 43,3% no ano de 2021, com melhoria de 6,6 p.p. vs. 2020, devido principalmente aos aumentos de preços, ao melhor mix de produtos e às iniciativas de produtividade/eficiência de custos e ganhos de escala.

Portobello Grupo

O EBITDA Ajustado e Recorrente atingiu R\$ 96,4 milhões no 4T21, com Margem EBITDA Ajustada e Recorrente de 18,5%, em linha com o 4T20. No ano de 2021, o EBITDA Ajustado e Recorrente da Companhia atingiu R\$ 365,4 milhões em 2021, com Margem EBITDA Ajustada e Recorrente de 19,1% e incremento de 6,0 p.p. vs. 2020, em função da progressão na Margem Bruta Ajustada e Recorrente de 6,6 p.p., e da redução das Despesas Operacionais Ajustadas de 0,2 p.p. vs. 2020 na relação com a Receita Líquida, devido a ganho de escala.

O investimento em Capital de Giro no 4T21 foi de R\$ 270,4 milhões, aumento de R\$ 75,1 milhões vs. 4T20, com aumento no volume dos negócios sendo minimizado pela redução de 10 dias no Ciclo de Conversão de Caixa, atingindo 32 dias no 4T21 vs. 42 dias no 4T20. Essa redução ocorreu em função da melhoria na gestão da carteira de recebíveis e das iniciativas de alongamento de prazos de fornecedores.

A Companhia encerrou o 4T21 com endividamento líquido de R\$ 576,9 milhões com relação entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado e Recorrente de 1,6 vezes. A redução da alavancagem de 0,7 vezes em comparação ao 4T20 ocorreu em função do aumento consistente do EBITDA Ajustado e Recorrente combinado com a melhoria no Ciclo de Conversão de Caixa.

No 3T21 a Companhia fez uma captação de R\$ 430 milhões no mercado através de Debentures e NCEs (Notas de Crédito Exportação) com prazo de pagamento de 5 anos e 2 anos de carência. Como parte da estratégia de captação e alongamento do perfil da dívida bancária, no 4T21 a Companhia liquidou as dívidas bancárias de prazos mais curtos, fazendo com que o prazo médio da dívida bancária (*duration*) atingisse 4,4 anos, o que representa alongamento de 0,8 anos vs. prazo médio no final do ano de 2020.

Os investimentos de CapEx do 4T21 totalizaram R\$ 47,6 milhões, sendo que 38% foram destinados a investimentos na Unidade de Negócios Portobello América e 50% para investimentos na planta de Tijucas-SC. No ano de 2021, o valor investido foi de R\$ 114,8 milhões, dos quais, 34% destinados a investimentos na Portobello América, 36% foram destinados à planta de Tijucas-SC. Os demais valores de investimentos foram destinados principalmente aos projetos comerciais da Unidade Portobello Shop e projetos corporativos do Grupo.

Desempenho das Unidades de Negócios

A Unidade de Negócios Portobello Shop encerrou o 4T21 com Receita Líquida de R\$ 183,3 milhões, um crescimento de 45,9% vs. 4T20, e no ano de 2021, atingiu R\$ 632,6 milhões, com crescimento de 60,7% vs. 2020, por meio da gestão de 138 lojas em todo país, sendo destas, 18 unidades próprias. O ICVA (Índice Cielo do Varejo Ampliado), que mede o setor de varejo de materiais de construção no Brasil em valor, apresentou crescimento nominal de 4,6% de 2021 vs. 2020. A Receita Líquida com lojas próprias cresceu 78,3% em 2021 vs. 2020 e aumentou sua participação no total da Unidade de Negócios em 3,2 p.p. para 32,7%. A Margem Bruta Ajustada e Recorrente da Unidade de Negócios também progrediu, atingindo 46,6% no 4T21 com avanço de 6,5 p.p. vs. 4T20, e no ano de 2021, foi de 45,5%, com melhoria de 7,9 p.p vs. 2020.

A Unidade de Negócios Portobello apresentou Receita Líquida no 4T21 de R\$ 243,4 milhões, um crescimento 23,0% vs. 4T20, e no ano de 2021, atingiu R\$ 904,7 milhões, um crescimento de 32,6% vs. 2020. O crescimento obtido em 2021 em todos os canais (exportação, revendas multimarca e engenharia) veio alavancado pelo forte avanço na qualificação do mix, em especial com crescimento das lastras produzidas na planta de Tijucas-SC, e pela gestão de canais, com destaque para o mercado externo, com crescimento de 44,3% (41,1% em Dólares). Durante todo o ano de 2021 a Unidade de Negócios manteve operação com ocupação de 100% da capacidade, o que aliado ao programa de ganho de eficiência, a melhoria do *mix* de vendas e o aumento de preços viabilizou o crescimento da Margem Bruta Ajustada e Recorrente para 46,6% no 4T21, um avanço de 7,3 p.p. vs. 4T20, e no ano de 2021, atingiu 44,3%, apresentando também evolução positiva de 7,3 p.p vs. 2020. O foco da Unidade de Negócios durante o 4T21 foi a melhoria nos níveis de serviço, aliada ao correto balanceamento de estoques e atendimento da forte demanda, além da implantação de ações de ESG, tais como a revitalização da planta de Tijucas-SC e reduções no consumo de água.

Portobello Grupo

A Unidade de Negócios Pointer, marca de design democrático do Grupo, obteve no 4T21 Receita Líquida de R\$ 69,1 milhões, um crescimento de 6,1% vs. 4T20. No ano de 2021, a Receita Líquida foi de R\$ 269,8 milhões, um crescimento de 45,2% vs. 2020, com desempenho positivo em todos os canais em função do aumento de volume, ganho de produtividade, gestão de preços e *mix* mais qualificado com “Supercerâmicos”, com destaque para o mercado externo, que cresceu 99,4% (95,7% em Dólares). A Margem Bruta Ajustada e Recorrente foi de 40,3%, uma melhoria de 1,9 p.p vs. 4T20, enquanto no ano de 2021, foi de 40,0%, uma evolução de 9,2 p.p. vs. 2020, devido ao efeito positivo da qualificação do *mix* de produtos, a precificação e ao posicionamento da marca no Norte e Nordeste do Brasil. Também com a produção a pleno, a Unidade de Negócios continua focada em manter o nível de serviço frente a um mercado fortemente demandado.

A Unidade de Negócios Portobello América, atingiu no 4T21 Receita Líquida de R\$ 44,6 milhões, um crescimento de 43,3% vs. 4T20 (51,9% em Dólares), e no ano de 2021, alcançou R\$ 175,4 milhões, crescimento de 49,3% vs. 2020 (48,3% em Dólares). Este crescimento ocorreu principalmente em função da operação de distribuição local, que cresceu 76,9% (77,7% em Dólares) em 2021 vs. 2020. A Unidade de Negócios apresentou Margem Bruta Ajustada e Recorrente de 18,2% em 2021, uma redução pontual de 6,1 p.p. vs. 2020, em função do aumento de custos em Reais e o expressivo aumento nos fretes internacionais no 2S21. No 4T21 a Unidade de Negócios Portobello América fez o reajuste de preços necessário, levando em consideração a rentabilidade almejada, bem como a necessidade de aumento de escala construindo a demanda necessária para ocupação da fábrica nos Estados Unidos. Este reajuste começará a surtir efeito dentro do 1S22, com faturamento da carteira com novos patamares de preço.

Perspectivas 2022 e 1T22

- A expectativa da Companhia é que o mercado *premium* de materiais de construção/acabamento continue aquecido durante todo ano de 2022, com oportunidade crescimento vs. 2021 via aumento de preços e qualificação de *mix* de produtos, principalmente em função da continuidade na pressão de custos e limitação na capacidade instalada para crescimento significativo no volume de produção.
- A Companhia espera apresentar crescimento na Receita Líquida 2022 por volta de 20% vs. 2021, totalmente direcionado por aumento de preços e melhoria de *mix* de produtos para cobrir pressão de custos.
 - No 1T22, a Companhia esperar crescer a Receita Líquida por volta de 25% vs. 1T21. Em janeiro e fevereiro de 2022, a Companhia apresentou crescimento de Receita Líquida de 25% vs. mesmo período em 2021.
- A Companhia segue trabalhando para melhorar seus níveis de serviço, com objetivo de reduzir os prazos de entrega, minimizar os riscos de ruptura e aumentar o nível de satisfação de nossos clientes. Esta iniciativa abrange todas as Unidades de Negócios e reflete o esforço do Grupo em buscar maior eficiência logística e otimização dos custos de transporte.
- O foco da Companhia em 2022 continua sendo na manutenção da Margem Bruta Ajustada e Recorrente no patamar similar ao 2021, por volta de 43% da Receita Líquida, apesar da forte pressão inflacionária sobre custos (principalmente energéticos), através de aumento de preços, qualificação do *mix* de produtos e produtividade fabril, além da gestão rigorosa nas escolhas relativas a custos operacionais.
- A expectativa da Companhia é que a Margem EBITDA Ajustada e Recorrente em 2022 se mantenha no mesmo patamar de 2021, por volta de 19% da Receita Líquida.

Portobello Grupo

- O plano de investimentos de CapEx de 2022 está estimado pela Companhia na magnitude de R\$ 280 milhões, dos quais por volta de 40% serão destinados a aquisição de equipamentos e infraestrutura para fábrica da Unidade de Negócios Portobello América, por volta de 25% para os projetos estratégicos relacionados ao crescimento do varejo no Brasil e fortalecimento das iniciativas digitais da Unidade de Negócios Portobello Shop, e por volta de 35% para os investimentos em atualização tecnológica e ampliação das plantas industriais das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.
- A gestão de Capital de Giro também continua sendo uma prioridade para Companhia e a expectativa é que o Ciclo de Conversão de Caixa no final de 2022 se mantenha em linha com o desempenho no final de 2021, porém com possíveis incrementos pontuais durante os trimestres do ano, em função de pequenas correções no nível de estoques com o objetivo de melhorar o nível de serviço a clientes, minimizados pela continuidade na melhoria da carteira de recebíveis e pela gestão estratégica do prazo de fornecedores.
- A Companhia continua com sua forte disciplina na gestão financeira, foco na preservação da liquidez e austeridade nas escolhas de investimentos, e a expectativa é que relação Dívida Líquida/EBITDA se mantenha em um patamar abaixo de 2,5 vezes o EBITDA Ajustado e Recorrente do ano, que é a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

COVID-19

Durante o 4T21, tivemos o avanço da variante *Ômicron*, que fez a Companhia manter a cautela com relação aos protocolos de segurança relacionados à COVID-19, com a volta de parcela significativa das equipes administrativas para o regime de trabalho em *home office*.

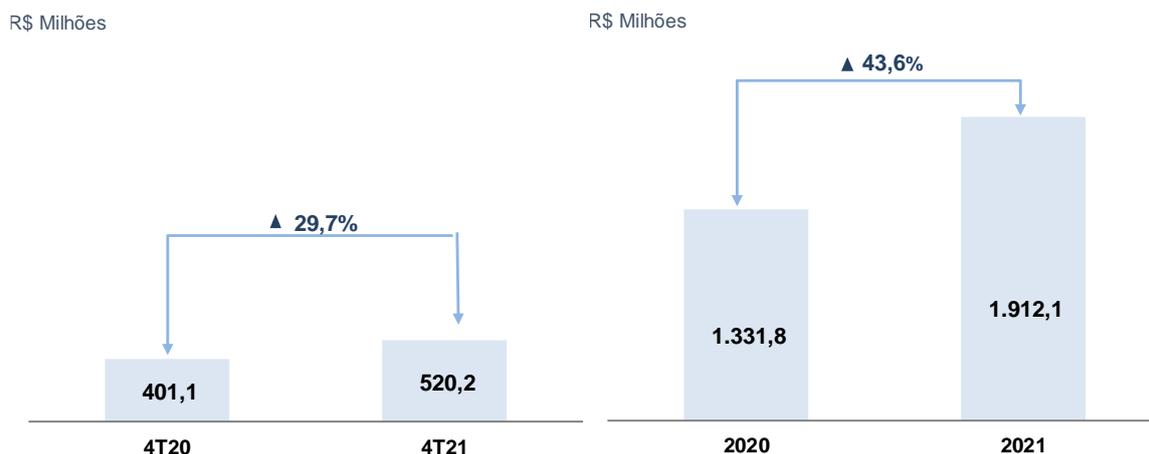
Desempenho Econômico-Financeiro

	4T20	4T21	▲ %	▲ Abs	2020	2021	▲ %	▲ Abs	
Desempenho	Receita Líquida	401,1	520,2	29,7%	119,0	1.331,8	1.912,1	43,6%	580,3
	Lucro Bruto	157,5	234,7	49,0%	77,2	460,4	827,1	79,6%	366,6
	Margem Bruta	39,3%	45,1%	5,8 p.p.		34,6%	43,3%	8,7 p.p.	
	Lucro Bruto Ajustado e Recorrente	157,5	234,7	49,0%	77,2	488,4	827,1	69,3%	338,7
	Margem Bruta Ajustada e Recorrente	39,3%	45,1%	5,8 p.p.		36,7%	43,3%	6,6 p.p.	
	EBIT	57,5	71,6	24,5%	14,1	115,6	288,7	149,8%	173,2
	Margem EBIT	14,3%	13,8%	-0,6 p.p.		8,7%	15,1%	1,4p.p.	
	Lucro Líquido	34,8	54,9	57,8%	20,1	128,2	216,2	68,7%	88,1
	Margem Líquida	8,7%	10,6%	1,9 p.p.		9,6%	11,3%	1,7 p.p.	
	Lucro Líquido Ajustado e Recorrente	34,8	49,3	41,5%	14,4	86,3	188,0	117,8%	101,7
	Margem Líquida Ajustada e Recorrente	8,7%	9,5%	0,8 p.p.		6,5%	9,8%	3,4 p.p.	
	EBITDA	74,7	94,5	26,5%	19,8	175,3	360,9	105,9%	185,6
Margem EBITDA	18,6%	18,2%	-0,5p.p.		13,2%	18,9%	5,7 p.p.		
EBITDA Ajustado e Recorrente	74,7	96,4	29,1%	21,8	174,5	365,4	109,3%	190,8	
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente	18,6%	18,5%	-0,1 p.p.		13,1%	19,1%	6 p.p.		
Indicadores	Capital de Giro (R\$)	195,3	270,4	38,5%	75,1				
	Ciclo de Conversão de Caixa (dias)	42	32	-23,8%	(10)				
	Dívida Líquida	401,4	576,9	43,7%	175,6				
	Dívida Líquida/EBITDA	2,3	1,6	-30,2%	(0,7)				
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Recorrente	2,3	1,6	-31,4%	(0,7)					
PTBL3	Cotação Fechamento	6,86	9,64	40,5%	2,78				
	Valor de Mercado	1.012,1	1.422,2	40,5%	410,1				
	Volume Médio Mensal de Negociação (12 Meses)	241,4	718,0	197,5%	476,7				
	Volume Médio Diário de Negociação (ADTV)	23,9	11,8	-50,5%	(12,1)				

Portobello Grupo

Receita Líquida

A Receita Líquida totalizou R\$ 520,2 milhões no 4T21, acréscimo de 29,7% vs. 4T20. No ano de 2021, a Receita Líquida atingiu R\$ 1.912,1 milhões, com aumento de 43,6% vs. 2020. Este crescimento é resultado principalmente: (i) *mix* de produtos de maior valor agregado, com preços maiores, (ii) ampliação da participação do varejo, e (iii) ampliação da participação dos negócios internacionais.



A Receita Líquida do mercado interno cresceu 28,8% no 4T21 vs. 4T20 e em 2021 41,9% vs. 2020, enquanto o setor de materiais de construção (em valor) cresceu nominalmente 37,9% em 2021 vs. 2020, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). Segundo a ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos), o volume de vendas de revestimentos cerâmicos (em metros quadrados) cresceu 12,2% em 2021 vs. 2020.

A Receita Líquida do mercado externo cresceu 33,2% no 4T21 vs. 4T20 (36,9% em Dólares) e 50,0% em 2021 vs. 2020 (47,0% em Dólares). Este acréscimo foi influenciado pela expansão da Unidade de Negócios Portobello América e o crescimento das exportações das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

R\$ milhões	4T20	4T21	▲ %	▲ Abs	2020	2021	▲ %	▲ Abs
Receita líquida	401,1	520,2	29,7%	119,0	1.331,8	1.912,1	43,6%	580,3
Mercado Interno	322,9	415,9	28,8%	93,0	1.063,6	1.510,2	41,9%	446,6
Mercado Externo	78,2	104,2	33,2%	26,0	268,1	401,9	50,0%	133,8
US\$ milhões	4T20	4T21	▲ %	▲ Abs	2020	2021	▲ %	▲ Abs
Mercado Externo	14,5	19,8	36,9%	5,3	51,9	76,4	47,0%	24,4

A Unidade de Negócios Portobello Shop atingiu Receita Líquida de R\$ 183,3 milhões no 4T21, 45,9% acima do 4T20, e R\$ 632,6 milhões no ano de 2021, um aumento de 60,7% vs. 2020. O forte crescimento da receita da Portobello Shop foi gerado especialmente pela performance da rede de lojas próprias, sendo no trimestre influenciado principalmente por preço e *mix*, enquanto no ano foi impulsionado também por aumento do volume.

A Unidade de Negócios Portobello apresentou crescimento de 23,0% na Receita Líquida no 4T21 vs. 4T20, atingindo R\$ 243,4 milhões, e 32,6% no ano de 2021 vs. 2020, atingindo R\$ 904,7 milhões. A melhoria da performance da Unidade foi sustentada pelo aumento de preços e qualificação do *mix*, em especial com forte crescimento das lastras. Destaque para o mercado externo, com crescimento no ano de 44,3% (41,1% em Dólares).

Portobello Grupo

A Unidade de Negócios Pointer, marca de design democrático do Grupo, obteve no 4T21 Receita Líquida de R\$ 69,1 milhões, um crescimento de 6,1% vs. 4T20. No ano de 2021, a Receita Líquida foi de R\$ 269,8 milhões, um crescimento de 45,2% vs. 2020, com desempenho positivo por gestão de preços e portfólio mais qualificado, com importante crescimento no mercado externo, que obteve incremento de 99,4% (95,7% em Dólares) vs. 2020.

A Unidade de Negócios Portobello América, atingiu no 4T21 Receita Líquida de R\$ 44,6 milhões, um crescimento de 43,3% vs. 4T20 (51,9% em Dólares), e no ano de 2021, alcançou R\$ 175,4 milhões, crescimento de 49,3% vs. 2020 (48,3% em Dólares). Este crescimento foi motivado pelo ganho de *market share* no mercado Norte Americano, através do aumento de 28,6% no volume vendido vs. 2020.

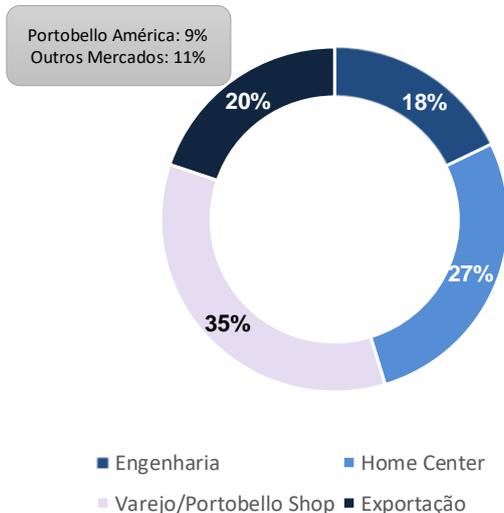
R\$ milhões	4T20	4T21	▲ %	▲ Abs	2020	2021	▲ %	▲ Abs
Consolidado	401,1	520,2	29,7%	119,0	1.331,8	1.912,1	43,6%	580,3
UN Portobello	197,8	243,4	23,0%	45,5	682,0	904,7	32,5%	222,6
UN Shop	125,6	183,3	45,9%	57,7	393,7	632,6	60,6%	238,9
UN Pointer	65,2	69,1	6,1%	4,0	185,8	269,8	45,1%	83,9
UN Portobello América	31,2	44,6	43,1%	13,4	117,5	175,4	49,4%	57,9
(-) Eliminações ¹	(18,7)	(20,3)	8,6%	(1,6)	(47,3)	(70,3)	48,7%	(23,0)

US\$ milhões	4T20	4T21	▲ %	▲ Abs	2020	2021	▲ %	▲ Abs
UN Portobello América	5,8	8,8	51,9%	3,0	22,7	33,7	48,3%	11,0

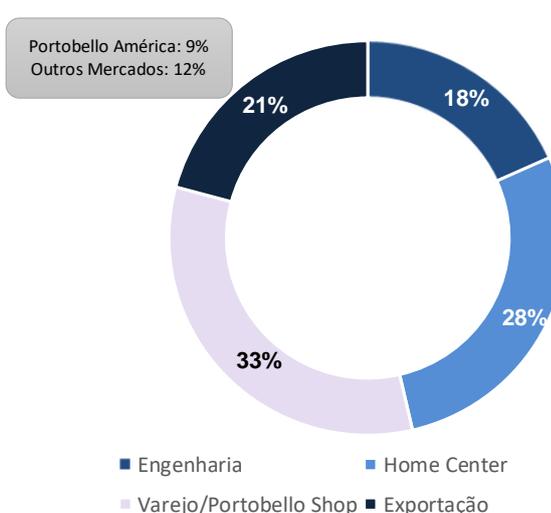
¹ Operações intercompany

A participação entre os canais de venda no 4T21 segue consistente com o *mix* do ano de 2021. Destaque para as vendas no varejo, que participam em 33% do total de Receita Líquida do Grupo em 2021 (35% no 4T21), e das exportações que no ano, ultrapassaram o patamar de 21% de participação na Receita Líquida do Grupo, sendo 9% para Unidade de Negócios Portobello América nos Estados Unidos e 12% para os outros mercados das Unidades de Negócios Portobello e Pointer. Importante mencionar que o canal Engenharia, que serve as maiores construtoras nacionais e regionais de alto padrão, representa 18% da Receita Líquida do Grupo.

Receita Líquida 4T21



Receita Líquida 2021



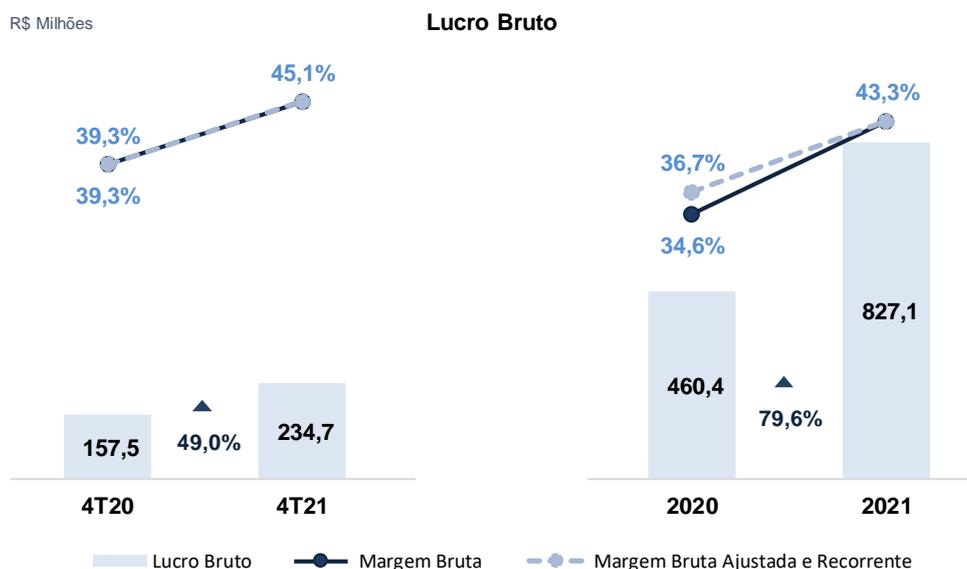
Portobello Grupo

Lucro Bruto

O Lucro Bruto Ajustado e Recorrente no 4T21 aumentou 49,0% vs. 4T20, e no ano de 2021 o aumento foi de 69,3% vs. o ano anterior. Em 2020, o Lucro Bruto foi negativamente impactado pela redução na receita decorrente da ociosidade (R\$ 27,9 milhões de custo de paradas não-recorrentes durante a pandemia), e consequente falta de diluição custo fixo.

R\$ Milhões	4T20	4T21	▲ %	▲ Abs	2020	2021	▲ %	▲ Abs
Receita Operacional Líquida	401,1	520,2	29,7%	119,0	1331,8	1912,1	43,6%	580,3
Custo Produto Vendido (CPV)	(243,6)	(285,5)	17,2%	41,9	(843,4)	(1.085,0)	28,6%	241,6
Custos Ociosidade	-	-	0,0%	0,0	(27,9)	-	-	(27,9)
Lucro Operacional Bruto	157,5	234,7	49,0%	77,2	460,4	827,1	79,6%	366,6
Margem Bruta	39,3%	45,1%	5,8 p.p.		34,6%	43,3%	8,7 p.p.	
Margem Bruta Ajustada e Recorrente	39,3%	45,1%	5,8 p.p.		36,7%	43,3%	6,6 p.p.	
Lucro Bruto Ajustado e Recorrente	157,5	234,7	49,0%	77,2	488,4	827,1	69,3%	338,7

A Margem Bruta Ajustada e Recorrente atingiu 45,1% no 4T21, com incremento de 5,8 p.p. vs. 4T20, e 43,3% no ano de 2021, com melhoria de 6,6 p.p. vs. 2020. A variação positiva da Margem Bruta Ajustada e Recorrente é resultado principalmente: (i) reajuste de preços, (ii) melhoria do *mix* de produtos com maior valor agregado e (iii) diluição dos custos fixos de produção.



Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais Ajustadas e Recorrentes, quando analisadas como percentual da Receita Líquida, apresentaram diluição de 0,2 p.p. no ano de 2021 vs. 2020, principalmente pelo ganho de escala dos negócios. No 4T21, as Despesas Operacionais Ajustadas e Recorrentes apresentaram crescimento de 6,1 p.p. vs. 4T20, devido principalmente ao investimento na reestruturação logística nas operações de varejo com objetivo de melhorar o nível de serviço, ao investimento em consultoria (McKinsey) para elaboração do planejamento estratégico de longo prazo com foco nas Unidades de Negócios Portobello Shop e Portobello América, ao investimento na estrutura organizacional para fortalecimento das Unidades de Negócios e da governança corporativa do Grupo, e a atualização das provisões cíveis, trabalhistas e tributárias.

Portobello Grupo

R\$ Milhões	4T20	%RL	4T21	%RL	▲ %	▲ Abs	2020	%RL	2021	%RL	▲ %	▲ Abs
Despesas Operacionais												
Vendas	(87,5)	21,8%	(122,4)	23,5%	39,8%	34,8	(319,1)	24,0%	(421,3)	22,0%	32,0%	102,1
Gerais e Administrativas	(12,4)	3,1%	(22,1)	4,2%	78,2%	9,7	(44,9)	3,4%	(69,0)	3,6%	53,5%	24,1
Outras Receitas (Despesas)	(0,1)	0,0%	(18,7)	3,6%	14058,3%	(18,6)	19,2	-1,4%	(48,1)	2,5%	-350,3%	(67,3)
Despesas Operacionais	(100,1)	24,9%	(163,1)	31,4%	63,1%	63,1	(344,9)	25,9%	(538,4)	28,2%	56,1%	193,5
Despesas / Receitas Não-Recorrentes	-	-	2,0	-			(29,4)	-	4,5	-		
Despesas Operacionais Ajustadas	(100,1)	24,9%	(161,2)	31,0%	61,1%	61,1	(374,3)	28,1%	(533,9)	27,9%	42,6%	159,6

As Despesas com Vendas alcançaram 23,5% da Receita Líquida no 4T21 e 22,0% no ano de 2021, com aumento de 1,7 p.p. vs. 4T20 e diluição de 2,0 p.p vs. 2020. Em termos absolutos, as Despesas com Vendas cresceram 39,8% vs. 4T20 e 32,0% vs. 2020. O aumento do percentual da Receita Líquida no 4T21 foi em função de ajuste pontual para reestruturação logística nas operações de varejo com objetivo de melhorar o nível de serviço.

As Despesas Gerais e Administrativas alcançaram 4,2% da Receita Líquida no 4T21 e 3,6% no ano de 2021, com aumento de 1,1 p.p. vs. 4T20 e 0,2 p.p. vs. 2020. Em termos absolutos, as Despesas Gerais e Administrativas cresceram 78,2% vs. 4T20 e 53,5% vs. 2020 em função da implementação da nova estrutura organizacional com foco nas Unidades de Negócios, fortalecimento da governança corporativa do Grupo e investimento em consultoria para suportar o processo de planejamento estratégico de longo prazo (com impacto nas despesas do 3T21 e 4T21).

As Outras Receitas e Despesas, tanto no 4T21 quanto em 2021, referem-se na sua maior parte ao provisionamento do Programa de Participação no Resultado (PPR) e do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), que totalizam R\$ 24,9 milhões, em função da evolução positiva dos resultados do Grupo, e R\$ 23,2 milhões oriundo principalmente de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias. Em 2020 na linha de Outras Receitas e despesas, a Companhia incorreu em receita de R\$ 19,2 milhões que se referem à: (i) ao reconhecimento da parcela complementar do crédito prêmio IPI - Polo Ativo e complementação de processos judiciais no 1T20 no valor de R\$ 19,3 milhões, (ii) à reversão da tributação (PIS/COFINS) do processo crédito prêmio IPI - Polo Ativo, em função de decisão do STF no 2T20, no valor de R\$ 16,2 milhões, e (iii) provisionamento para o Programa de Participação no Resultado (PPR) do ano.

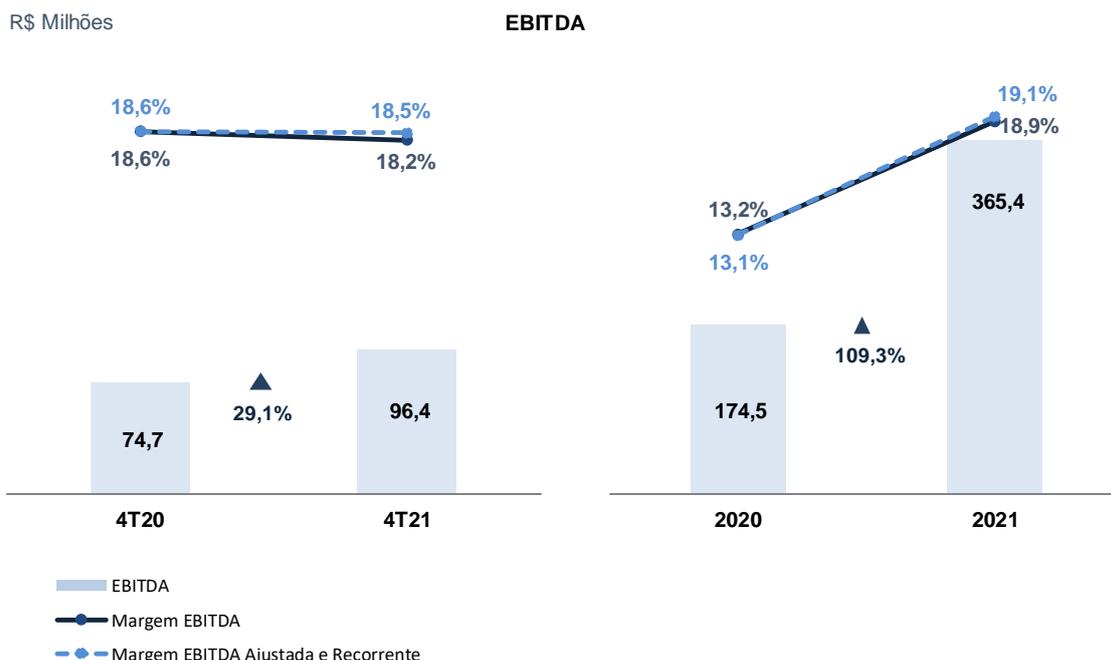
O valor R\$ 4,5 milhões de Despesas Não Recorrentes no ano de 2021 é composto por: (i) R\$ 2,5 milhões no 3T21 e R\$ 0,1 milhões no 4T21, referente a honorários advocatícios relacionados à tributação de IR/CSLL sobre valores relativos à correção pela Selic de Indébitos Tributários e (ii) R\$ 1,8 milhão registrado no 4T21, relativo também de honorários advocatícios referentes aos processos de ativo judicial, sendo crédito prêmio IPI (fase I e fase II), cédula de crédito rural e recebíveis Eletrobrás.

O valor de R\$ 29,4 milhões de Receitas Não Recorrentes no ano de 2020 é composto por: (i) R\$ 13,2 milhões reconhecidos no 1T20 referentes a ganhos judiciais de correção das cédulas de crédito rural e (ii) R\$ 16,2 milhões reconhecidos no 2T20 como Outros Ganhos Judiciais, referente à reversão da tributação (PIS/COFINS) do processo crédito prêmio IPI - Polo Ativo, em função de decisão do STF com efeito vinculante e repercussão geral.

EBITDA

O EBITDA Ajustado e Recorrente da Companhia foi de R\$ 96,4 milhões no 4T21, R\$ 21,8 milhões ou 29,1% acima do 4T20. No ano de 2021, o EBITDA Ajustado e Recorrente atingiu R\$ 365,4 milhões, R\$ 190,8 milhões ou 109,3% acima de 2020. A Margem EBITDA Ajustada e Recorrente foi de 18,5% no 4T21, em linha com 4T20. No ano de 2021, a Margem EBITDA Ajustada e Recorrente foi de 19,1%, 6,0 p.p. acima de 2020.

Portobello Grupo



A Companhia continua apresentando aumento constante do EBITDA Ajustado e Recorrente em termos absolutos e da Margem EBITDA Ajustada e Recorrente, mesmo com a pressão de custos de insumos e energéticos. Os principais fatores que contribuíram para geração de EBITDA e melhoria da Margem EBITDA foram: (i) aumentos de preços, (ii) mix de produtos e canais mais rentáveis, e (iii) ganho de produtividade e maior eficiência operacional com a diluição dos custos fixos.

No 3T21 foi registrado efeito não recorrente relacionado à tributação de IR/CSLL sobre valores relativos à correção pela Selic de Indébitos Tributários. O valor de R\$ 2,5 milhões no 3T21 e R\$ 0,1 milhões no 4T21, referem-se a honorários advocatícios referentes a este processo. O valor de R\$ 1,8 milhões registrado no 4T21, também é relativo à de honorários advocatícios referentes aos processos de ativo judicial, sendo crédito prêmio IPI (fase I e fase II), cédula de crédito rural e recebíveis Eletrobrás.

Em 2020 a Companhia reconheceu R\$ 28,0 milhões de custo de ociosidade devido a paradas não recorrentes e R\$ 0,6 milhões de despesas não recorrentes durante a pandemia. No 1T20 foram reconhecidos ganhos judiciais de correção das cédulas de crédito rural no valor de R\$ 13,2 milhões e, no 2T20, Outros Ganhos Judiciais de R\$ 16,2 milhões referente a reversão da tributação (PIS/COFINS) do processo crédito prêmio IPI - Polo Ativo, em função de decisão do STF com efeito vinculante e repercussão geral.

R\$ Milhões	4T20	4T21	▲ %	▲ Abs	2020	2021	▲ %	▲ Abs
Lucro Líquido	34,8	54,9	57,8%	20,1	128,2	216,2	68,7%	88,1
(+) Despesas Financeiras	17,3	8,6	-50,5%	(8,8)	30,0	59,2	97,4%	29,2
(+) Depreciação e Amortização	17,2	22,9	33,3%	5,7	59,8	72,2	20,8%	12,4
(+) Tributos Sobre Lucro	5,3	8,0	51,6%	2,7	(42,7)	13,3	-131,1%	56,0
EBITDA	74,7	94,5	26,5%	19,8	175,3	360,9	105,9%	185,6
Margem EBITDA	18,6%	18,2%	-0,5 p.p.		13,2%	18,9%	5,7 p.p.	
Eventos Não Recorrentes:	-	2,0			(0,7)	4,5		
1) COVID (Custos e Ociosidade)	-	-			28,6	-		
2) Reversão Tributação Polo Ativo	-	-			(16,2)	-		
3) Outros Ganhos Judiciais	-	1,8			(13,2)	1,8		
4) Selic nas bases de IR/CS	-	0,1			-	2,6		
EBITDA Ajustado e Recorrente	74,7	96,4	29,1%	21,8	174,5	365,4	109,3%	190,8
Margem EBITDA Ajustada e Recorrente	18,6%	18,5%	-0,1 p.p.		13,1%	19,1%	6 p.p.	

Portobello Grupo

Lucro Líquido

O Lucro Líquido Ajustado e Recorrente no 4T21 totalizou R\$ 49,3 milhões, com aumento de 41,5% ou R\$ 14,4 milhões vs. 4T20. No ano de 2021, o Lucro Líquido Ajustado e Recorrente atingiu R\$ 188,0 milhões, com aumento de 117,8% ou R\$ 101,7 milhões vs. 2020. O crescimento do EBITDA Ajustado e Recorrente foi a principal razão para o aumento do Lucro Líquido Ajustado e Recorrente no 4T21, enquanto que no ano de 2021, a maior geração de EBITDA foi parcialmente reduzida pelo aumento do valor de IR/CSLL e aumento da despesa financeira, proporcional ao aumento da taxa de juros no Brasil.

R\$ Milhões	4T20	4T21	▲ %	▲ Abs	2020	2021	▲ %	▲ Abs
Lucro Líquido	34,8	54,9	57,8%	20,1	128,2	216,2	68,7%	88,1
Eventos não recorrentes	-	(5,7)			(41,9)	(28,2)		
(1) Despesas Financeiras	-	-			7,1	-		
(2) Selic nas bases de IR/CSLL - Efeito no IR/CSLL	-	(1,2)			-	(26,3)		
(3) IRPJ/CSLL	-	-			(48,1)	-		
(4) Selic nas bases de IR/CSLL - Efeito nas Outras receitas/despesas	-	0,1			-	2,6		
(5) Reconhecimento e Atualizações Processos Judiciais	-	(8,8)			(29,4)	(8,8)		
(6) Reconhecimento e Atualizações Processos Judiciais - Outras receitas/despesas	-	1,8			-	1,8		
(7) Reconhecimento e Atualizações Processos Judiciais - IR/CSLL	-	2,4			-	2,4		
(8) Efeito COVID	-	-			28,6	-		
Lucro Líquido Ajustado e Recorrente	34,8	49,3	41,5%	14,4	86,3	188,0	117,8%	101,7
Margem Líquida Ajustada e Recorrente	8,7%	9,5%			6,5%	9,8%	3,4 p.p.	

O Lucro Líquido, que serve de base para cálculo de distribuição de dividendos os acionistas, atingiu R\$ 216,2 milhões no ano de 2021, crescimento de 68,7% vs. 2020. No 4T21, o Lucro Líquido atingiu R\$ 54,9 milhões, crescimento de 57,8% vs. 4T20.

Em 2021 foi registrado efeito não recorrente relativo à tributação de IR/CSLL sobre valores relacionados à correção pela Selic de Indébitos Tributários no valor líquido de R\$ 23,6 milhões, sendo R\$ 26,3 milhões considerados na linha de IR/CSLL e R\$ 2,6 milhões referentes à honorários advocatícios registrados em Outras Despesas. O valor de receita de R\$ 8,8 milhões é referente a atualização financeira dos processos de ativos judiciais, dividido entre cédula de crédito rural e crédito prêmio IPI (fase I e II). O valor de R\$ 1,8 milhões registrado no 4T21, é fruto de honorários advocatícios referentes aos processos de ativo judicial, sendo crédito prêmio IPI (fase I e fase II), cédula de crédito rural e recebíveis Eletrobrás, e o valor de R\$ 2,4 milhões é atualização de IR/CSLL dos referidos processos.

Em 2020 também ocorreram efeitos financeiros e tributários de mudanças fiscais ocorridas no 2T20, sendo a redução da tributação sobre o lucro de R\$ 48,1 milhões, em função da reversão de provisões sobre a realização do crédito prêmio IPI - Polo Ativo devido a decisão do STF com efeito vinculante e repercussão geral. Além disso, a Companhia reconheceu em 2020, custos de ociosidade e despesas não recorrentes durante a pandemia, que totalizaram R\$ 28,6 milhões. No 1T20 foram reconhecidos também ganhos judiciais de correção das cédulas de crédito rural no valor de R\$ 13,2 milhões e, no 2T20, outros ganhos judiciais de R\$ 16,2 milhões referente a reversão da tributação (PIS/COFINS) do processo crédito prêmio IPI - Polo Ativo, em função de decisão do STF com efeito vinculante e repercussão geral.

Fluxo de Caixa

A Companhia encerrou o 4T21 com posição de caixa de R\$ 189,7 milhões, uma redução de R\$ 136,6 milhões quando comparado ao 4T20, devido principalmente ao pagamento de dividendos, o programa de recompra das ações no 1T21 e 3T21, e ao desembolso em investimentos de CapEx.

As atividades operacionais da Companhia foram de R\$ 48,1 milhões no 4T21 e R\$ 288,1 milhões em 2021, principalmente em função da geração de EBITDA de R\$ 365,4 milhões e do investimento em capital de giro de R\$ 75,1 milhões, parcialmente reduzido pela melhoria no Ciclo de Conversão de Caixa.

Portobello Grupo

As atividades de investimentos da Companhia foram de R\$ 37,9 milhões no 4T21 e R\$ 114,9 milhões em 2021, destinados principalmente ao CapEx da Unidade de Negócios Portobello América, na planta de Tijucas-SC, com atualização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores, na planta de Marechal Deodoro-AL, para a atualização e revitalização fabril, e também para a expansão da área de vendas das lojas próprias.

As atividades de financiamento resultaram em um efeito de R\$ 153,4 milhões no 4T21 e R\$ 309,8 milhões em 2021, resultante do pagamento de dividendos e recompra das ações no valor de R\$ 316,0 milhões, das captações de empréstimos e financiamentos que totalizaram R\$ 513,7 milhões e das amortizações de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 507,5 milhões, em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida.

R\$ Milhões	4T20	4T21	▲ Abs	2020	2021	▲ Abs
Atividades						
Operacionais	80,2	48,1	(32,1)	210,3	288,1	77,8
Investimento	(24,9)	(37,9)	(13,0)	(89,0)	(114,9)	(25,9)
Financiamento	(18,1)	(153,4)	(135,3)	(70,4)	(309,8)	(239,4)
Variação no Caixa	37,1	(143,2)	(180,4)	50,9	(136,6)	(187,5)
Saldo Inicial	289,2	332,9	43,8	275,4	326,3	50,9
Saldo Final	326,3	189,7	(136,6)	326,3	189,7	(136,6)

Capital de Giro

O valor do Capital de Giro da Companhia no 4T21 foi de R\$ 270,4 milhões, significando um aumento de R\$ 75,1 milhões ou 38,5% em comparação ao 4T20, enquanto os negócios da Companhia apresentaram crescimento de 43,6% em 2021 vs. 2020. Essa melhoria de performance é resultante da otimização de 10 dias no Ciclo de Conversão de Caixa, atingindo 32 dias no 4T21 vs. 42 dias no 4T20, em função da melhor gestão na carteira de recebíveis dos clientes dos canais de engenharia e *home centers* das Unidades Portobello e Pointer e dos consumidores finais da Unidade de Negócios Portobello Shop e no aumento nos prazos de fornecedores, principalmente das Unidades de Negócios Portobello e Pointer. As melhorias em recebíveis e fornecedores, foram parcialmente reduzidas pelo crescimento dos estoques da Unidade de Negócios Unidades Portobello Shop em função da qualificação *mix* dos estoques para melhoria do nível de serviço logístico no varejo.

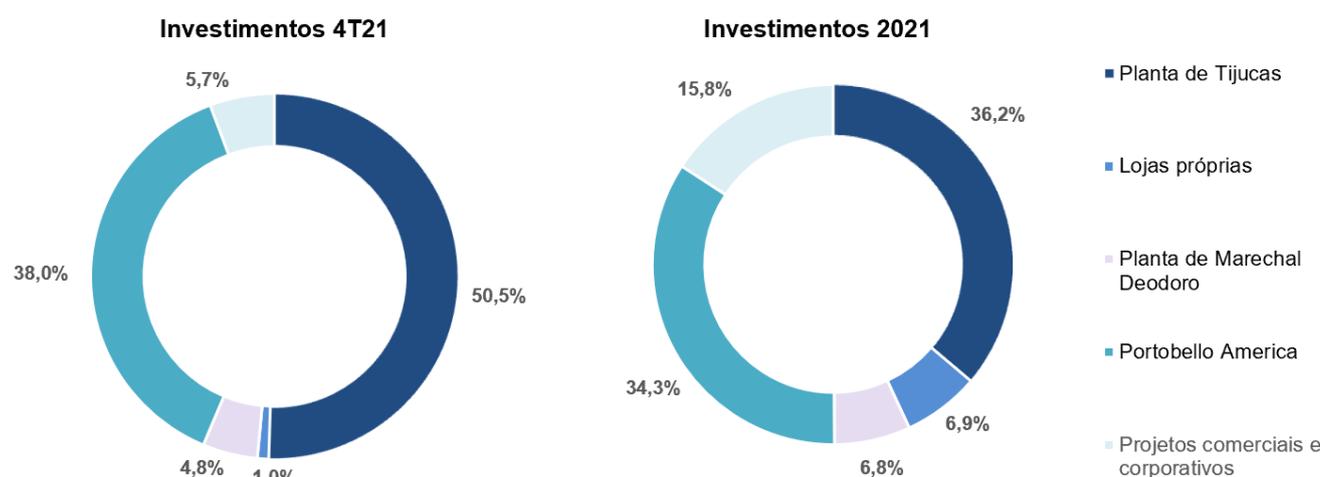
		4T20	4T21	▲ %	▲ Abs
Em R\$ milhões	Contas a Receber	245,3	306,1	24,8%	60,8
	Estoques	204,6	285,4	39,5%	80,8
	Fornecedores	254,6	321,0	26,1%	66,4
	Capital de Giro	195,3	270,4	38,5%	75,1
Em Dias	Contas a Receber	58	49	-15,5%	(9)
	Estoques	84	88	4,8%	4
	Fornecedores	101	104	3,0%	3
	Ciclo de Conversão de Caixa (CCC)	42	32	-23,8%	(10)

Investimentos

Os investimentos no 4T21 totalizaram R\$ 47,6 milhões, acumulando R\$ 114,8 milhões em 2021, dos quais 34% foram destinados aos investimentos na Portobello América, 36% foram destinados à planta de Tijucas-SC, 16% para projetos comerciais e corporativos, 7% para planta de Marechal Deodoro-AL e 7% para lojas próprias.

Portobello Grupo

Na Unidade de Negócios Portobello América, os investimentos foram realizados no início do processo de construção da nova planta nos Estados Unidos (projeto arquitetônico, terraplanagem do terreno e fundação da fábrica), enquanto na planta de Tijucas-SC os investimentos foram destinados à otimização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores. Na planta de Marechal Deodoro-AL a maior parte dos investimentos foram destinados à adequação estrutural do parque fabril. Os demais investimentos foram para transformação digital da área comercial, para expansão das lojas próprias e para atualização dos pontos de venda, levando para frente de lojas as novidades em produtos de grandes formatos. Importante mencionar que os investimentos realizados na Unidade de Negócios Portobello América serão reembolsados após a assinatura do contrato de BtS, totalizando até o momento aproximadamente USD 11,9 milhões de valores investidos desde 2020.



Endividamento

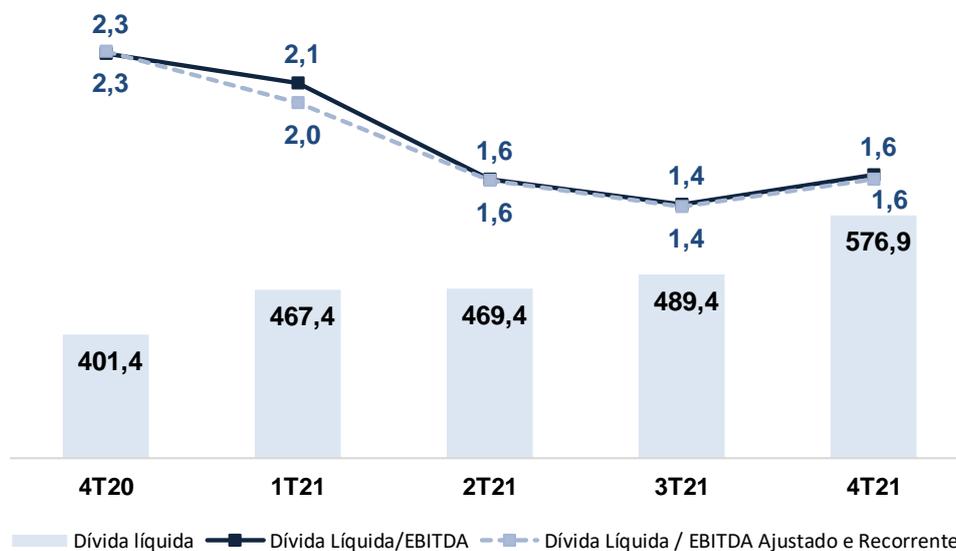
A Dívida Líquida da Companhia encerrou o 4T21 em R\$ 576,9 milhões, crescimento de R\$ 175,6 milhões vs. 4T20. O avanço do EBITDA Ajustado e Recorrente dos últimos 12 meses para R\$ 365,4 milhões e a disciplina da Companhia na gestão financeira, cujo foco está na otimização do Ciclo de Conversão de Caixa, resultou na redução da alavancagem financeira para 1,6 vezes o EBITDA Ajustado e Recorrente, uma melhoria de 0,7 vezes vs. 4T20.

No 4T21 foram amortizados R\$ 111,8 milhões de Dívida Bancária, referente a diversas operações, tais como Debêntures da 3ª Série, NCEs (Notas de Crédito à Exportação) e Capital de Giro. As captações totalizaram R\$ 46,9 milhões. O principal impacto no aumento da dívida líquida no 4T21 foi a antecipação de dividendos no valor de R\$ 80,9 milhões, deliberados e pagos em novembro de 2021. Sem este efeito a dívida líquida no 4T21 seria de R\$ 486,5 milhões, em linha com o 3T21, e a alavancagem financeira seria de 1,4 vezes o EBITDA Ajustado e Recorrente, também em linha com o 3T21.

Ao final do 4T21 foram atingidas todas as exigências contratuais (*covenants*) relativas ao índice de alavancagem, que poderiam provocar o vencimento antecipado de contratos de financiamento e das Debêntures.

Portobello Grupo

R\$ Milhões

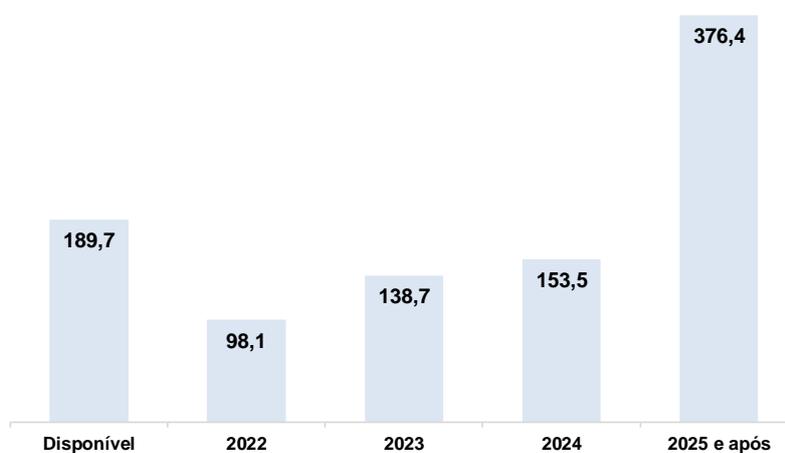


R\$ milhões	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Dívida Bancária Bruta ¹	727,8	710,3	643,6	822,3	766,7
Disponibilidades	(326,4)	(242,9)	(174,2)	(332,9)	(189,7)
Endividamento Líquido	401,4	467,4	469,4	489,4	576,9
EBITDA (Últimos 12 meses)	175,3	220,1	298,1	341,2	360,9
EBITDA Ajustado e Recorrente (Últimos 12 meses)	174,5	232,4	299,4	343,7	365,4
Dívida Líquida / EBITDA	2,3	2,1	1,6	1,4	1,6
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado e Recorrente	2,3	2,0	1,6	1,4	1,6

¹ A partir do 4T21 inclui passivos de arrendamento com opção de compra

Abaixo é apresentado o cronograma de amortização (Dívida Bancária Bruta):

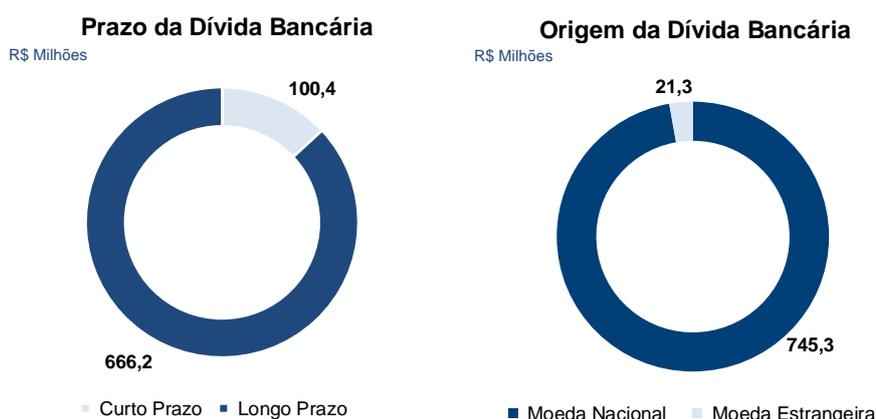
R\$ Milhões



Portobello Grupo

A Dívida Bancária Bruta com vencimento no curto prazo representa 12,9% do total, uma redução de 4,4 p.p. em relação ao 3T21, em função as operações de alongamento realizadas no trimestre, e o restante tem vencimento no longo prazo, como apresentado no cronograma de amortização acima. A Dívida Bancária Bruta é na sua grande maioria (97,2%) em moeda nacional. O custo total médio da Dívida Bancária é de 9,6% a.a. e o prazo médio é de 4,4 anos, um crescimento de 0,8 anos vs. 2020 em função da estratégia de alongamento da dívida realizado em 2021.

Este novo perfil de dívida vai proporcionar maior flexibilidade para a Companhia desenvolver seu plano estratégico focado no crescimento do varejo no Brasil e negócios internacionais, principalmente nos Estados Unidos através da Portobello América.



Compra de Lojas Franqueadas

O Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de março de 2022 aprovou a aquisição de duas lojas franqueadas, a Loja Gabriel e Loja Pacaembu, ambas em São Paulo, de uma parte relacionada, no valor de R\$ 60,0 milhões. O valor da transação foi definido por empresa terceirizada independente, Trust & Co. Investimentos, através do método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), analisando cada uma das lojas individualmente. Além disso, o valor da transação representa múltiplos similares aos múltiplos atuais de mercado da Companhia. As condições de pagamento serão as seguintes: 1/3 (um terço) do valor equivalente a R\$ 20,0 milhões, com vencimento em 10 de Abril de 2022; 1/3 (um terço) do valor, equivalente a R\$ 20,0 milhões, será quitado em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 2,5 milhões, sendo a primeira com vencimento em 10 de Maio de 2022, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes; e 1/3 (um terço) do valor, equivalente a R\$ 20,0 milhões, será quitado em parcela única em 10 de Abril de 2023. As duas lojas em questão possuem diferencial em termos de localização e faturamento, acima da média apresentada pelas demais lojas da rede Portobello Shop.

Upgrade Rating Nacional Fitch

Conforme comunicado ao mercado de 03 de dezembro de 2021, a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings, revisou o *rating* nacional de longo prazo da Companhia para "A-(bra)", com perspectiva estável, o que significa um *upgrade* de dois *notches* (ou níveis) de uma única vez, em relação à nota atribuída em Março de 2021, que foi "BBB(bra)".

De acordo com o relatório da Fitch, "A elevação do *rating* do Portobello Grupo reflete seu desempenho operacional mais forte do que o inicialmente previsto, o que permitiu à companhia reduzir sua alavancagem líquida para abaixo de 2,0 vezes. A forte demanda e os significativos aumentos de preço impulsionaram a geração de caixa operacional durante 2021, e a Fitch espera que a Margem EBITDA da Companhia permaneça acima de 17%, uma vez que a empresa deve continuar a se beneficiar da forte demanda das incorporadoras, devido aos elevados volumes de

Portobello Grupo

lançamentos nos últimos dois anos. A adequada liquidez e o menor risco de refinanciamento da Companhia, com um perfil de amortização de dívida mais alongado, também estão incorporados ao *rating*.”

Dividendos

Em 2021 a Companhia apresentou R\$ 216,2 milhões de lucro líquido societário. Considerando a constituição da reserva legal (5%) e o percentual de *payout* definido pelo Acordo de Acionistas de 50%, o valor total a distribuir de dividendos é de R\$ 102,7 milhões. Ao longo do ano de 2021 foram antecipados dividendos no valor de R\$ 99,2 milhões, desta forma foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de março de 2022 a distribuição de dividendos complementares no valor de R\$ 3,5 milhões. A data-base para cálculo destes dividendos será dia 23 de março de 2022, com ações ex-dividendos em 24 de março de 2022 e pagamento previsto para 5 de abril de 2022.

Ações em Tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2022 foi aprovado o cancelamento das 6.542.817 ações atualmente em tesouraria. Com isso o número total de ações emitidas passa de 147.529.703 para 140.986.886 ações.

No ano de 2021, foram recompradas um total de 13,5 milhões de ações no valor de R\$ 153,7 milhões (preço médio de R\$ 11,38 por ação), equivalentes a 8,8% do total de ações antes destas operações, sendo que todas as ações recompradas foram canceladas.

Relatório de Sustentabilidade e ESG

Em conjunto com os resultados do 4T21 está sendo divulgado o Relatório de Sustentabilidade 2021 do Portobello Grupo, ano que marca a entrada da empresa como signatária do Pacto Global da ONU e apresentação do planejamento ESG, com as ambições e conexões com as ODSs selecionadas (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Divulgado em padrão GRI, este é o 7º ano em que o relatório é produzido, e o mesmo está disponível no website de Relações com Investidores (ri.portobello.com.br).

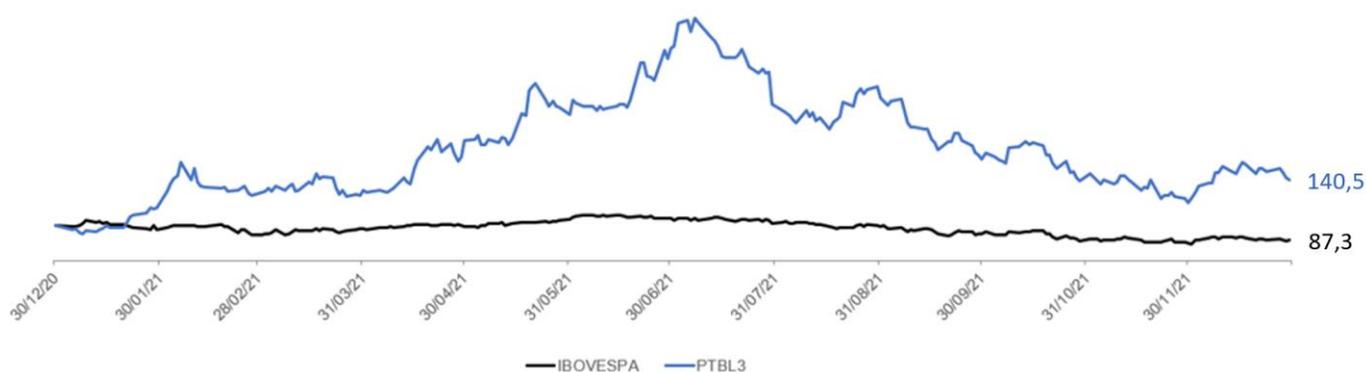
Desempenho das ações PTBL3

As ações negociadas no código PTBL3, encerraram o último pregão de dezembro de 2021 cotadas a R\$ 9,64, com valorização de 40,5% quando comparado ao fechamento de dezembro de 2020 (cotação R\$ 6,86). A ação PTBL3 avançou 59,9% acima do índice Bovespa no mesmo período. O volume financeiro médio mensal negociado em 2021 foi de R\$ 718,0 milhões, um aumento de 197,5% frente aos R\$ 241,4 milhões de 2020.

Ao final do 4T21, a Companhia apresentava valor de mercado da Companhia equivalente a R\$ 1.422,2 milhões, considerando a cotação final da ação R\$ 9,64, aumento de R\$ 410,1 milhões vs. 4T20.

Portobello Grupo

PTBL3 x Ibovespa
Base 100 – 30/12/2020 to 30/12/2021



Auditoria Independente

A política da Companhia em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar para seu cliente.

Administração

Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Mauro do Valle Pereira	Diretor Presidente
Ronei Gomes	Diretor Vice Presidente de Finanças e de Relações com investidores
Edson Luiz Mees Stringari	Diretor Vice Presidente Jurídico e <i>Compliance</i>

Conselho de Administração

Nome	Membro
César Gomes Júnior	Presidente do Conselho
Cláudio Ávila da Silva	Vice Presidente do Conselho
Nilton Torres de Bastos Filho	Conselheiro
Glauco José Côrte	Conselheiro Independente
Geraldo Luciano Mattos Junior	Conselheiro Independente
Walter Roberto de Oliveira Longo	Conselheiro Independente
Marcos Gouvêa de Souza	Conselheiro Independente

Governança Corporativa

Endereço eletrônico para encaminhamento de assuntos referente à governança corporativa para alta direção dri@portobello.com.br.

Portobello Grupo

Seguem abaixo os principais pontos relativos à Governança Corporativa na Portobello:

- Ações listadas no Novo Mercado da B3;
- Apenas ações ordinárias em circulação, ou seja, cada ação dá direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas;
- *Tag- Along* de 100% as ações;
- Quatro membros independentes no Conselho de Administração;
- Política de dividendos mínimo correspondente a 50% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Acordo de Acionistas;
- Política de Divulgação de Atos e Fatos relevantes e de negociação de Valores Mobiliários vigentes.

A Companhia realizou a adequação às exigências ao regulamento no Novo Mercado, com relação aos órgãos de fiscalização e controle, entre eles a criação do Comitê de Auditoria e das área de *Compliance*, Auditoria Interna e Controles Internos.

Teleconferência

Sexta-feira, 18 de março de 2022 às 14:00 será realizada a teleconferência em português do resultado do 4T21, incluindo tradução simultânea para inglês.

Link para conexão: [Clique aqui](#)

O áudio da teleconferência será transmitido pela internet, acompanhado da apresentação de slides, que estará disponível em: <https://ri.portobello.com.br/>.

Para aqueles que não puderem acompanhar as teleconferências ao vivo, será disponibilizada a íntegra do vídeo com acesso diretamente pelo website de RI da Companhia (<https://ri.portobello.com.br/>).

Portobello Grupo

Demonstrativos Financeiros

Balço Patrimonial

Ativo	4Q20	AV %	4Q21	AV %	Var%
Circulante	916.7	45.1%	906.1	42.0%	-1.2%
Disponibilidades	326.3	16.0%	189.7	8.8%	-41.9%
Contas a Receber	289.1	14.2%	375.6	17.4%	29.9%
Estoques	204.6	10.1%	285.4	13.2%	39.5%
Outros	96.7	4.8%	55.4	2.6%	-42.7%
Não Circulante	1,117.6	54.9%	1,251.2	58.0%	12.0%
Realizável a Longo Prazo	464.5	22.8%	536.1	24.8%	15.4%
Depósitos Judiciais	156.3	7.7%	185.4	8.6%	18.6%
Ativo Judiciais	119.7	5.9%	155.2	7.2%	29.7%
Depósito em garantia	87.4	4.3%	89.7	4.2%	2.6%
Recebíveis da Eletrobrás	12.8	0.6%	12.8	0.6%	0.0%
Aplicações financeiras vinculadas	15.3	0.8%	13.7	0.6%	-10.7%
Tributos a recuperar e imposto diferido	51.0	2.5%	14.9	0.7%	-70.9%
Outros Ativos Não Circulantes	22.0	1.1%	64.5	3.0%	193.1%
Ativos Fixos	653.1	32.1%	715.1	33.1%	9.5%
Ativo Intangível, Imobilizado e Investimentos	581.3	28.6%	643.3	29.8%	10.6%
Ativo de Arrendamento	71.4	3.5%	71.5	3.3%	0.2%
Outros Investimentos	0.3	0.0%	0.3	0.0%	0.0%
Total do Ativo	2,034.3	100.0%	2,157.3	100.0%	6.0%
Passivo	4T20	AV %	4Q21	AV %	Var%
Circulante	740.6	36.4%	714.1	33.1%	-3.6%
Empréstimos/Debêntures	223.9	11.0%	98.1	4.5%	-56.2%
Fornecedores e Cessão de Crédito	292.7	14.4%	365.7	16.9%	24.9%
Obrigações de arrendamento	34.8	1.7%	19.5	0.9%	-44.1%
Obrigações tributárias	33.8	1.7%	39.7	1.8%	17.6%
Obrigações sociais e trabalhistas	46.5	2.3%	59.0	2.7%	26.9%
Adiantamento de clientes	43.8	2.2%	69.6	3.2%	58.7%
Outros	65.1	3.2%	62.6	2.9%	-3.9%
Não Circulante	876.5	43.1%	1,087.1	50.4%	24.0%
Empréstimos/Debêntures	503.9	24.8%	664.3	30.8%	31.8%
Fornecedores	169.7	8.3%	189.9	8.8%	11.9%
Dívidas com Pessoas Ligadas	56.3	2.8%	56.4	2.6%	0.1%
Provisões	63.6	3.1%	89.0	4.1%	40.0%
Obrigações de Arrendamento	38.4	1.9%	45.4	2.1%	18.3%
Outros	44.6	2.2%	42.1	2.0%	-5.7%
Patrimônio Líquido	417.2	20.5%	356.2	16.5%	-14.6%
Capital Social	200.0	9.8%	250.0	11.6%	25.0%
Ações em Tesouraria	(14.1)	-0.7%	(91.4)	-4.2%	548.1%
Reservas de Lucro	250.9	12.3%	240.1	11.1%	-4.3%
Outros Resultados Abrangentes	(50.1)	-2.5%	(42.6)	-2.0%	-15.0%
Total do Passivo	2,034.3	100.0%	2,157.3	100.0%	6.0%

Portobello Grupo

Demonstração do Resultado

R\$ milhões	4T20	4T21	2020	2021
Receita Líquida de Venda	401,1	520,2	1.331,8	1.912,1
Lucro Operacional Bruto	157,5	234,7	460,4	827,1
Receitas (despesas) Operacionais Líquidas	(100,1)	(163,1)	(344,9)	(538,4)
Vendas	(87,5)	(122,4)	(319,2)	(421,3)
Gerais e Administrativas	(12,4)	(22,0)	(44,9)	(69,0)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(0,1)	(18,7)	19,2	(48,1)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	57,5	71,6	115,6	288,7
Resultado Financeiro	(17,3)	(8,7)	(30,0)	(59,2)
Receitas Financeiras	2,3	17,5	22,8	24,8
Despesas Financeiras	(18,7)	(28,9)	(78,0)	(90,0)
Variação Cambial Líquida	(0,9)	2,7	25,1	5,9
Resultado antes dos Tributos sobre os Lucros	40,2	62,9	85,6	229,5
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5,4)	(8,0)	42,7	(13,3)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	34,8	54,9	128,2	216,2

Fluxo de Caixa

R\$ milhões	4T20	4T21	2020	2021
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	80,2	48,1	210,3	288,1
Caixa Gerado nas Operações	45,6	140,0	122,6	393,6
Variações nos Ativos e Passivos	61,7	(62,9)	145,9	(31,0)
Juros Pagos e Tributos sobre o Lucro Pagos	(27,1)	(29,1)	(58,2)	(74,4)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-24,9	(37,9)	(89,0)	(114,9)
Aquisição do Ativo Imobilizado	(21,2)	(42,6)	(109,5)	(96,6)
Aquisição do Ativo Intangível	(3,7)	(5,0)	(10,9)	(18,2)
Outros de Investimentos	-	9,7	31,4	(0,2)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-18,1	(153,4)	(70,4)	(309,8)
Captação de Empréstimos e Financiamentos	76,4	46,9	171,0	513,7
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(94,2)	(111,8)	(217,8)	(488,8)
Dividendos Pagos	(6,3)	(83,2)	(6,3)	(162,3)
Amortização de Arrendamento	5,9	(5,3)	(17,3)	(18,7)
Aquisições em Tesouraria	-	-	-	(153,7)
Aumento/(Redução) Caixa no período/exercício	37,1	(143,2)	50,9	(136,6)
Saldo Inicial	289,2	332,9	275,4	326,3
Saldo Final	326,3	189,7	326,3	189,7

Visite o site de Relações com Investidores:

<https://ri.portobello.com.br/>

PBG S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
PBG S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da PBG S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da PBG S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

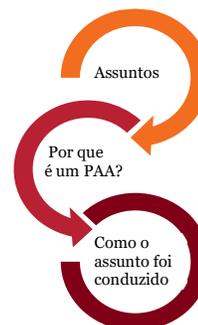
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBG S.A. e da PBG S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Provisões, passivos e ganhos em ações tributárias e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas 11, 13, 15, 16, 26, 27 e 28 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais e administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões jurídicas de natureza tributária e cível. Esses assuntos exigem julgamentos significativos da Companhia e de seus assessores jurídicos na determinação das estimativas relacionadas ao montante, à probabilidade de desembolso financeiro ou a perspectiva de ganho e divulgações relacionadas ao tema.

Em função da complexidade dos assuntos, principalmente aqueles relacionados ao ambiente tributário no qual a Companhia está inserida, suscetibilidade de mudanças nas premissas, na jurisprudência e incertezas sobre o desfecho dos processos, os montantes ativos e passivos reconhecidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras estão sujeitos a alterações.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração das provisões, passivos e ganhos em ações, incluindo a avaliação dos julgamentos mais significativos exercidos pela Companhia.

Analisamos também as provisões e os ganhos reconhecidos, e os valores de passivos e ativos contingentes divulgados nas demonstrações financeiras, avaliando os critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração opiniões legais preparadas pelos assessores jurídicos da Companhia. Obtivemos confirmações externas de tais assessores sobre o estágio atual e classificação de riscos dos processos e, para os casos que consideramos de maior relevância, efetuamos a comparação das avaliações realizadas com a jurisprudência existente.

Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, risco e montantes provisionados ou divulgados.

Consideramos que os valores reconhecidos e/ou provisionados são suficientes e adequados e que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e com as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

PBG S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

PBG S.A.

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 16 de março de 2022

PBG S.A e empresas controladas
Balancos Patrimoniais
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	125.516	245.779	189.718	326.325	Fornecedores	21	203.962	183.232	229.828	194.929
Contas a receber de clientes	8	296.195	261.227	375.624	289.090	Cessão de crédito com fornecedores	21a	97.717	66.418	97.717	66.418
Estoques	9	233.108	172.897	285.364	204.562	Contas a pagar de imobilizado	21b	20.497	31.303	38.107	31.303
Adiantamentos a fornecedores		10.353	4.678	12.624	6.706	Empréstimos e financiamentos	22	98.115	223.908	98.115	223.908
Tributos a recuperar	10	26.662	76.614	27.454	77.822	Empréstimos e financiamentos		90.922	174.842	90.922	174.842
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14a	1.192	3.274	1.864	3.852	Debêntures		7.193	49.066	7.193	49.066
Demais tributos a recuperar	10	25.470	73.340	25.590	73.970	Parcelamento de obrigações tributárias	23	11.663	9.290	11.663	9.354
Dividendos a receber	40	-	53.023	-	-	Impostos, taxas e contribuições	24	21.553	19.492	24.205	21.443
Despesas antecipadas		267	1.375	5.447	4.164	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14a	124	-	3.865	2.997
Instrumentos financeiros derivativos	7b	2.474	-	2.474	-	Dividendos a pagar	36	970	31.005	1.043	31.079
Outras contas a receber		5.568	7.522	7.426	8.034	Adiantamentos de clientes		23.444	24.521	69.564	43.825
						Obrigações sociais e trabalhistas		49.780	40.078	58.991	46.499
Total do ativo circulante		700.143	823.115	906.131	916.703	Débito com controladas e pessoas ligadas	40	8.056	-	6.067	-
						Provisão para PPR		24.250	10.769	24.250	10.769
Não circulante						Obrigações de arrendamento	20b	8.036	7.594	19.456	34.803
Créditos com controladas	40	119.130	53.768	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	7a	-	2.354	-	2.354
Depósitos judiciais	11	185.332	156.296	185.382	156.324	Outras contas a pagar	25	17.440	19.029	31.256	20.939
Depósito em garantia	12	89.700	87.402	89.700	87.402	Total do passivo circulante		585.607	668.993	714.127	740.620
Recebíveis da Eletrobrás	13	12.821	12.821	12.821	12.821						
Tributos a recuperar	10	14.765	13.106	14.859	13.276	Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14b	27.293	37.807	31.942	37.713	Fornecedores	21	171.195	144.021	171.195	144.021
Ativos judiciais	15	136.367	105.305	155.153	119.651	Contas a pagar de imobilizado	21b	18.739	25.700	18.739	25.700
Ativo atuarial	30	18.677	8.905	18.677	8.905	Empréstimos e financiamentos	22	664.277	503.858	664.277	503.858
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	13.679	13.317	13.679	13.317	Empréstimos e financiamentos		366.872	354.666	366.872	354.666
Instrumentos financeiros derivativos	7a	150	1.995	150	1.995	Debêntures		297.405	149.192	297.405	149.192
Outras contas a receber		13.804	12.954	13.714	13.093	Provisões civeis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	27	77.506	63.542	89.014	63.573
						Parcelamento de obrigações tributárias	23	21.406	34.416	21.406	34.653
						Dívidas com pessoas ligadas	15c / 40	56.330	56.330	56.363	56.326
						Obrigações de arrendamento	20b	15.383	12.879	45.397	38.379
						Outras contas a pagar	25	1.014	8.886	20.672	9.974
						Total do passivo não circulante		1.025.850	849.632	1.087.063	876.484
Investimentos						Patrimônio líquido					
Participação em controladas	17	64.147	53.803	-	-	Capital social	29.1	250.000	200.000	250.000	200.000
Outros investimentos		348	348	348	348	Ações em tesouraria	29.2	(91.351)	(14.095)	(91.351)	(14.095)
Imobilizado	18	528.310	522.817	614.458	552.876	Reservas de lucros	29.3	236.608	250.941	236.608	250.941
Intangível	19	22.324	13.057	28.797	28.473	Ajuste de avaliação patrimonial	29.4	(42.610)	(50.125)	(42.610)	(50.125)
Ativo de Arrendamento	20a	20.603	18.977	71.536	71.391	Dividendos adicionais	36	3.489	30.447	3.489	30.447
Total do ativo não circulante		1.267.450	1.112.678	1.251.216	1.117.585	Participação dos não controladores		-	-	21	16
Total do ativo		1.967.593	1.935.793	2.157.347	2.034.288	Total do passivo e patrimônio líquido		1.967.593	1.935.793	2.157.347	2.034.288

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstrações do Resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 dezembro de 2021	31 dezembro de 2020	31 dezembro de 2021	31 dezembro de 2020
Receita líquida de vendas	31	1.582.032	1.156.715	1.912.127	1.331.780
Custo dos produtos vendidos	32	(1.018.637)	(845.980)	(1.085.039)	(871.338)
Lucro operacional bruto		563.395	310.735	827.088	460.442
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	32	(275.434)	(223.424)	(421.287)	(319.148)
Gerais e administrativas	32	(67.489)	(43.725)	(68.980)	(44.923)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	(30.425)	4.961	(48.080)	19.208
Resultado de equivalência patrimonial	17	75.549	46.798	-	-
		<u>(297.799)</u>	<u>(215.390)</u>	<u>(538.347)</u>	<u>(344.863)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		265.596	95.345	288.741	115.579
Resultado financeiro	34				
Receitas financeiras		18.009	18.597	24.832	22.833
Despesas financeiras		(79.857)	(72.581)	(89.967)	(77.962)
Variação cambial líquida		5.907	25.138	5.903	25.115
		<u>(55.941)</u>	<u>(28.846)</u>	<u>(59.232)</u>	<u>(30.014)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		209.655	66.499	229.509	85.565
Imposto de renda e contribuição social	14c				
Corrente		(3.447)	(7.386)	(27.996)	(21.962)
Diferido		9.965	69.087	14.709	64.639
		<u>6.518</u>	<u>61.701</u>	<u>(13.287)</u>	<u>42.677</u>
Lucro líquido do exercício		216.173	128.200	216.222	128.242
Resultado líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia		216.173	128.200	216.173	128.200
Participação dos não controladores		-	-	49	42
Quantidade por lote de mil ações em circulação no exercício				<u>147.623</u>	<u>154.529</u>
Lucro básico e diluído do exercício por ação	35			<u>1,46436</u>	<u>0,82962</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstrações do Resultado Abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 dezembro de 2021	31 dezembro de 2020	31 dezembro de 2021	31 dezembro de 2020
Resultado líquido do exercício		216.173	128.200	216.222	128.242
Outros componentes do resultado abrangente		8.699	(26.718)	8.699	(26.718)
Ganho (perda) atuarial	30	7.883	(237)	7.883	(237)
IR/CS diferidos sobre ganho (perda) atuarial	30	(2.680)	-	(2.680)	-
Variação cambial de controladas localizadas no exterior	17	1.863	(26.481)	1.863	(26.481)
Operações de <i>Hedge Accounting</i>	7	2.474	-	2.474	-
IR/CS diferidos sobre <i>Hedge accounting</i>	7	(841)	-	(841)	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>224.872</u>	<u>101.482</u>	<u>224.921</u>	<u>101.524</u>
Resultado abrangente do período atribuível a					
Acionistas da Companhia		224.872	101.482	224.872	101.482
Participação dos não controladores		-	-	49	42

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros acumulados	Total PL Controladora	Participação de não controladores	Total PL Consolidado
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a destinar	Reserva de Incentivos	Dividendos adicionais propostos	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes				
Em 31 de dezembro de 2019		200.000	-	25.796	81.576	17.958	58.706	5.808	33.506	(41.872)	(13.858)	-	367.620	16	367.636
Compra de ações em tesouraria	29.1 / 29.2	-	(14.095)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.095)	-	(14.095)
Complemento do JCP 2019	-	-	-	-	(1.584)	-	-	-	-	-	-	-	(1.584)	-	(1.584)
Destinações após AGO 2019 - Aprovação de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(5.808)	-	-	-	-	(5.808)	-	(5.808)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.183)	-	-	1.183	-	-	-
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(237)	-	(237)	-	(237)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.481)	-	-	(26.481)	-	(26.481)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	128.200	128.200	-	128.200
Constituição de reserva legal (5%)	-	-	-	6.411	-	-	-	-	-	-	-	(6.411)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (líquido de antecipações)	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.447)	(30.447)	-	(30.447)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	26.445	-	-	-	-	(26.445)	-	-	-
Proposta de destinação de dividendos adicionais	36	-	-	-	-	-	-	30.447	-	-	-	(30.447)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	17.958	(17.958)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a destinar	-	-	-	-	-	35.633	-	-	-	-	-	(35.633)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		200.000	(14.095)	32.207	97.950	35.633	85.151	30.447	32.323	(68.353)	(14.095)	-	417.168	16	417.184
Em 31 de dezembro de 2020		200.000	(14.095)	32.207	97.950	35.633	85.151	30.447	32.323	(68.353)	(14.095)	-	417.168	16	417.184
Aumento de Capital Social aprovado em AGE 27/04/2021	29.3	50.000	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações após RCA 20/01/2021-Programa recompra 2020	29.1 / 29.2	-	14.095	-	(14.095)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de ações em tesouraria - 1º Programa de recompra 2021	29.1 / 29.2	-	(62.364)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.364)	-	(62.364)
Cancelamento de ações após RCA 12/05/2021-1º Programa recompra 2021	29.1 / 29.2	-	62.364	-	(62.364)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de ações em tesouraria - 2º Programa de recompra 2021	29.1 / 29.2	-	(91.351)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(91.351)	-	(91.351)
Destinações após AGO 27/04/2021 - Dividendos adicionais aprovados e pagos	36	-	-	-	(2.549)	-	-	(30.447)	-	-	-	-	(32.996)	-	(32.996)
Realização da reserva de reavaliação	29.4	-	-	-	-	-	-	-	(1.184)	-	-	1.184	-	-	-
Ganho (perda) atuarial	29.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.883	-	7.883	-	7.883
Operações de Hedge accounting	29.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.680)	-	(2.680)	-	(2.680)
IR/CS diferidos sobre ganho (perda) atuarial	29.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.474	-	2.474	-	2.474
IR/CS diferidos sobre Hedge accounting	29.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(841)	-	(841)	-	(841)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	17	-	-	-	-	-	-	-	-	1.863	-	-	1.863	-	1.863
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216.173	216.173	49	216.222
Constituição de reserva legal (5%)	29.3	-	-	10.809	-	-	-	-	-	-	-	(10.809)	-	-	-
Dividendos 2021 aprovado ATA CA N° 11/2021	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.323)	(18.323)	-	(18.323)
Dividendos 2021 aprovado ATA CA n° 16/2021	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.870)	(80.870)	(44)	(80.914)
Proposta de destinação de dividendos adicionais	36	-	-	-	-	-	-	3.489	-	-	-	(3.489)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	29.3	-	-	-	-	-	30.634	-	-	-	-	(30.634)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	29.3	-	-	-	73.232	-	-	-	-	-	-	(73.232)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		250.000	(91.351)	43.016	92.174	35.633	65.785	3.489	31.139	(66.490)	(7.259)	-	356.136	21	356.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 dezembro de 2021	31 dezembro de 2020	31 dezembro de 2021	31 dezembro de 2020
Caixa líquido das atividades operacionais	136.453	66.559	288.101	217.424
Caixa gerado nas operações	262.232	52.680	393.564	125.573
Resultado do período antes dos tributos	209.655	66.499	229.508	85.565
Depreciação e amortização	53.066	47.895	72.216	62.021
Equivalência patrimonial	17 (75.549)	(46.798)	-	-
Variação cambial não realizada de empréstimos	1.116	7.233	1.116	8.273
Provisão de avaliação de estoque a valor de mercado	9 (267)	(6.227)	2.351	(5.597)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 (1.419)	2.798	(438)	4.039
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	27 18.920	(56.658)	30.609	(56.659)
Provisões de obrigações sociais e trabalhistas	-	(1.294)	-	(1.371)
Provisão para PPR	13.481	10.769	13.481	10.769
Outras provisões	-	(1.591)	-	(1.591)
Provisão para Incentivo de Longo Prazo	1.015	-	1.015	-
Atualização dos ativos Judiciais	(6.674)	(83.695)	(11.114)	(98.041)
Atualizações encargos financeiros com tributos parcelados	-	343	-	401
Juros provisionados de empréstimos e debêntures	22 49.432	43.096	49.432	41.753
Juros e variação cambial de arrendamento	20 1.360	1.101	3.129	6.849
Dívidas Pessoas Ligadas - Polo ativo compl.- a valor de mercado	-	69.584	-	69.584
Rescisões de arrendamentos	20 -	(596)	947	(643)
Ativo atuarial	30 (1.889)	237	(1.889)	237
Ajuste a Valor Presente Prodec	22 (187)	478	(187)	478
Baixas ativo imobilizado e intangível	18 172	(494)	3.388	(494)
Variações nos ativos e passivos	(75.061)	58.579	(31.022)	150.031
Contas a receber	(33.549)	(41.169)	(86.096)	(41.356)
Estoque	(59.944)	61.500	(83.153)	44.448
Depósitos judiciais	(29.036)	(3.819)	(29.058)	(3.832)
Adiantamento a fornecedor	(5.675)	4.916	(5.918)	6.626
Tributos a recuperar	45.288	(7.585)	45.698	17.976
Aplicação financeira vinculadas	(362)	(5.765)	(362)	(5.765)
Outros ativos	2.212	5.716	(1.296)	6.462
Contas a pagar	79.203	75.706	93.372	75.219
Adiantamento de clientes	(1.077)	1.310	25.739	19.971
Parcelamentos de obrigações tributárias	(10.637)	(11.267)	(10.938)	(11.573)
Impostos, taxas e contribuições	2.061	-	2.762	-
Obrigações fiscais e trabalhistas	9.702	15.619	12.492	16.851
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	(4.956)	-	(5.168)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(509)	359	(509)	359
Dívidas com controladas e pessoas ligadas	(57.306)	(36.057)	6.104	33.523
Dívida com pessoas ligadas - parcela complementar Polo Ativo	-	(4.162)	-	(4.162)
Outras contas a pagar	(10.476)	3.277	5.309	(4.716)
Outros	(50.718)	(44.700)	(74.441)	(58.180)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	22 (40.672)	(37.079)	(40.672)	(37.079)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.046)	(7.621)	(33.769)	(21.101)
Caixa líquido das atividades de investimento	40.408	2.259	(114.931)	(85.133)
Aquisição do ativo imobilizado	18 (49.127)	(92.453)	(96.585)	(109.454)
Aquisição do ativo intangível	19 (12.789)	(7.189)	(18.189)	(10.937)
Contas a pagar de imobilizado	21.b (17.767)	36.876	(157)	35.258
Dividendos recebidos	134.229	25.405	-	-
Integralização de capital em controladas	17 (14.138)	(2.034)	-	-
Recebimento com partes relacionadas	17 -	41.654	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(297.124)	(72.487)	(309.777)	(81.344)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	22 513.735	171.021	513.735	171.021
Pagamento de empréstimos e financiamentos	22 (488.798)	(217.769)	(488.798)	(217.769)
Dividendos pagos	36 (162.224)	(6.305)	(162.269)	(6.305)
Aquisição de ações em tesouraria	29.2 (153.715)	(14.095)	(153.715)	(14.095)
Pagamento de arrendamento	20 (6.122)	(5.339)	(18.730)	(14.196)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(120.263)	(3.669)	(136.607)	50.947
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6 245.779	249.448	326.325	275.378
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6 125.516	245.779	189.718	326.325

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstrações do Valor Adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 dezembro de 2021	31 dezembro de 2020	31 dezembro de 2021	31 dezembro de 2020
Receitas		1.985.200	1.507.705	2.349.421	1.720.988
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.953.577	1.417.500	2.319.184	1.626.084
Outras receitas		30.204	93.005	29.799	100.930
Reversão (provisão) para crédito liquidação duvidosa		1.419	(2.800)	438	(6.026)
Insumos adquiridos de terceiros		(975.145)	(836.922)	(1.090.011)	(882.531)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos		(728.647)	(596.867)	(780.629)	(615.655)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(252.203)	(242.395)	(313.927)	(268.534)
Perda/Recuperação de Valores Ativos		5.705	2.340	4.545	1.658
Valor adicionado bruto		1.010.055	670.783	1.259.410	838.457
Retenções		(53.066)	(47.895)	(72.216)	(62.021)
Depreciação e amortização	18b ,19b e 20	(53.066)	(47.895)	(72.216)	(62.021)
Valor adicionado líquido produzido		956.989	622.888	1.187.194	776.436
Valor adicionado recebido em transferência		111.634	129.059	36.964	86.516
Resultado de equivalência patrimonial	17	75.549	46.798	-	-
Receitas financeiras		36.085	82.261	32.529	86.516
Outros (dividendos, aluguéis, royalties)		-	-	4.435	-
Valor adicionado total a distribuir		1.068.623	751.947	1.224.158	862.952
Distribuição do valor adicionado		1.068.623	751.947	1.224.158	862.952
Pessoal		319.299	252.797	394.298	305.558
Remuneração direta		271.602	210.704	339.860	261.262
Benefícios		29.800	24.647	33.542	27.526
FGTS		17.897	17.446	20.896	16.770
Impostos, taxas e contribuições		421.446	246.529	488.208	293.452
Federais		160.458	64.731	219.883	107.127
Estaduais		260.181	181.103	267.370	185.533
Municipais		807	695	955	792
Remuneração de capitais de terceiros		111.705	124.421	125.430	135.700
Juros		90.020	110.775	100.094	115.997
Aluguéis		21.685	13.646	25.336	19.703
Remuneração de capitais próprios		216.173	128.200	216.222	128.242
Lucros retidos		216.173	128.200	216.173	128.200
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	49	42

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A PBG S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores no Brasil, Bolsa, Balcão (B³), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011 e editado em 05 de agosto de 2021, que detém, em 31 de dezembro de 2021, 57,84% das ações da Companhia. O saldo remanescente é composto por 4,43% ações em tesouraria e 37,73% em circulação (*free float*).

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto têm como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior. A Companhia possui uma fábrica na cidade de Tijucas - SC e outra em Marechal Deodoro - AL, além dos centros de distribuição.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora da rede de franquias de lojas Portobello Shop, especializada em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra dezenove lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica, que desde o segundo trimestre de 2018 opera a fábrica de cortes especiais no Sudeste e (v) Portobello América, que distribui os produtos Portobello no mercado norte-americano e iniciou a construção de fábrica nos EUA através de sua subsidiária Portobello América Manufacturing LLC, com previsão de conclusão da obra em abril de 2023.

1.1 Efeitos do COVID-19 e ações tomadas pela Companhia

A Companhia permanece trabalhando ativamente nas medidas de prevenção do COVID-19, seguindo todas as orientações de prevenção sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como as determinações governamentais nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

Através do Comitê de Crise, a Companhia implementou uma série de ações com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade. Além disso, vem monitorando os impactos econômicos, bem como os efeitos em suas demonstrações e informa que:

- As unidades industriais operaram em sua capacidade normal no ano de 2021.;
- Não houve necessidade de captação de linha de crédito para atender aos impactos da pandemia;
- Não houve novas perdas de créditos de liquidação duvidosa com necessidade de constituição de *impairment*;
- Não houve prorrogação de prazos para com clientes, fornecedores ou para pagamentos de tributos.

As restrições geradas pela pandemia não foram suficientes para impactar os números da Companhia em 2021, mantendo-se as previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidações

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercidos ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O percentual de participação da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2021 é:

	País de constituição	Participação direta	Participação indireta
Portobello America Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%
PBTech Ltda	Brasil	99,94%	0,06%
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das empresas controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações dos não controladores

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações em não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldos dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma, não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentações de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócio são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela Diretoria Executiva, que é responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos de negócio e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme apresentado na nota explicativa nº 34, exceto quando diferidas no patrimônio líquido como operações de hedge de fluxo de caixa qualificados.

b) Empresas controladas no exterior

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos e Euro) registrados por controlada, sediada no exterior, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

3.4 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, dividendos a receber, crédito com controladas, depósitos judiciais em garantia e recebíveis da Eletrobrás.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebram acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

(v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados, pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de doze meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Passivos financeiros

(i) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

(ii) Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de *swaps* de juros e contrato a termo de moeda sem a entrega física “Non-Deliverable Forward” para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*, de acordo com as normas IFRS 9/CPC 48. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

(vi) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou a aplicação de *hedge accounting* a partir de 29 de julho de 2021, os instrumentos eleitos para designação foram as vendas em dólar para o exercício de 2021 e 2022 que foram classificadas como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras)

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido na rubrica de Ajuste de avaliação patrimonial, e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício na rubrica de Resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de Receita líquida de vendas, de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge* (nota explicativa nº 7).

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Tributos a recuperar

Abrange créditos fiscais alocados no ativo circulante e no não circulante, conforme a expectativa de realização apurada pela Companhia, Nos casos em que a origem do crédito tributário envolve processo judicial, o registro do ativo é suportado pelas sentenças favoráveis à Companhia, que considera praticamente certa a realização de tais créditos, conforme disposto na nota explicativa nº 10.

3.8 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são aquelas incorridas antes do evento que gerará benefícios futuros à Companhia e referem-se aos gastos com seguros e licenças, após a realização do evento, sofrem redução mensal do valor em parcelas, através de apropriação. Tal apropriação de despesas deve ser feita no resultado do período a que corresponderem, mediante controles auxiliares, com as informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas.

3.9 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativos não circulantes.

3.10 Depósitos em garantia

Trata-se de ressarcimento pela aquisição de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S.A. que foram utilizados pela Companhia na liquidação de tributos federais e posteriormente acabaram não sendo validados por parte da Fazenda Nacional. A Companhia optou por efetuar o registro no ativo não circulante pois não há uma data definida para sua realização, conforme discorre a nota explicativa nº 12.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.11 Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos e balizamentos da sentença condenatória.

3.12 Ativos judiciais

Os ativos judiciais referem-se a créditos tributários, para os quais a Companhia possui processos judiciais cuja entrada de benefícios econômicos é considerada praticamente certa, conforme a nota explicativa nº 15.

3.13 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional conforme o resultado apurado. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 17).

3.14 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados para resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação (nota explicativa nº 18).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.15 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente, deduzidos da amortização ou exaustão acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização ou exaustão, mencionadas na nota explicativa nº 19, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas, patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

3.16 Arrendamentos (CPC 06 (IFRS 16))

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16, por meio do CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Dos contratos que abrangem o escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente do arrendamento dos veículos, aluguel de centros de distribuição, aluguel de lojas próprias, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no contrato. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivo de arrendamento recebidos;
- incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do Arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI, e pequenos itens de mobiliário de escritório.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.17 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.18 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. A Companhia classifica os fornecedores como operacionais e investimento para aquisição de ativo imobilizado.

3.19 Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

3.20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.21 Adiantamento de clientes

Ocorre quando a Companhia recebe um adiantamento de cliente por conta do fornecimento futuro de bens e serviços, antes mesmo da entrega do produto ou serviço solicitado pelo cliente e da geração da nota fiscal. O maior saldo encontra-se no consolidado e provém das lojas próprias, devido à característica da operação.

3.22 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os riscos fiscais classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em seu montante nas Demonstrações Financeiras, bem como os classificados como perdas remotas não são provisionados, nem divulgados.

Os ativos fiscais não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.23 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os tributos diferidos são consumidos à medida em que as diferenças temporárias ativas e passivas sejam realizadas e também pela compensação do prejuízo fiscal, conforme nota explicativa nº 14.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas.

O registro desses créditos fundamentou-se pela expectativa futura de geração de lucros tributáveis, com base em estimativas preparadas pela Companhia, realizadas a partir de projeções efetuadas pela Administração, considerando cenários econômicos, taxas de desconto e demais variáveis que podem não se realizar.

3.24 Interpretação de IFRS emitida pelo IASB – ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro e a contribuição social, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A Companhia considerou os principais tratamentos de apuração de imposto de renda e de contribuição social e aplicou a interpretação desta norma.

A Companhia entende como fato relevante e impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 conforme detalhado em nota explicativa número 15 letra “d”, a decisão do Colegiado do STF sobre a inconstitucionalidade da tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro sobre a taxa Selic recebida pelos contribuintes em razão do indébito tributário.

3.25 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definidos, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento dessa participação é realizado pró-rata no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se como ponto de partida o lucro.

3.26 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 29.1.

3.27 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado do exercício.

3.28 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando a Companhia transfere o controle, ou seja, efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacado. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (*Home Centers*, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

Nas vendas de produtos por atacado, nos grandes *Home Centers* existe a espécie de abatimento comercial ou *rebate* que surgiu como um desconto especial atrelado ao atingimento de volume de vendas por um certo período de tempo; é a concessão de descontos sempre após a compra, ou seja, de modo retroativo, equivalente a um pagamento feito pelo vendedor ao comprador e não a um abatimento, propriamente dito, no valor final da compra.

b) Receita de franquias

A receita de franquia (royalties) é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis nas controladas.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.29 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) Provisões para perdas nos estoques

A provisão para potenciais perdas de estoque é constituída quando, com base no histórico e troca de coleções, itens são definidos como descontinuados, possuem baixo giro ou quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 30.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela gerência responsável, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a vice-presidência de finanças identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia apresenta a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber	60.407	42.935	123.330	60.211
Conta corrente	4.516	1.502	21.717	21.912
Créditos com controladas	111.796	45.308	-	-
Ativos expostos	176.719	89.745	145.047	82.123
Fornecedores	(16.717)	(15.332)	(34.111)	(37.845)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(23.980)	(45.210)	(41.590)	(45.210)
Passivo de arrendamento	-	-	-	(4.734)
Empréstimos e financiamentos	(21.280)	(49.123)	(21.280)	(49.123)
(-) Operação <i>Swap</i>	3.790	14.117	3.790	14.117
Passivos expostos	(58.187)	(95.548)	(93.191)	(122.795)
Exposição líquida	118.532	(5.803)	51.856	(40.672)

Essa exposição cambial é dividida em:

1. Euro:

	Em milhares de Euros			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber	264	197	264	197
Fornecedores	(1.419)	(1.012)	(1.419)	(1.012)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(3.795)	(7.071)	(3.795)	(7.071)
	(4.949)	(7.886)	(4.949)	(7.886)

2. Dólar:

	Em milhares de Dólares Americanos			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber	10.526	8.020	21.801	11.344
Conta corrente	809	288	3.892	4.215
Créditos com controladas	20.033	8.718	-	-
Fornecedores	(1.389)	(1.730)	(4.506)	(6.062)
Fornecedores de imobilizado e intangível	-	-	(3.156)	-
Obrigações de arrendamento	-	-	-	(911)
Empréstimos e financiamentos	(3.813)	(9.453)	(3.813)	(9.453)
(-) Operações de <i>Swap</i>	679	2.717	679	2.717
	26.845	8.560	14.897	1.850

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia mantém a política de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa, conforme nota explicativa nº 22. Os empréstimos adquiridos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são realizadas em CDB bancários com uma pequena parcela em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantêm rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes e ajustam os limites de crédito sempre que é detectada qualquer alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e vice-presidência de finanças.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Controladora e Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Controladora										
31 de dezembro de 2021					31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	
Menos de um ano	98.115	8.036	322.176	11.663	439.953	223.908	7.594	280.943	9.290	521.735
Entre um e dois anos	136.218	11.049	188.167	11.590	347.024	210.603	4.763	151.364	9.290	376.020
Entre dois e cinco anos	431.752	4.334	1.767	9.816	447.669	215.592	8.117	18.357	25.127	267.193
Acima de cinco anos	96.307	-	-	-	96.307	77.663	-	-	-	77.663
	<u>762.392</u>	<u>23.419</u>	<u>512.110</u>	<u>33.069</u>	<u>1.330.953</u>	<u>727.766</u>	<u>20.474</u>	<u>450.664</u>	<u>43.707</u>	<u>1.242.611</u>

Consolidado										
31 de dezembro de 2021					31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	
Menos de um ano	98.115	19.456	365.652	11.663	494.849	223.908	34.803	295.244	9.354	563.309
Entre um e dois anos	136.218	28.016	188.167	11.663	364.064	210.603	11.963	151.364	9.354	383.284
Entre dois e cinco anos	431.752	15.626	1.767	9.743	458.888	215.592	24.878	18.357	25.298	284.125
Acima de cinco anos	96.307	1.755	-	-	98.062	77.663	1.538	-	-	79.200
	<u>762.392</u>	<u>64.853</u>	<u>555.586</u>	<u>33.069</u>	<u>1.415.863</u>	<u>727.766</u>	<u>73.182</u>	<u>464.965</u>	<u>44.006</u>	<u>1.309.919</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Análise de sensibilidade**i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

A Administração da Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores das despesas financeiras e receitas financeiras, provenientes dos empréstimos e financiamentos, debêntures, parcelamentos tributários e aplicações financeiras, que são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Esse estudo tem como base o cenário provável de alta da taxa CDI para 11,32% ao ano, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e da Selic para 11,32% ao ano. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

	31 de dezembro de 2021	Risco	Consolidado em Reais					
			Taxa Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações financeiras	67.141	Alta CDI	11,32%	7.600	14,15%	9.500	16,98%	11.401
Empréstimos e financiamentos	(130.646)	Alta CDI	11,32%	(14.789)	14,15%	(18.486)	16,98%	(22.184)
Debêntures	(304.598)	Alta CDI	11,32%	(34.480)	14,15%	(43.101)	16,98%	(51.721)
Parcelamento de obrigações tributárias	(33.069)	Alta Selic	11,32%	(3.743)	14,15%	(4.679)	16,98%	(5.615)
	(401.172)			(45.413)		(56.766)		(68.119)

* Índices Selic e CDI extraídas do site da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) em 09 de fevereiro de 2022.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2021 para os quais, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então agravada em 25%, 50%, -25%, -50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2021 (Pagar) Receber		Cenário Provável	Consolidado			
				Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
				Possível +25%	Remoto +50%	Possível - 25%	Remoto - 50%
Saldos em Dólar	Dólar	Reais	5,3912	6,7390	8,0869	4,0434	2,6956
Contas a receber	21.801	121.660	(4.127)	25.257	54.641	(33.510)	(62.893)
Conta corrente	3.892	21.717	(737)	4.509	9.754	(5.982)	(11.227)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(3.156)	(17.610)	597	(3.656)	(7.909)	4.850	9.104
Fornecedores	(4.506)	(25.147)	853	(5.221)	(11.294)	6.926	13.000
Empréstimos e financiamentos	(3.813)	(21.280)	722	(4.418)	(9.557)	5.861	11.001
(-) Contrato de Swap	679	3.790	(129)	787	1.702	(1.044)	(1.959)
Exposição líquida	14.897	83.130	(2.821)	17.258	37.337	(22.899)	(42.974)

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31 de dezembro de 2021 (Pagar) Receber		Cenário Provável	Consolidado			
				Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
				Possível +25%	Remoto +50%	Possível - 25%	Remoto - 50%
Saldos em Euro	Euro	Reais	6,1712	7,7140	9,2568	4,6284	3,0856
Contas a receber	264	1.670	(39)	369	777	(447)	(854)
Fornecedores	(1.419)	(8.964)	209	(1.979)	(4.168)	2.398	4.587
Fornecedores de imobilizado e intangível	(3.795)	(23.980)	560	(5.295)	(11.150)	6.415	12.270
Exposição líquida	(4.950)	(31.274)	730	(6.905)	(14.541)	8.366	16.003

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa futura provável do euro e do dólar para 90 dias, obtida junto ao site da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) em 09 de fevereiro de 2022.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, passivo de arredamento com opção de compra, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Dívida Bancária Bruta	766.664	727.766	766.664	727.766
Disponibilidades	(125.516)	(245.779)	(189.718)	(326.325)
Endividamento líquido	641.148	481.987	576.946	401.441
Total do patrimônio líquido	356.136	417.168	356.157	417.184
Total do capital próprio e de terceiros	997.284	899.155	933.103	818.625
Endividamento Líquido/ EBITDA *	2,01	2,75	1,60	2,29
Índice de alavancagem financeira (%)	64	54	62	49

* Nossos Covenants são calculados de acordo com o índice de endividamento líquido dividido pelo Ebitda, vide nota explicativa 22.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Derivativos	3.790	14.117	3.790	14.117
Ativos ao Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	125.516	245.779	189.718	326.325
Contas a receber de clientes	296.195	261.227	375.624	289.090
Dividendos a receber	-	53.023	-	-
Créditos com controladas	119.130	53.768	-	-
Depósitos judiciais	185.332	156.296	185.382	156.324
Aplicações financeiras vinculadas	13.679	13.317	13.679	13.317
Outros ativos	19.372	20.475	21.140	21.127
	<u>763.014</u>	<u>818.002</u>	<u>789.333</u>	<u>820.300</u>
Passivos ao Custo amortizado				
Fornecedores e Cessão	512.073	450.674	555.549	464.975
Empréstimos, financiamentos e debêntures	762.392	727.766	762.392	727.766
Dividendos a pagar	970	31.005	1.043	31.079
Obrigações de Arrendamento	23.419	20.473	64.853	73.182
Dívidas com Pessoas ligadas	56.330	56.330	56.363	53.723
Outros passivos	18.454	27.915	51.928	30.911
	<u>1.373.638</u>	<u>1.314.163</u>	<u>1.492.128</u>	<u>1.381.636</u>

A Companhia possui aplicação financeira vinculada a um fundo de investimento de longo prazo e atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste no valor de R\$ 13.679 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.317 em 31 de dezembro de 2020). Essa aplicação financeira está classificada no ativo não circulante.

6. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações, majoritariamente em CDB bancários e uma pequena parcela em fundos de investimento, a rentabilidade das aplicações financeiras na data do balanço fica entre 86% a 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e têm liquidez imediata, podendo ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas correntes	91.370	38.052	112.861	77.124
Moeda nacional	86.854	36.551	100.860	55.213
Moeda estrangeira	4.516	1.501	12.001	21.911
Aplicações financeiras	34.146	207.727	76.857	249.201
Moeda nacional	34.146	207.727	67.141	249.201
Moeda estrangeira	-	-	9.716	-
	<u>125.516</u>	<u>245.779</u>	<u>189.718</u>	<u>326.325</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

a) Swap

Em junho de 2018, a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) e em conjunto uma operação de *Swap*, que visa proteger os pagamentos futuros desses empréstimos e financiamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Esta operação está classificada como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial (ativo não circulante), com saldo de R\$ 150 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 359 em 31 de dezembro de 2020 (liquido ativo x passivo)). Houve repactuação em junho de 2020 pelo montante de US\$ 2,711, equivalente a R\$ 14.430 na data, ao custo de 2,95% ao ano mais LIBOR-03 e variação cambial, com *Swap* para 100% CDI mais 2,95% ao ano e prazo de pagamento em 45 meses, com carência aproximada de 12 meses. As amortizações são trimestrais. Em 31 de dezembro de 2021, houve ganho líquido no valor de R\$ 4 nas operações de *swap*, conforme nota explicativa nº 34.

b) Termo (NDF)

No ano de 2021, a Companhia firmou 21 contratos de NDFs junto ao Banco Itaú, Santander e XP Investimentos, com valor *notional* total de US\$ 87.280, nas seguintes condições:

Vencimento	Cotação fixada	Valor referência (notional - em Dólares)	(Valor justo MTM) (NE 29.4)		Resultado operacional (NE 31)		Resultado financeiro	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operações liquidadas/realizadas em 31/12/2021								
30/07/2021	5,0153 R\$/US\$	6.000	-	-	(317)	-	-	-
31/08/2021	5,0260 R\$/US\$	5.900	-	-	(998)	-	-	-
30/09/2021	5,0404 R\$/US\$	6.100	-	-	(2.299)	-	-	-
29/10/2021	5,0530 R\$/US\$	3.800	-	-	(2.126)	-	-	-
29/10/2021	5,2920 R\$/US\$	2.400	-	-	(769)	-	-	-
30/11/2021	5,0733 R\$/US\$	3.800	-	-	(2.046)	-	-	-
30/11/2021	5,3020 R\$/US\$	2.400	-	-	(744)	-	-	-
31/12/2021	5,0824 R\$/US\$	3.300	-	-	(1.644)	-	-	-
31/12/2021	5,3220 R\$/US\$	2.200	-	-	(499)	-	(68)	-
Total		35.900	-	-	(11.442)	-	(68)	-
Operações a liquidar/realizar em 31/12/2021								
31/01/2022	5,6190 R\$/US\$	3.594	13	-	-	-	-	-
25/02/2022	5,6420 R\$/US\$	3.706	(44)	-	-	-	-	-
31/03/2022	5,6913 R\$/US\$	3.879	(48)	-	-	-	-	-
29/04/2022	5,7230 R\$/US\$	4.060	(101)	-	-	-	-	-
31/05/2022	5,7599 R\$/US\$	4.165	(172)	-	-	-	-	-
30/06/2022	5,7965 R\$/US\$	4.229	(248)	-	-	-	-	-
29/07/2022	6,0183 R\$/US\$	4.375	490	-	-	-	-	-
31/08/2022	6,0808 R\$/US\$	4.482	481	-	-	-	-	-
30/09/2022	6,1359 R\$/US\$	4.586	514	-	-	-	-	-
31/10/2022	6,1850 R\$/US\$	4.775	527	-	-	-	-	-
30/11/2022	6,2329 R\$/US\$	4.842	529	-	-	-	-	-
30/12/2022	6,2887 R\$/US\$	4.687	533	-	-	-	-	-
Total		51.380	2.474	-	-	-	-	-

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Tais contratos foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa e foram firmados para proteger a margem operacional no que tange às vendas em dólar, sendo registrados na metodologia de *hedge accounting*, conforme descrito na nota explicativa nº 3.5.

Em 31 de dezembro de 2021, houve ganho não realizado (valor justo - marcação a mercado pela curva do dólar da B3) de R\$ 2.474 sem considerar o impostos de renda e contribuição social, registrada em outros resultados abrangentes e no ativo circulante (nota explicativa nº 29.4), para os contratos a vencer na data, valor este evidenciado na Demonstração das mutações do patrimônio líquido e na Demonstração dos resultados abrangentes, bem como perdas realizadas acumuladas de R\$ (11.442) no resultado operacional (nota explicativa nº 31) e R\$ (68) no resultado financeiro.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber de terceiros				
Mercado interno	239.247	223.585	258.018	234.650
Mercado externo	60.407	42.935	123.330	60.211
	<u>299.654</u>	<u>266.520</u>	<u>381.348</u>	<u>294.861</u>
Contas a receber de partes ligadas				
Entidades ligadas à administração	757	342	757	1.148
	<u>757</u>	<u>342</u>	<u>757</u>	<u>1.148</u>
Total de contas a receber no circulante	<u>300.411</u>	<u>266.862</u>	<u>382.105</u>	<u>296.009</u>
Total de contas a receber mercado interno no não circulante	<u>3.391</u>	<u>3.391</u>	<u>3.391</u>	<u>3.391</u>
Total de contas a receber	<u>303.802</u>	<u>270.253</u>	<u>385.496</u>	<u>299.400</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes				
PCLD circulante	(4.216)	(5.635)	(6.481)	(6.919)
PCLD não circulante	(3.391)	(3.391)	(3.391)	(3.391)
	<u>(7.607)</u>	<u>(9.026)</u>	<u>(9.872)</u>	<u>(10.310)</u>
Total do contas a receber líquido de PCLD	<u>296.195</u>	<u>261.227</u>	<u>375.624</u>	<u>289.090</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

	Controladora					
	31 de dezembro de 2021	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2020	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	295.689	(2.225)	0,8%	261.967	(2.826)	1,1%
Vencidos até 30 dias	1.763	(103)	5,8%	1.584	(378)	23,9%
Vencidos de 31 a 60 dias	418	(46)	11,0%	641	(182)	28,4%
Vencidos de 61 a 90 dias	279	(32)	11,5%	354	(98)	27,7%
Vencidos de 91 a 120 dias	273	(62)	22,7%	179	(80)	44,7%
Vencidos de 121 a 180 dias	457	(216)	47,3%	402	(336)	83,6%
Vencidos de 181 a 360 dias	1.532	(1.532)	100,0%	1.735	(1.735)	100,0%
Vencidos a mais de 361 dias	3.391	(3.391)	100,0%	3.391	(3.391)	100,0%
	303.802	(7.607)		270.253	(9.026)	
	Consolidado					
	31 de dezembro de 2021	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2020	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	365.753	(3.289)	0,9%	288.038	(3.747)	1,3%
Vencidos até 30 dias	7.459	(159)	2,1%	3.940	(415)	10,5%
Vencidos de 31 a 60 dias	3.898	(211)	5,4%	957	(218)	22,8%
Vencidos de 61 a 90 dias	1.056	(107)	10,1%	425	(115)	27,1%
Vencidos de 91 a 120 dias	970	(234)	24,1%	266	(139)	52,3%
Vencidos de 121 a 180 dias	896	(409)	45,6%	529	(434)	82,0%
Vencidos de 181 a 360 dias	2.073	(2.072)	100,0%	1.854	(1.851)	99,8%
Vencidos a mais de 361 dias	3.391	(3.391)	100,0%	3.391	(3.391)	100,0%
	385.496	(9.872)		299.400	(10.310)	

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A provisão para estimativa de crédito de liquidação duvidosa estimada pela Companhia é calculada por meio de uma política de escalonamento de realização da carteira, levando em consideração a análise de crédito, o histórico da recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento e as informações do mercado. Também é feita uma análise mensal sobre os saldos a vencer com base na carteira de clientes, além da análise da carteira de clientes a vencer pela experiência de perda e alguns clientes pontuais. Essa metodologia tem sustentado as estimativas de perdas nesta carteira, atendendo aos conceitos das normas IFRS 9/CPC 48.

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação da provisão para estimativa de crédito de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(6.228)	(6.271)
Provisão	(13.942)	(16.951)
Reversão de provisão	8.590	10.014
Baixa por perda efetiva	2.554	2.898
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.026)	(10.310)
Provisão	(6.113)	(9.536)
Reversão de provisão	5.954	8.396
Baixa por perda efetiva	1.578	1.578
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.607)	(9.872)

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 22.

Em 31 de dezembro de 2021, o total de títulos para receber dados em garantia era de R\$ 100.657 (R\$ 105.108 em 31 de dezembro de 2020). Para garantir as operações de terceiros com os franqueados, soma-se em garantia o valor de R\$ 478 (R\$ 70 em 31 de dezembro de 2020).

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos acabados	165.656	121.468	211.876	153.446
Produtos em processo	10.455	10.322	10.706	10.626
Matérias-primas e materiais de consumo	57.720	45.916	58.576	45.930
Importações em andamento	7.871	4.052	16.048	4.051
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(8.594)	(8.861)	(11.842)	(9.491)
	<u>233.108</u>	<u>172.897</u>	<u>285.364</u>	<u>204.562</u>

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(15.088)	(15.088)
Constituição de provisão	(9.067)	(9.697)
Reversão de provisão por venda ou baixa	15.294	15.294
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(8.861)	(9.491)
Constituição de provisão	(6.166)	(9.415)
Reversão de provisão por venda ou baixa	6.433	7.064
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(8.594)	(11.842)

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

10. Tributos a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante				
PIS/COFINS (a)	19.959	56.098	19.951	56.097
ICMS	218	13.740	270	14.203
IPI (b)	3.841	3.065	3.859	3.072
IRPJ/CSLL	1.192	3.274	1.864	3.852
Reintegra	720	410	720	410
Outros tributos a recuperar	732	27	790	188
	<u>26.662</u>	<u>76.614</u>	<u>27.454</u>	<u>77.822</u>
Não circulante				
ICMS-ST (c)	9.982	-	9.982	-
ICMS (d)	4.783	5.504	4.877	5.674
PIS/COFINS	-	7.602	-	7.602
	<u>14.765</u>	<u>13.106</u>	<u>14.859</u>	<u>13.276</u>

a) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (2003-2009) e (2009-2014):

A Companhia impetrou mandado de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS destacado. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STJ e STF).

Em 15 de março de 2017, em decisão favorável proferida pelo STF em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200, a Companhia procedeu com a reversão do montante provisionado naquela época.

Em 02 de julho de 2018, conforme certidão lavrada pela Secretaria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o referido processo transitou em julgado.

Em 14 de agosto de 2018, a Companhia ingressou na Receita Federal com o pedido de habilitação de crédito decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, a fim de que pudesse utilizar os créditos gerados entre novembro de 2009 e outubro de 2014, conforme determinado na decisão judicial.

Em 13 de dezembro de 2018, foi proferida decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado, no valor de R\$ 59.381, registrando este valor no mesmo período. A Companhia vem realizando a compensação desses créditos com tributos federais. Com a homologação na Receita Federal este ativo foi reclassificado do ativo tributário para tributos a recuperar.

Além do processo reconhecido acima, a Companhia teve outro processo com o mesmo teor, transitado em julgado no segundo trimestre de 2018. Com isso a companhia reconheceu o Expurgo do ICMS do PIS e COFINS referente ao período de 2003 a 2009, no valor de R\$ 45.072. Como houve habilitação pela Receita Federal no terceiro trimestre de 2019, o ativo passou para a rubrica tributos a recuperar, no não circulante.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Como a expectativa de utilização do saldo total do crédito seria ao longo do ano de 2021, o crédito foi integralmente reclassificado para o circulante em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro o saldo da exclusão do ICMS nas bases de PIS e COFINS é de R\$ 13.368 (R\$ 27.837 em 31 de dezembro de 2020). Além do saldo do expurgo do ICMS, também consta nesta rubrica o valor do PIS e da COFINS sobre o ativo imobilizado num total de R\$ 5.799. Os demais valores referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes das operações normais da Companhia e serão integralmente compensados nas apurações seguintes.

b) IPI

O saldo é composto por créditos de IPI, referente ao exercício de 2021, cujos pedidos de ressarcimento ainda não foram enviados à Receita Federal.

c) ICMS

Neste item estão registrados os valores de ICMS-ST incidentes sobre as operações de transferência de produtos entre os estabelecimentos da Companhia, no montante de R\$ 9.982. Esse valor é objeto de processo junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, visando sua total recuperação e foi reclassificado para o não circulante em 2021 em função da avaliação da administração com relação ao seu prazo de recuperação.

d) ICMS

Neste item estão registrados os valores decorrentes de aquisição do ativo imobilizado

11. Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e previdenciária (vide notas explicativas nº 27 e 28) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original, atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cível (a)	171.195	144.021	171.195	144.021
Outros depósitos Cível	159	158	159	191
Trabalhista	2.075	3.250	2.083	3.213
Tributária	11.903	8.867	11.945	8.899
	<u>185.332</u>	<u>156.296</u>	<u>185.382</u>	<u>156.324</u>

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor de gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou no judiciário, postulando a manutenção da mencionada benesse, tendo sido deferida medida

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo. A Companhia possui o mesmo montante registrado na rubrica de fornecedores, no passivo não circulante (vide nota explicativa 21).

12. Depósitos em garantia

Em setembro de 2020, a Companhia assinou um “Termo de Entendimento e Quitação de Obrigações” com a Refinadora Catarinense S.A., referente a quitação de uma dívida da Refinadora com a Companhia, no montante de R\$ 101.990. Neste termo, ajustaram as partes que a Refinadora concedeu em pagamento os numerários transferidos, no montante de R\$ 89.517, para os processos de execução fiscal ajuizados em face da PBG S.A, valor este registrado em outubro de 2020 em uma conta de depósitos em garantia, classificada no ativo não circulante, pois apesar de a Administração ter a expectativa de recebimento deste valor dentro dos próximos meses, ainda não há data definida para a sua realização.

Posteriormente, ao registro inicial a Companhia efetuou uma baixa parcial do saldo, referente à uma execução fiscal no valor de R\$ 2.115, resultando no saldo depositado R\$ 87.402 em 31 de dezembro de 2020.

No exercício de 2021, a Companhia resgatou R\$ (257) e reconheceu atualização financeira de R\$ 2.555, resultando no saldo de R\$ 89.700 apresentado em 31 de dezembro de 2021.

Em janeiro de 2022, a Companhia obteve decisão favorável para o levantamento de R\$ 45.950 depositados em duas execuções fiscais, estando o levantamento condicionado à apresentação de garantia em substituição. A Companhia já apresentou as apólices de seguro garantia e aguarda a emissão dos alvarás para levantamento dos valores.

13. Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás com o objetivo de ter ressarcido o empréstimo compulsório pago por meio das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/1962.

Em 2016, após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, a Companhia contratou um perito contábil para quantificar o crédito a ser executado, ajustando (reduzindo) o valor em razão de ulterior decisão do STJ.

A Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) interpôs Agravo de Instrumento no Cumprimento de Sentença e obteve decisão liminar favorável para cassar a decisão que determinou o pagamento em favor da Companhia, assim como a retomada do procedimento de liquidação de sentença. A liquidação de sentença transitou em julgado em julho de 2018, sendo favorável à Companhia. Esta, em fevereiro de 2019, requereu o prosseguimento do processo com a homologação dos cálculos do crédito, que apontou o montante de R\$ 12.821. Atualmente o processo aguarda manifestação da Contadoria Judicial acerca das incorreções apontadas pela Companhia.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

14. Imposto de renda e contribuição social**a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher**

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Imposto de renda	1.192	2.662	1.690	3.118	124	-	2.749	2.203
Contribuição social	-	612	174	734	-	-	1.116	794
	<u>1.192</u>	<u>3.274</u>	<u>1.864</u>	<u>3.852</u>	<u>124</u>	<u>-</u>	<u>3.865</u>	<u>2.997</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para a Controladora e o Consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Prejuízos fiscais	<u>27.702</u>	<u>35.276</u>	<u>36.494</u>	<u>39.630</u>
Diferenças temporárias ativas	<u>63.053</u>	<u>57.222</u>	<u>65.297</u>	<u>57.651</u>
Variações cambiais pelo regime de caixa	16.725	20.317	16.725	20.317
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.753	1.500	1.753	1.500
Provisões cíveis, trabalhistas, previd. e tributárias	19.423	15.353	19.423	15.731
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	8.590	3.661	8.590	3.661
Outras diferenças temporárias ativas	16.562	16.391	18.806	16.442
Diferenças temporárias passivas	<u>(63.462)</u>	<u>(54.691)</u>	<u>(69.849)</u>	<u>(59.569)</u>
Portobello previdência	(6.350)	(3.028)	(6.350)	(3.028)
Realização da reserva de reavaliação	(16.041)	(16.651)	(16.041)	(16.651)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(4.359)	(4.359)	(4.359)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - Fase I	(2.988)	(2.645)	(2.988)	(2.645)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - Fase II	(8.768)	(7.621)	(8.768)	(7.621)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	-	-	(6.387)	(4.878)
Operações de hedge accounting	(841)	-	(841)	-
Ajuste a valor presente	(63)	-	(63)	-
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(24.052)	(20.387)	(24.052)	(20.387)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	<u>27.293</u>	<u>37.807</u>	<u>31.942</u>	<u>37.713</u>
Ativo não circulante	90.755	92.498	101.791	97.281
Passivo não circulante	(63.462)	(54.691)	(69.849)	(59.569)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021 das contas de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2021
31 de dezembro de 2019	21.839	26.191
Prejuízos fiscais	(3.286)	(3.286)
Diferenças temporárias ativas	21.767	22.198
Diferenças temporárias passivas	(3.123)	(8.000)
Reserva de reavaliação	610	610
31 de dezembro de 2020	37.807	37.713
Prejuízos fiscais	(7.574)	(3.137)
Diferenças temporárias ativas	4.989	6.804
Diferenças temporárias passivas	(8.539)	(10.048)
Reserva de reavaliação	610	610
31 de dezembro de 2021	27.293	31.942

c) Imposto de renda e contribuição social (resultado)

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Resultado antes do imposto	209.655	66.499	229.508	85.565
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(71.283)	(22.610)	(78.033)	(29.092)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	25.688	15.911	-	-
Incentivos fiscais	8.982	-	8.982	-
Incentivo fiscal – Sudene	4.216	-	4.216	-
Despesas não dedutíveis	9.476	6.448	9.476	6.448
Depreciação de ativos reavaliados	(610)	(661)	(610)	(661)
IRPJ e CSLL sobre indêbitos tributários (NE 15d)	26.686	-	26.686	-
Outros	3.363	(5.382)	15.996	1.343
	6.518	60.205	(13.287)	63.603
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(3.447)	(7.386)	(27.996)	(21.962)
Constituição de Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.965	69.087	14.709	64.639
Despesa com imposto de renda e contribuição social (reconhecida no resultado - corrente e diferido)	6.518	61.701	(13.287)	42.677
Alíquota efetiva	-3,1%	-92,8%	5,8%	-49,9%

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No exercício de 2021 foram registrados, na Controladora, os incentivos fiscais da Sudene apurados sobre o ano calendário de 2020 e o exercício de 2021.

d) Prejuízos Fiscais na Controladora e Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Prejuízo fiscal	81.476	103.754	107.335	127.081
IR/CS Diferidos	27.702	35.276	36.494	43.207
<i>Impairment</i>	-	-	-	(3.578)
IR/CS Diferidos constituídos	27.702	35.276	36.494	39.629

Baseado em estudos e projeções de resultados para os períodos seguintes, foi realizada uma análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2021, na Controladora e em sua Controlada Companhia Brasileira de Cerâmica, onde estimamos o seguinte cronograma para recuperação destes ativos:

Período	Controladora	Consolidado
2022	14.531	17.776
2023	13.171	18.718
	27.702	36.494

15. Ativos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Crédito-prêmio do IPI (a)				
Processo nº 1987.0000.645-9	25.787	22.414	25.787	22.414
Processo nº 1984.00.020114-0	8.787	7.784	8.787	7.784
Correção cédulas de crédito rural (b)	-	-	18.786	14.346
Crédito-prêmio do IPI - "Polo Ativo" - Parcela Complementar (c)	75.107	75.107	75.107	75.107
IRPJ e CSLL sobre juros de indêbitos tributários (d)	26.686	-	26.686	-
	136.367	105.305	155.153	119.651

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia é parte ativa em processo judicial com o intuito de ter o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados "crédito-prêmio do IPI", em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, sendo que o importe reconhecido em novembro de 2009 e mantido em 31 de dezembro de 2021 é o de R\$ 25.787 (R\$ 22.414 em 31 de dezembro de 2020).

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados.

A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, não se manifestou, o que ensejou a concordância tácita e, por conseguinte, operou-se a preclusão. O processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu, em 2015, o montante apurado pelo perito judicial, no valor de R\$ 4.983, e, como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e mantém em 30 de dezembro de 2021 o saldo de R\$ 8.787 (R\$ 7.784 em 31 dezembro de 2020). A Companhia diligenciará para que a expedição da requisição de pagamento ocorra até junho de 2022, de modo que a realização financeira aconteça até dezembro de 2023.

b) Atualização monetária Cédulas de Crédito Rural

Em março de 2017, a controlada PBTech, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs o cumprimento de sentença individual, com objetivo de obter o valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O Banco do Brasil, em sede de reclamação ajuizada no Superior Tribunal de Justiça, obteve decisão favorável a si para determinar a suspensão do processo.

Em março de 2020, por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o processo, por envolver unicamente a Companhia e Banco do Brasil S.A. e amparado em decisão anterior do Superior Tribunal de Justiça, determinou que o processo, por competência em razão da matéria, passasse a tramitar na Justiça Estadual, numa das Varas Cíveis da Cidade de Tijucas/SC.

Em 24 de março de 2021, nos autos do RESP nº 1.319.232 (Ação Civil Pública), o Superior Tribunal de Justiça revogou o efeito suspensivo que havia concedido nos autos e, a partir da referida decisão, os cumprimentos individuais de sentença voltaram a prosseguir normalmente.

Diante da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que reconheceu a incompetência federal, a controlada PBTech, manejou o cumprimento individual sentença no âmbito da Justiça Estadual e aguarda provimento jurisdicional acerca do recurso manejado pela controlada PBTech em face da decisão que determinou a intimação do Executado (Banco do Brasil) para pagar voluntariamente ou apresentar impugnação, haja vista que Executado deixou transcorrer o prazo no cumprimento de sentença que tramitou perante a Justiça Federal.

O valor do crédito executado é de R\$ 18.786, o qual se encontra em conformidade com a decisão proferida no RESP Nº 1.319.232 – DF (Sociedade Rural Brasileira Rural x Banco Central do Brasil – BACEN e Outros).

Em Janeiro de 2022, a Justiça Estadual proferiu decisão em que rejeitou a impugnação apresentada pelo Banco do Brasil. Na mesma decisão, tendo em vista o decurso de prazo para o pagamento voluntário, o Juízo acolheu o pedido formulado pela PBTech para determinar o bloqueio de ativos financeiros do Banco do Brasil.

O valor bloqueado será objeto de pedido de levantamento em favor da PBTech, mediante a apresentação de seguro garantia.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

O processo iniciou-se em 1984. Durante seu curso, chegou a tramitar perante o Supremo Tribunal Federal (STF), após, retornou à 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (vara original), para que fosse dado prosseguimento ao cumprimento de sentença.

A Companhia, diante da manifestação prestada pela Contadoria Judicial – anexada ao processo em março de 2020 – em que informa não possuir conhecimento técnico para apresentar manifestação acerca das impugnações apresentadas pela União Federal e, considerando que os valores apresentados pela Companhia foram devidamente homologados, reconheceu a parcela tida como complementar no valor de R\$ 66.056 (base agosto de 2015).

No primeiro trimestre de 2020, foi reconhecido, o valor de R\$ 75.107. Concomitantemente no passivo foi constituído o valor de R\$ 56.330, referente aos valores a serem pagos a Refinadora Catarinense, R\$ 1.737 referente PIS e COFINS contabilizados no passivo de longo prazo, R\$ 3.380 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados nas respectivas contas de impostos diferidos, sendo passivo não circulante e resultado. Também foi provisionado o valor de honorários de sucesso. O valor líquido que cabe à Companhia é R\$ 4.823.

Atualmente, aguarda-se pronunciamento jurisdicional acerca do requerimento formulado para a rejeição à impugnação apresentada pela União e, por consequência, a expedição da requisição de pagamento – Precatório referente a parcela complementar.

d) IRPJ e CSLL - Créditos sobre juros selic em razão da repetição de indébitos tributários

A Companhia impetrou mandado de segurança em 12 de dezembro de 2018, objetivando afastar a tributação de IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic aplicáveis em indébitos tributários recuperados nas vias judiciais e administrativas ou depósitos judiciais, que atualmente se encontram pendentes de julgamento pelo Tribunal Regional Federal 4ª Região. Adicionalmente solicitou o reconhecimento do direito de retroagir 5 (cinco) anos desde o ajuizamento da ação até o trânsito em julgado.

Em setembro de 2021 o colegiado do Supremo Tribunal Federal julgou o Recurso Extraordinário 1.063.187, com rito de Repercussão Geral, a inconstitucionalidade da tributação de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa SELIC recebida pelos contribuintes em razão de indébito tributário.

Em face do referido cenário e conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, dada a probabilidade de êxito da ação em decorrência da decisão em repercussão geral do STF, a Companhia registrou a sua melhor estimativa até o presente momento no valor de R\$ 26.686, do montante R\$ 9.728 representam IRPJ e CSLL correntes e R\$: 16.958 representam IRPJ e CSLL diferidos. Sobre os créditos registrados, foi constituída provisão de honorários advocatícios no valor de R\$ 2.669.

De acordo com a avaliação da Companhia, o registro foi efetuado no grupo de ativos judiciais por entender que ainda não tem disponibilidade de recuperar o tributo por não ter ocorrido o trânsito em julgado da ação.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16. Ativo contingente

a) Crédito-Prêmio IPI – Diferença de indexadores do Ativo Tributário “Polo Ativo”

Diante da divergência de critérios de atualização da Requisição de Pagamento (Precatório) distribuído sob o nº 0154107-24.2019.4.01.9198, expedido em 16 de abril de 2019, por parte do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que quantificou o ativo tributário em R\$ 200.549 (base junho de 2019), a Companhia promoverá procedimento judicial com vistas à adequação dos critérios utilizados para atualização do referido Precatório. Salienta-se que esse valor não está registrado nas Demonstrações Financeiras.

A Administração mantém o entendimento de que o Ativo Tributário, descrito no item 15 (c) acima, representa a importância de R\$ 220.260 (base junho de 2018) e, oportunamente, irá pleitear em juízo o reconhecimento da diferença no valor de R\$ 19.711.

17. Investimentos

Participação em controladas

A Companhia é controladora de seis empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica “Participação em controladas”.

	País de constituição	Participação direta	Participação Indireta	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2020								
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	81.310	57.137	24.173	75.377	(8.559)
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%	16.893	15.417	1.476	-	(12)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%	97.508	75.976	21.532	119.319	18.198
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	60.969	60.489	480	71.593	41.192
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%	4.552	2.129	2.423	6.831	3
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	2,00%	11.337	3.338	7.999	4.350	4.036
Em 31 de dezembro de 2021								
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	182.125	158.644	23.481	181.690	(2.548)
Portobello America Manufacturing (a)	Estados Unidos	0,00%	100,00%	57.708	55.558	2.150	-	-
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%	119.886	109.923	9.963	211.393	18.637
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	37.012	16.317	20.696	107.649	71.216
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%	14.957	14.715	242	9.121	(11.181)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%	13.516	2.386	11.130	6.093	(2.007)

(a) A Companhia tem participação indireta na Portobello América Manufacturing, a mesma é consolidada na Portobello América Inc., por esse motivo a movimentação da Portobello América Manufacturing não é apresentada abaixo.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja movimentação no exercício de 2021 e seu período comparativo, são apresentadas abaixo:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Movimentação de 31 de dezembro de 2020:

	Percentual de participação	31 de dezembro de 2019	Variações cambiais	Aumento de Capital Social	Lucro/Prejuízo nos Estoques	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	31 de dezembro de 2020
Investimentos								
Portobello América Inc.	100,00%	(61.357)	(26.481)	120.550	(2.794)	(8.559)	-	21.359
PBTech Ltda.	99,94%	9.555	-	-	-	18.198	(6.221)	21.532
Portobello Shop S.A.	99,90%	480	-	-	-	41.192	(41.192)	480
Mineração Portobello Ltda. (a)	99,76%	2.420	-	-	-	3	-	2.423
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	98,00%	8.484	-	3.551	-	(4.036)	-	7.999
Portobello S/A	100,00%	10	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas		(40.408)	(26.481)	124.101	(2.794)	46.798	(47.413)	53.803
Participação em controladas		20.949						53.803
Provisão para passivo a descoberto em controladas		(61.357)						

(a) Em agosto de 2020, por meio da aprovação do Conselho de Administração e contrato entre as partes, foi aprovado o aumento de capital da Controlada Portobello America Inc, no valor de R\$ 122.784, por meio de um contas a receber entre a Controladora e a Controlada, no período de 2008 a 2011. Cabe ressaltar, que com a integralização de capital, a Companhia não apresenta mais a provisão para perda em investimentos, sendo seus valores contabilizados na conta de investimentos no ativo não circulante.

Movimentação de 31 de dezembro de 2021:

	Percentual de participação	31 de dezembro de 2020	Variações cambiais	Aumento de Capital Social	AFAC	Lucro/Prejuízo nos Estoques	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	31 de dezembro de 2021
Investimentos									
Portobello América Inc.	100,00%	21.359	1.863	-	-	1.432	(2.548)	-	22.106
PBTech Ltda.	99,94%	21.532	-	-	-	-	18.637	(30.206)	9.963
Portobello Shop S.A.	99,90%	480	-	-	-	-	71.216	(51.000)	20.696
Mineração Portobello Ltda. (a)	99,76%	2.423	-	-	9.000	-	(11.181)	-	242
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A (b)	98,85%	7.999	-	11.240	(6.102)	-	(2.007)	-	11.130
Portobello S/A	100,00%	10	-	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas		53.803	1.863	11.240	2.898	1.432	74.117	(81.206)	64.147
Participação em controladas		53.803							64.147

(a) Em junho e dezembro de 2021, a Mineração Portobello recebeu dois AFACs da PBG S.A no valor total de R\$9.000.

(b) Em abril de 2021, a PBG S.A fez um aumento de capital de R\$ 11.240 na Companhia Brasileira de Cerâmica (CBC), integralizando R\$ 6.102 do AFAC anteriormente contabilizado.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

18. Imobilizado**a) Composição**

	Controladora				Consolidado				
	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	12.603	-	12.603	12.603	31.633	-	31.633	13.485
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	282.276	(75.363)	206.913	148.373	305.557	(79.178)	226.379	163.926
Máquinas e equipamentos	15%	697.913	(414.653)	283.260	284.521	702.077	(416.020)	286.057	287.697
Móveis e utensílios	10%	17.374	(9.150)	8.224	789	22.340	(10.070)	12.270	2.462
Computadores	20%	31.850	(26.419)	5.431	6.638	32.775	(27.062)	5.713	6.961
Outras imobilizações	20%	6.501	(3.509)	2.992	3.198	8.061	(3.992)	4.069	3.918
Imobilizações em andamento	-	8.887	-	8.887	66.695	48.337	-	48.337	74.427
		<u>1.057.404</u>	<u>(529.094)</u>	<u>528.310</u>	<u>522.817</u>	<u>1.150.780</u>	<u>(536.322)</u>	<u>614.458</u>	<u>552.876</u>

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora					
	31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	31 de dezembro de 2020
Terrenos	12.603	-	-	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	155.092	-	604	(7.323)	-	148.373
Máquinas e equipamentos	285.951	661	26.566	(28.248)	(409)	284.521
Móveis e utensílios	883	-	107	(201)	-	789
Computadores	8.009	-	1.475	(2.761)	(85)	6.638
Outras imobilizações	1.870	81	1.936	(689)	-	3.198
Imobilizações em andamento	5.672	91.711	(30.688)	-	-	66.695
	<u>470.080</u>	<u>92.453</u>	<u>-</u>	<u>(39.222)</u>	<u>(494)</u>	<u>522.817</u>

	Controladora					
	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	31 de dezembro de 2021
Terrenos	12.603	-	-	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	148.373	14.290	54.927	(10.624)	(53)	206.913
Máquinas e equipamentos	284.521	17.428	11.205	(29.894)	-	283.260
Móveis e utensílios	789	7.298	327	(190)	-	8.224
Computadores	6.638	1.224	231	(2.662)	-	5.431
Outras imobilizações	3.198	-	5	(117)	(94)	2.992
Imobilizações em andamento	66.695	8.887	(66.695)	-	-	8.887
	<u>522.817</u>	<u>49.127</u>	<u>-</u>	<u>(43.487)</u>	<u>(147)</u>	<u>528.310</u>

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	31 de dezembro de 2020
Terrenos	13.485	-	-	-	-	13.485
Edificações e benfeitorias	167.027	5.564	2.377	(11.042)	-	163.926
Máquinas e equipamentos	289.115	1.165	26.566	(28.740)	(409)	287.697
Móveis e utensílios	2.326	431	141	(436)	-	2.462
Computadores	8.471	145	1.503	(3.073)	(85)	6.961
Outras imobilizações	1.870	81	2.725	(758)	-	3.918
Imobilizações em andamento	5.672	102.067	(33.312)	-	-	74.427
	<u>487.966</u>	<u>109.453</u>	<u>-</u>	<u>(44.049)</u>	<u>(494)</u>	<u>552.876</u>

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências*	Depreciação	Baixas	31 de dezembro de 2021
Terrenos	13.485	-	18.148	-	-	31.633
Edificações e benfeitorias	163.926	16.560	63.236	(15.130)	(2.213)	226.379
Máquinas e equipamentos	287.697	17.690	11.203	(30.533)	-	286.057
Móveis e utensílios	2.462	9.866	728	(698)	(88)	12.270
Computadores	6.961	1.436	236	(2.813)	(107)	5.713
Outras imobilizações	3.918	-	1.259	(1.017)	(91)	4.069
Imobilizações em andamento	74.427	51.033	(77.123)	-	-	48.337
	<u>552.876</u>	<u>96.585</u>	<u>17.687</u>	<u>(50.191)</u>	<u>(2.499)</u>	<u>614.458</u>

* O montante de R\$ 17.687 em transferência, refere-se à entrada em transferência de terreno da controlada Portobello América Manufacturing de ativo e direito no montante de R\$ 18.148 nota explicativa 20, e saída em transferência para o ativo intangível no montante de R\$ (461) nota explicativa 19.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No exercício de 2021, as adições de imobilizado no Consolidado somaram R\$ 96.585, sendo 51% destinados à planta de Tijucas, 40% para a construção da fábrica nos EUA, 4,4% para as lojas próprias, e o restante dividido entre projetos comerciais e corporativos.

No exercício de 2021, a construção da fábrica nos EUA teve o investimento no montante de R\$ 39.098, os investimentos decorrem do projeto arquitetônico, terraplenagem do terreno e fundação da fábrica. A área do projeto de 370 mil m² (em torno de 92 acres) está localizada no lado sul da rodovia Interstate 40 dentro dos limites da cidade de Baxter, Tennessee. A Companhia estima concluir a construção ao término de 2022, com início de produção para abril de 2023.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Custo dos produtos vendidos	(36.729)	(33.479)	(37.293)	(34.289)
Despesa comercial	(5.071)	(3.981)	(11.189)	(7.943)
Despesa administrativa	(1.687)	(1.762)	(1.709)	(1.817)
	<u>(43.487)</u>	<u>(39.222)</u>	<u>(50.191)</u>	<u>(44.049)</u>

c) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Administração revisou as projeções de fluxos de caixa de ativos e não encontrou a necessidade de provisões para valor recuperável de ativos.

19. Intangível

a) Composição

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	-	150	150
Softwares	20%	49.056	(33.164)	15.892	7.504	(35.579)	20.919	10.180
Direito de exploração de jazidas	9%	1.000	(1.000)	-	-	4.073	(3.722)	351
Fundo de comércio (a)	7%	-	-	-	-	-	-	10.028
Softwares em desenvolvimento	-	6.282	-	6.282	5.403	7.377	-	7.669
	<u>56.488</u>	<u>(34.164)</u>	<u>22.324</u>	<u>13.057</u>	<u>68.098</u>	<u>(39.301)</u>	<u>28.797</u>	<u>28.473</u>

(a) O Fundo de Comércio foi transferido para o ativo de direito de uso conforme IFRS 16 / CPC 06 R(2), vide nota explicativa 20.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Movimentação do intangível

Controladora						
	31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	31 de dezembro de 2020
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	8.240	-	2.265	(3.001)	-	7.504
Softwares em desenvolvimento	479	7.189	(2.265)	-	-	5.403
	<u>8.869</u>	<u>7.189</u>	<u>-</u>	<u>(3.001)</u>	<u>-</u>	<u>13.057</u>
Controladora						
	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	31 de dezembro de 2021
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	7.504	-	11.910	(3.497)	(25)	15.892
Softwares em desenvolvimento	5.403	12.789	(11.910)	-	-	6.282
	<u>13.057</u>	<u>12.789</u>	<u>-</u>	<u>(3.497)</u>	<u>(25)</u>	<u>22.324</u>
Consolidado						
	31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	31 de dezembro de 2020
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	9.126	2.030	2.665	(3.641)	-	10.180
Direito exploração de jazidas	839	-	-	(393)	-	446
Fundo de comércio	10.851	-	-	(823)	-	10.028
Softwares em desenvolvimento	1.426	8.908	(2.665)	-	-	7.669
	<u>22.392</u>	<u>10.938</u>	<u>-</u>	<u>(4.857)</u>	<u>-</u>	<u>28.473</u>
Consolidado						
	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências*	Amortizações	Baixas	31 de dezembro de 2021
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	10.180	329	15.335	(4.886)	(39)	20.919
Direito exploração de jazidas	446	-	-	(95)	-	351
Fundo de comércio	10.028	3.278	(11.465)	(991)	(850)	-
Softwares em desenvolvimento	7.669	14.582	(14.874)	-	-	7.377
	<u>28.473</u>	<u>18.189</u>	<u>(11.004)</u>	<u>(5.972)</u>	<u>(889)</u>	<u>28.797</u>

* O montante de R\$ (11.004) refere-se a entrada em transferência do o ativo imobilizado no montante de R\$ 461 (nota explicativa 18 ativo imobilizado) e saída em transferência do fundo de comércio no montante de R\$ (11.465) para ativo de direito de uso (nota explicativa 20).

No exercício de 2021 as adições de intangível no Consolidado somaram R\$ 18.189, valor destinado boa parte ao projeto Transformação, que visa otimizar e implementar melhorias digitais na área comercial.

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Custo dos produtos vendidos	(126)	(479)	(221)	(871)
Despesa comercial	(1.698)	(1.489)	(3.885)	(2.878)
Despesa administrativa	(1.673)	(1.033)	(1.866)	(1.108)
	<u>(3.497)</u>	<u>(3.001)</u>	<u>(5.972)</u>	<u>(4.857)</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2022	2023	2024	2025	2026 a 2038	Total
Softwares	(5.887)	(4.432)	(3.543)	(3.543)	(3.514)	(20.919)
Direito de exploração de jazidas	(68)	(68)	(68)	(68)	(79)	(351)
	<u>(5.955)</u>	<u>(4.500)</u>	<u>(3.611)</u>	<u>(3.611)</u>	<u>(3.593)</u>	<u>(21.270)</u>

Os itens denominados marcas e patentes não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida.

d) Valor recuperável do ativo intangível

O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Administração revisou as projeções de fluxos de caixa de ativos e não encontrou a necessidade de provisões para valor recuperável de ativos.

20. Ativo de arrendamento e obrigações de arrendamento

Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com IFRS 16/CPC 06 (R2), são registrados como Ativos de Arrendamento, com a contrapartida no passivo de curto e longo prazos, na rubrica Obrigações de Arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o total de 50 contratos (43 em 31 de dezembro de 2020) sendo 29 contratos classificados como arrendamento mercantil e sem opção de compra para as suas unidades comerciais e logísticas, e 21 contratos de arrendamento mercantil com opção de compra destinados aos veículos para os administradores da Companhia, os quais referem-se a arrendamentos para os quais existe opção de compra ao final, assemelhando-se a uma operação de financiamento.

Os arrendamentos mercantis sem opção de compra ao final do contrato, são compostos pelos aluguéis das lojas próprias, centros de distribuição e do terreno para armazenamento, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos. Os Contratos de arrendamento mercantil com opção de compra ao final do contrato são compostos pelos aluguéis dos veículos utilizados pelos administradores da Companhia.

O valor do passivo de arrendamento representa o valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos descontados a taxa média de juros de financiamento na Companhia. A Companhia determina o prazo do arrendamento e a localização física para fins Logísticos e pontos comerciais estratégicos. Os ativos de arrendamento mercantil estão detalhados a seguir e representam o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, menos incentivos, mais custo de desmontagem e remoção e seu valor residual no final do contrato, quando aplicável. Os prazos dos contratos de direito de uso variam entre 2 a 7 anos a depender do contrato, e possui um contrato com o prazo de 20 anos.

A Companhia adotou essa nova divulgação dos seus arrendamentos, visando maior clareza sobre a natureza dos contratos de arrendamento.

Conforme mencionado anteriormente os contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco a sete anos com a opção de renovação após essa data. A Companhia adota, como taxa de desconto, o custo médio ponderado das operações de financiamento, referente ao mês vigente da adoção dos novos contratos de arrendamento.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Durante o exercício de 2021, houve o reajuste de contratos de aluguel dos imóveis das lojas próprias e dos centros de distribuição. Foram adicionados novos contratos de centro de distribuição, veículos e um terreno para armazenagem dos minérios extraídos.

a) Composição dos ativos de arrendamento

	Controladora			Consolidado		
	Sem opção de compra	Com opção de compra	Total	Sem opção de compra	Com opção de compra	Total
Arrendamento Mercantil						
31 de dezembro de 2019	11.259	1.657	12.916	57.186	1.657	58.843
Remensuração	-	-	-	(13.085)	-	(13.085)
Variação cambial	-	-	-	1.322	-	1.322
Adições e reajustes contratuais	12.096	3.360	15.456	40.241	3.360	43.601
Rescisões contratuais	(3.478)	(245)	(3.723)	(5.930)	(245)	(6.175)
Depreciação	(4.653)	(1.019)	(5.672)	(12.096)	(1.019)	(13.115)
31 de dezembro de 2020	15.224	3.753	18.977	67.638	3.753	71.391
Remensuração	-	-	-	812	-	812
Variação cambial	-	-	-	1.580	-	1.580
Adições e reajustes contratuais	7.327	1.603	8.930	25.649	1.603	27.252
Rescisões contratuais	(1.222)	-	(1.222)	(6.763)	-	(6.763)
Depreciação	(4.998)	(1.084)	(6.082)	(14.969)	(1.084)	(16.053)
Reclassificação do fundo de comércio (a)	-	-	-	11.465	-	11.465
Reclassificação Terreno PBA (b)	-	-	-	(18.148)	-	(18.148)
31 de dezembro de 2021	16.331	4.272	20.603	67.264	4.272	71.536

(a) O Fundo de Comércio foi transferido do ativo intangível (nota explicativa 19) para o ativo de direito de uso conforme IFRS 16 / CPC 06 R(2).

(b) Refere-se à transferência de terreno da controlada Portobello América Manufacturing de ativo e direito no montante de R\$ 18.148 (nota explicativa 18).

b) Composição das obrigações de arrendamento

	Controladora			Consolidado		
	Sem opção de compra	Com opção de compra	Total	Sem opção de compra	Com opção de compra	Total
Arrendamento Mercantil						
31 de dezembro de 2019	11.824	1.926	13.750	37.605	1.926	39.531
Remensuração	-	-	-	5.567	-	5.567
Variação cambial	-	-	-	1.370	-	1.370
Adições e reajustes contratuais	12.096	3.360	15.456	40.241	3.360	43.601
Rescisões contratuais	(4.493)	-	(4.493)	(5.611)	-	(5.612)
Pagamentos	(3.678)	(1.661)	(5.339)	(12.535)	(1.661)	(14.196)
Juros apropriados no período	957	142	1.099	2.778	142	2.921
Transferência entre contas	1.302	(1.302)	-	1.302	(1.302)	-
31 de dezembro de 2020	18.008	2.465	20.473	70.717	2.465	73.182

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora			Consolidado		
	Sem opção de compra	Com opção de compra	Total	Sem opção de compra	Com opção de compra	Total
Arrendamento Mercantil						
Remensuração	-	-	-	812	-	812
Variação cambial	-	-	-	1.473	-	1.473
Adições e reajustes contratuais	7.327	1.603	8.930	25.650	1.603	27.253
Rescisões contratuais	(1.222)	-	(1.222)	(5.816)	-	(5.816)
Pagamentos	(4.894)	(1.228)	(6.122)	(17.502)	(1.228)	(18.730)
Juros apropriados no período	1.136	224	1.360	3.010	226	3.236
Reclassificação Terreno PBA	-	-	-	(16.557)	-	(16.557)
31 de dezembro de 2021	<u>20.355</u>	<u>3.064</u>	<u>23.419</u>	<u>61.787</u>	<u>3.066</u>	<u>64.853</u>
Passivo circulante			8.036			19.456
Passivo não circulante			15.383			45.397

c) Efeito de inflação

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	Controladora				
	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Saldos contábeis IFRS16 / CPC 06 (R02)	23.419	18.511	13.472	8.316	-
Fluxo com projeção de inflação	27.445	20.014	14.017	8.649	-
Variação	17,19%	8,12%	4,05%	4,00%	-
Ativo de arrendamento líquido					
Saldos contábeis IFRS16 / CPC 06 (R02)	20.603	14.521	8.439	2.357	-
Fluxo com projeção de inflação	24.145	15.700	8.781	2.451	-
Variação	17,19%	8,12%	4,05%	4,00%	-
Despesas financeiras					
Saldos contábeis IFRS16 / CPC 06 (R02)	1.360	1.214	1.083	967	863
Fluxo com projeção de inflação	1.594	1.312	1.127	1.005	897
Variação	17,19%	8,12%	4,05%	4,00%	4,00%
Despesas de depreciação					
Saldos contábeis IFRS16 / CPC 06 (R02)	6.082	6.082	6.082	6.082	6.082
Fluxo com projeção de inflação	7.127	6.576	6.328	6.325	6.325
Variação	17,19%	8,12%	4,05%	4,00%	4,00%

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado				
	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Saldos contábeis IFRS16 / CPC 06 (R02)	64.853	49.145	33.237	17.143	-
Fluxo com projeção de inflação	76.001	53.136	34.584	17.829	-
Variação	17,19%	8,12%	4,05%	4,00%	-
Ativo de arrendamento líquido					
Saldos contábeis IFRS16 / CPC 06 (R02)	60.071	44.018	27.965	11.912	-
Fluxo com projeção de inflação	70.397	47.592	29.098	12.388	-
Variação	17,19%	8,12%	4,05%	4,00%	-
Despesas financeiras					
Saldos contábeis IFRS16 / CPC 06 (R02)	3.236	3.022	2.822	2.636	2.462
Fluxo com projeção de inflação	3.792	3.268	2.937	2.741	2.560
Variação	17,19%	8,12%	4,05%	4,00%	4,00%
Despesas de depreciação					
Saldos contábeis IFRS16 / CPC 06 (R02)	16.053	16.053	16.053	16.053	16.053
Fluxo com projeção de inflação	18.813	17.357	16.703	16.695	16.695
Variação	17,19%	8,12%	4,05%	4,00%	4,00%

d) Contratos por prazos e taxas de desconto

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro e estrangeiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

<u>Prazos</u>	<u>Taxas % a.a.</u>
2 anos	14,71%
2 anos (a)	0,16%
3 anos	11,44%
5 anos (a)	0,05%
5 anos	6,13%
7 anos	6,63%
20 anos	7,16%

(a) - Imóveis localizados nos Estados Unidos, sendo a taxa de juros local.

e) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar:

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Consolidado	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxo de caixa		
Contraprestação de arrendamento	73.872	64.852
PIS/COFINS potencial (9,25%)	6.833	5.999

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

f) Reconciliação dos valores reconhecidos no resultado:

O quadro a seguir demonstra a reconciliação dos valores reconhecidos no resultado:

Evento	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Encargos de depreciação dos ativos de arrendamento	(6.082)	(5.672)	(16.053)	(13.115)
Arrendamentos sem opção de compra	(4.998)	(4.653)	(14.969)	(12.096)
Arrendamentos com opção de compra	(1.084)	(1.019)	(1.084)	(1.019)
Despesas com juros	(2.093)	(366)	(5.788)	(368)
Arrendamentos sem opção de compra	(1.136)	(224)	(3.010)	(226)
Arrendamentos com opção de compra	(957)	(142)	(2.778)	(142)
Despesas relacionadas a arrendamento de curto prazo e ativos de baixo valor.	(23.999)	(13.317)	(27.107)	(18.809)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivo de arrendamento	-	-	(459)	(352)

21. Fornecedores, cessão de crédito e contas a pagar de investimento

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Mercado interno				
Cessão de crédito (risco sacado) (a)	97.717	66.418	97.717	66.418
Fornecedores de operação	187.245	183.232	195.717	194.929
Mercado externo	16.717	-	34.111	-
Circulante	301.679	249.650	327.545	261.347
Mercado interno (i)	171.195	144.021	171.195	144.021
Não circulante	171.195	144.021	171.195	144.021
Total de fornecedores de operação	472.874	393.671	498.740	405.368
Contas a pagar de investimentos (b) (ii)				
Mercado interno	15.256	11.792	15.256	11.792
Mercado externo	23.980	45.211	41.590	45.211
Total de fornecedores de investimento	39.236	57.003	56.846	57.003
	512.110	450.674	555.586	462.371

(i) Montante para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 11.

(ii) Em 2020, como o saldo de contas a pagar de investimentos se tornou representativo, foi adequado à NE.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras no montante de R\$ 101.358 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 66.418 em 31 de dezembro de 2020), com o objetivo de dispor, aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas, visando a manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

b) Contas a pagar de investimentos

A Companhia apresenta, no passivo circulante, o montante de R\$ 20.497 na Controladora (R\$ 31.303 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 38.107 no Consolidado (R\$ 31.303 em 31 de dezembro de 2020) referente aos fornecedores de imobilizado e intangível. Concomitantemente, apresenta saldo de R\$ 18.739 na Controladora e no Consolidado no passivo não circulante, com vencimento entre 2022 e 2025, que se referem às imobilizações para atualização dos parques fabris (R\$ 25.700 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

22. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Controladora e Consolidado		
				31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	
Circulante						
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-27	3,79% a.a. ¹ + IPCA	60.537	32.786	
NCE	R\$	abr-24	2,30% a 3,00% a.a. ¹ + CDI	-	84.538	
NCE (b)	R\$	ago-27	2,85% a.a. ¹ + CDI	646	-	
NCE (b)	US\$	mar-22	3,08% a.a. ¹ + VC	3.790	19.316	
PRODEC (c)	R\$	mar-25	3,40% a.a. ¹ + AVP	4.959	5.813	
FINEP (d)	R\$	nov-30	8,14% a.a. ¹	3.500	5.683	
DEG	US\$	out-21	4,96% a.a. ¹ + VC	-	15.577	
FINAME	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	-	420	
DEBÊNTURES 3ª Série	R\$	jun-23	3,10% a.a. ¹	-	49.066	
DEBÊNTURES 4ª Série (e)	R\$	set-26	3,00% a.a. ¹ + CDI	7.193	-	
ACC (f)	US\$	out-22	3,10% a.a. ¹ + VC	17.490	10.709	
Total do circulante			4,74% a.a. ¹	98.115	223.908	
Total moeda nacional		R\$		76.835	178.306	
Total moeda estrangeira		US\$		21.280	45.602	
Não circulante						
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-27	3,79% a.a. ¹ + IPCA	60.069	99.901	
NCE	R\$	abr-24	2,30% a 3,00% a.a. ¹ + CDI	-	115.927	
NCE	US\$	mar-22	3,08% a.a. ¹ + VC	-	3.523	
PRODEC (c)	R\$	mar-25	3,40% a.a. ¹ + AVP	14.687	12.478	
FINEP (d)	R\$	nov-30	8,14% a.a. ¹	162.116	122.282	
FINAME	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	-	555	
NCE (b)	R\$	ago-27	2,85% a.a. ¹ + CDI	130.000	-	
DEBÊNTURES 4ª Série (e)	R\$	set-26	3,00% a.a. ¹ + CDI	297.405	-	
DEBÊNTURES 3ª Série	R\$	set-26		-	149.192	

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Total do não circulante		<u>10,30%</u> a.a. ¹	<u>664.277</u>	<u>503.858</u>
Total moeda nacional	R\$		<u>664.277</u>	<u>500.335</u>
Total moeda estrangeira	US\$		<u>-</u>	<u>3.523</u>
Total Geral		<u>9,57%</u> a.a. ¹	762.392	727.766
Total moeda nacional	R\$		741.112	678.641
Total moeda estrangeira	US\$		21.280	49.125

¹ Taxa média ponderada (a.a. - ao ano)

AVP - Ajuste a Valor Presente

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

VC - Variação Cambial

CDI - Certificado de depósito interbancário

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Detalhamento dos contratos

Nota	Instituição/ Modalidade	Data do contrato	Vence em	Prazo (meses)	Carência (meses)	Período Amortização	Valor captado	Liberações (em R\$ mil)		Garantias/ Observação	
								Valor	Data		
a)	Banco do Nordeste	jun/13	jun/25	133	24	Mensal	R\$ 105.646	R\$ 29.223	ago/14	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos. Repactuado em abr/20.	
								R\$ 45.765	jan/15		
								R\$ 14.700	set/15		
								R\$ 4.713	mar/16		
								R\$ 2.418	dez/16		
								R\$ 8.827	fev/19		
								R\$ 105.646	Total		
		jul/19	jun/27	95	24	Mensal	R\$ 31.147	R\$ 7.246	jul/19		Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos em 2º grau. Repactuado em abr/20.
								R\$ 4.681	fev/20		
								R\$ 4.261	set/20		
R\$ 16.188	Total										
set/19	ago/22	12	2	Mensal	R\$ 23.500	R\$ 23.500	set/19	Aval PBTech e CBC. Repactuado em abr/20.			
jun/20	jul/23	37	13	Mensal	R\$ 35.000	R\$ 35.000	jun/20	Hipoteca de imóveis em 2º Grau. Repactuado em abr/20.			
jan/21	jan/22	12	12	*	R\$ 16.000	R\$ 16.000	fev/21	Aval PBTech e CBC.			
b)	Crédito de exportação (NCE)	jun/18	mar/22	36	12	Trimestral	R\$ 24.000	R\$ 24.000	jun/18	Clean, Repactuado em abr/20.	
		jun/21	jun/26	60	24	Semestral	R\$ 30.000	R\$ 30.000	jun/21	Recebíveis da Portobello S.A. de 20% do saldo devedor contrato).	
		ago/21	ago/27	72	24	Semestral	R\$ 100.000	R\$ 100.000	ago/21	Recebíveis da Portobello S.A. de 30% do saldo devedor contrato).	
c)	Programa Desenvolv. Empresa Catarinense (PRODEC)	ago/20	ago/24	48	*	*	R\$ 437	R\$ 437	ago/20	Regime especial obtido em jun/19. Saldo sujeito a Ajuste a Valor Presente (AVP). Atualização monetário de 4% a.a. e variação da UFIR. Taxa: média do capital de giro circulante (5,24% a.a). Valor diferido: 60% do imposto gerado no mês.	
		set/20	set/24	48	*	*	R\$ 1.318	R\$ 1.318	set/20		
		out/20	out/24	48	*	*	R\$ 1.779	R\$ 1.779	out/20		
		nov/20	nov/24	48	*	*	R\$ 1.194	R\$ 1.194	nov/20		
		dez/20	dez/24	48	*	*	R\$ 1.519	R\$ 1.519	dez/20		
		jan/21	jan/25	48	*	*	R\$ 401	R\$ 401	jan/21		
		fev/21	fev/25	48	*	*	R\$ 1	R\$ 1	fev/21		
		mar/21	mar/25	48	*	*	R\$ 473	R\$ 473	mar/21		
		abr/21	abr/25	48	*	*	R\$ 654	R\$ 654	abr/21		
		jun/21	jun/25	48	*	*	R\$ 539	R\$ 539	jun/21		
		jul/21	jul/25	48	*	*	R\$ 368	R\$ 368	jul/21		
		ago/21	ago/25	48	*	*	R\$ 99	R\$ 99	ago/21		
		set/21	set/25	48	*	*	R\$ 758	R\$ 758	set/21		
		out/21	out/25	48	*	*	R\$ 1.098	R\$ 1.098	out/21		
nov/21	nov/25	48	*	*	R\$ 1.894	R\$ 1.894	nov/21				
dez/21	dez/25	48	*	*	R\$ 1.247	R\$ 1.247	dez/21				
d)	FINEP	dez/19	set/29	117	32	Mensal	R\$ 66.771	R\$ 25.008	dez/19	Fiança bancária.	
								R\$ 33.000	mar/20		
								R\$ 8.763	ago/21		
								R\$ 66.771	Total		
		nov/20	nov/30	120	36	Mensal	R\$ 98.487	R\$ 64.274	nov/20		
								R\$ 34.213	dez/21		
								R\$ 98.487	Total		

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Nota	Instituição/ Modalidade	Data do contrato	Vence em	Prazo (meses)	Carência (meses)	Período Amortização	Valor captado	Liberações (em R\$ mil)		Garantias/ Observação
								Valor	Data	
e)	Debêntures (4a emissão/1a série)	set/21	set/26	60	24	Semestral	R\$ 300.000	R\$ 300.000	set/21	Recursos parcialmente destinados ao resgate da 3a emissão (R\$ 150 milhões). Garantia real e garantia adicional fidejussória. Possui covenants que foram atingidos.
f)	ACC	out/20	mar/22	12	*	*	US\$ 1.663	R\$ 9.253	out/20	Aval PBShop, efetuado prorrogação contrato 6 meses.
		out/21	out/22	12	*	*	US\$ 1.538	R\$ 8.461	out/21	Clean
* Liquidação única ao final do contrato.										

Em garantia dos demais empréstimos, foram concedidas aplicações financeiras vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora e da Controlada (nota explicativa nº 8), conforme aval dos controladores e da Controlada.

A Companhia possui um contrato de com a seguinte cláusula financeira (covenants), o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não poderá ser superior a 3,50x.

Os compromissos de contratos (*covenants*) foram cumpridos para a data de 31 de dezembro de 2021.

Os empréstimos têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2021	-	223.908
2022	98.115	210.692
2023	136.218	128.277
2024	153.458	59.496
2025	148.384	27.814
2026 a 2030	226.217	77.579
	<u>762.392</u>	<u>727.766</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pro-rata*.

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos empréstimos e debêntures:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Total da dívida em 31 de dezembro de 2019	755.033	756.376
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Captação de empréstimos e debêntures	171.021	171.021
Pagamento de principal	(217.769)	(217.769)
Pagamento de juros	(37.909)	(37.909)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		
Variações cambiais não realizadas	14.294	14.294
Juros apropriados	40.041	38.698
Ajuste a Valor Presente - Prodec	1.190	1.190
Apropriações de custos de debêntures	1.865	1.865
Total da dívida em 31 de dezembro de 2020	<u>727.766</u>	<u>727.766</u>
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Captação de empréstimos e debêntures	513.735	513.735
Pagamento de principal	(488.798)	(488.798)
Pagamento de juros	(40.672)	(40.672)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		
Variações cambiais não realizadas	1.116	1.116
Juros apropriados	50.520	50.520
Ajuste a Valor Presente - Prodec	(187)	(187)
Apropriações de custos de debêntures	(1.088)	(1.088)
Total da dívida em 31 de dezembro de 2021	<u>762.392</u>	<u>762.392</u>

Debêntures

Em AGE realizada no dia 15 de junho de 2018, foi aprovada pela Companhia a realização, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. O saldo remanescente desta emissão foi liquidado em 30 de setembro de 2021, com recursos oriundos da 4ª (quarta) emissão de debêntures, liberados no mesmo mês.

Em AGE realizada no dia 16 de setembro de 2021, foi aprovada pela Companhia a realização, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. Os *covenants* para o exercício de 2021 foram cumpridos.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

i) Emitidas no exercício:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Valor da captação		
Debêntures 3ª série	-	50.033
Debêntures 3ª série	-	150.090
Debêntures 4ª série	306.250	-
Saldo Bruto	<u>306.250</u>	<u>200.123</u>
Custos de captação	(1.652)	(1.865)
Saldo Líquido	<u>304.598</u>	<u>198.258</u>
Circulante	7.193	49.066
Não circulante	297.405	149.192

Emissão	4ª
Agente Fiduciário	PENTÁGONO S.A
Código ISIN	BRPTBLDBS000
Banco Liquidante	Banco Itaú BBA S/A
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S/A
Data de Emissão	17/09/2021
Data de Vencimento	17/09/2026
Rating de Emissão	Não
Remuneração	CDI + 3,00 a.a. (252 d.u.)
Negociação	CETIP
Número de Séries	1
Volume da Emissão R\$	300.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	300.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA < 3,50 vezes
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 17/03/2022

ii) Liquidadas no exercício:

Emissão	3ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Liquidante	Banco Bradesco S/A
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S/A
Rating de Emissão	Não
Negociação	CETIP
Número de Séries	1
Volume da Emissão R\$	300.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	300.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

23. Parcelamento de obrigações tributárias

A Companhia possui parcelamento federal, cuja adesão ocorreu em novembro de 2009 pela edição da Lei nº 11.941/09, sendo que restam 34 (trinta e quatro) parcelas a serem quitadas.

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
2021	-	11.523	-	11.601
2022	11.663	12.108	11.663	12.186
2023	12.179	12.723	12.179	12.801
2024	9.227	7.352	9.227	7.419
	<u>33.069</u>	<u>43.706</u>	<u>33.069</u>	<u>44.007</u>
Circulante	11.663	9.290	11.663	9.354
Não circulante	21.406	34.416	21.406	34.653

24. Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2021, os impostos, taxas e contribuições registrados no passivo circulante estavam classificados conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
ICMS	13.678	14.453	14.096	14.746
IRRF	7.599	3.317	8.385	4.046
PIS/COFINS	-	1.513	1.176	2.308
Outros	276	209	548	343
	<u>21.553</u>	<u>19.492</u>	<u>24.205</u>	<u>21.443</u>

25. Outras contas a pagar – Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado em outras contas a pagar no Consolidado o valor de R\$ 31.256 (R\$ 20.939 em 31 de dezembro de 2020) no passivo circulante e R\$ 20.672 no passivo não circulante (R\$ 9.974 em 31 de dezembro de 2020). As principais contas que compõem esse saldo são provisões, comissões a pagar, provisão para pagamento de fornecedores consignados, plano de previdência, provisão para despesas com fretes e transportes e incentivos de longo prazo.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

26. Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP nº 470/09 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI) junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos, bem como a possibilidade de a Companhia utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais ocorridos até 2008 para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/2010) em junho de 2010, ficou autorizada a utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 no valor de R\$ 3.252, considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010, alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como assentou o não preenchimento do requisito do “aproveitamento indevido”. Diante do despacho de indeferimento, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de obter a homologação judicial do parcelamento. Após o julgamento favorável no Mandado de Segurança, a Companhia logrou êxito para que fosse homologado integralmente o parcelamento regido pela MP 470. Em 18 de janeiro de 2021, foi lavrada certidão de que em 21 de dezembro de 2020 houve o trânsito em julgado das decisões que deram provimento à homologação do parcelamento pretendido pela Companhia.

A PGFN, diante do provimento do Mandado de Segurança, promoveu a extinção parcial dos créditos tributários levados à parcelamento extraordinário regido pela MP 470. A Companhia se posicionou judicialmente em face da PGFN sob o argumento de descumprimento do *decisum* já transitado em julgado e aguarda manifestação judicial.

27. Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciárias e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

As provisões para contingências são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cíveis	27.477	25.072	38.379	25.072
Trabalhistas	15.166	9.013	15.741	9.013
Previdenciários	4.550	4.511	4.550	4.511
Tributárias	30.313	24.946	30.344	24.977
	<u>77.506</u>	<u>63.542</u>	<u>89.014</u>	<u>63.573</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação do saldo das provisões para contingências pode ser assim apresentada:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2019	17.126	11.891	6.615	84.568	120.200
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	10.757	(1.126)	-	(56.142)	(48.358)
Provisões adicionais	18.335	3.794	-	3.031	14.410
Reversões por não utilização	(10.449)	(4.560)	-	17.134	12.886
Atualização monetária (reversão)	2.871	(360)	-	(76.307)	(75.654)
Reversões por realização	(2.811)	(1.752)	(2.104)	(3.480)	(8.300)
Em 31 de dezembro de 2020	25.072	9.013	4.511	24.946	63.542
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	3.352	9.441	39	6.088	18.920
Provisões adicionais	9.590	11.787	18	3.882	25.277
Reversões por não utilização	(2.444)	(2.003)	-	(535)	(4.982)
Transferências (a)	(9.673)	(957)	-	-	(10.630)
Atualização monetária (Reversão)	5.879	614	21	2.741	9.255
Reversões por realização	(947)	(3.288)	-	(721)	(4.956)
Em 31 de dezembro de 2021	27.477	15.166	4.550	30.313	77.506

(a) Transferência de saldos de provisões da Controladora para as Controladas PBTech, PBShop, CBC e Mineração.

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2019	17.126	11.891	6.615	84.600	120.232
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	10.757	(1.126)	-	(56.142)	(48.358)
Provisões adicionais	18.335	3.794	-	3.031	14.410
Reversões por não utilização	(10.449)	(4.560)	-	17.134	12.886
Atualização monetária (Reversão)	2.871	(360)	-	(76.307)	(75.654)
Reversões por realização	(2.811)	(1.752)	(2.104)	(3.480)	(8.300)
Em 31 de dezembro de 2020	25.072	9.013	4.511	24.977	63.573
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	14.379	10.103	39	6.088	30.609
Provisões adicionais	10.158	11.515	18	3.882	25.573
Reversões por não utilização	(2.542)	(2.074)	-	(535)	(5.151)
Atualização monetária (Reversão)	6.763	662	21	2.741	10.187
Reversões por realização	(1.072)	(3.375)	-	(721)	(5.168)
Em 31 de dezembro de 2021	38.379	15.741	4.550	30.344	89.014

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 393 ações cíveis (555 ações em 31 de dezembro de 2020), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis.

O saldo dos valores provisionados é composto por ações indenizatórias propostas por Consumidores Finais, Cliente Construtoras da Companhia, em que reclamam de produtos adquiridos, ainda, das

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ações civis públicas ajuizadas pela Advocacia Geral da União (AGU) em face da Mineração Portobello LTDA (controlada) em que objetiva o ressarcimento pela suposta extração ilegal de minérios, e ações relacionadas à rede de Franquias Portobello Shop. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 11).

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas figuram como reclamadas em 458 reclamações trabalhistas (249 reclamações em 31 de dezembro de 2020), movidas por ex-funcionários e terceiros. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais.

Previdenciários

Baseada na baixa expectativa de êxito nas ações administrativas e judiciais, que versem sobre cartões de premiação corporativos, a Companhia reconheceu, no primeiro trimestre de 2018, a provisão desses débitos no valor total de R\$ 4.550, os quais ainda dependem de decisão judicial, em fase de Execução Fiscal, ou em alguns casos, de decisão administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

Tributárias

a) Tributos sobre o ativo judicial Polo Ativo

No segundo trimestre de 2018, a Companhia reconheceu na rubrica de provisões tributárias os montantes referentes aos impostos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre o ativo judicial Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”.

Em fase a decisão do STF ocorrida em junho de 2020 e por meio de pareceres externos, a Companhia reverteu as provisões relativas aos valores dos tributos do Crédito Prêmio de IPI - Polo Ativo, totalizando o valor de R\$ 70.187 referente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

b) Auto de infração nº 10340.720236/2021-00

Em 15 de março de 2021, a Companhia foi intimada acerca da lavratura do Auto de Infração para o lançamento do crédito tributário no valor de R\$ 6.421, que originou o processo administrativo nº 10340.720236/2021-00, relativamente ao período de 2017 a 2018, pelo não recolhimento de contribuição previdenciária incidente sobre a) pagamentos de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) realizados a segurados contribuintes individuais; b) pagamentos de verba nominada pela empresa, de “Bônus Assiduidade”, realizados a segurados empregados; e, c) contribuição destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não confessada na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), incidente sobre o pagamento realizado a segurados empregados. A Companhia apresentou impugnação contra os lançamentos e aguarda julgamento pela Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Para o referido auto de infração, a Companhia constituiu provisão de R\$ 620 em março de 2021, sendo o restante considerado como probabilidade de perda remota.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

28. Ações de perda possível e remota**a) Perda possível**

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis trabalhistas e previdenciárias, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Cíveis	5.510	3.786	5.570	3.786
Trabalhistas	11.576	11.956	11.753	11.956
Previdenciários	10.985	10.985	10.985	10.985
Tributárias	10.141	10.141	13.850	13.850
	<u>38.212</u>	<u>36.868</u>	<u>42.158</u>	<u>40.577</u>

b) Perda remota - Ação referente Processo Administrativo nº 10983-721.445/2014-78, nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi informada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. De acordo com o entendimento das Autoridades Fazendárias, a Companhia teria supostamente cometido infrações, dentre as quais destacamos: i) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; ii) deduzido despesas não necessárias relacionadas a valores principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; e, iii) excluído valores indedutíveis relacionados ao valor principal de IRPJ e de CSLL. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas. Em julgamento pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, o lançamento foi integralmente mantido. Em sede de Recurso Voluntário interposto pela Companhia, os Conselheiros do CARF, deram parcial provimento para afastar a glosa de exclusões relativa às receitas auferidas pela conversão de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da CSLL. Após o julgamento do recurso voluntário, tanto a Companhia quanto a Fazenda Nacional manejaram os Recursos Especiais à Câmara Superior de Recursos Fiscais – CARF. Em juízo de admissibilidade o Recurso Especial da Fazenda Nacional foi admitido, enquanto que o Recurso Especial da Companhia foi parcialmente admitido. Diante do despacho de parcial admissibilidade do Recurso Especial, a Companhia interpôs recurso de agravo, o que não fora admitido, prevalecendo, portanto, a decisão de parcial admissibilidade do Recurso Especial. Atualmente, o processo administrativo encontra-se aguardando julgamento dos Recursos Especiais manejados pela Companhia e pela Fazenda Nacional. A Companhia reitera que, segundo seus assessores jurídicos, o desfecho será praticamente certo de sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73.000 como passivos potenciais.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 07 de março de 2016, a Companhia foi informada da lavratura dos Autos de Infração referentes os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91, que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a Companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983-721.445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento do lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19.000, devido a duplicidade por parte do fisco. Em decisão de primeira instância, as impugnações apresentadas foram procedentes para reconhecer a duplicidade do lançamento e, por consequência, determinar a extinção do crédito tributário. Atualmente, os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, para julgamento do recurso de ofício.

c) Perda remota - Auto de Infração ICMS – I) DIFAL Construtoras e II) Aquisição de mercadorias de empresas optantes pelo Simples Nacional

Em 14 de abril de 2021, a PBG S/A foi cientificada da Notificação Fiscal lavrada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, no valor total de R\$ 22.000, já compreendidos os encargos moratórios (multa e juros), previstos na legislação tributária.

De acordo com as autoridades fazendárias a Companhia: i) apropriou crédito de imposto não permitido pela legislação tributária, relativo ao estorno do DIFAL recolhido conforme a Emenda Constitucional nº 87/2015 em operações interestaduais de saída de mercadorias destinadas a empresas de construção civil, no valor de R\$ 16.000 e ii) apropriou crédito de imposto não permitido pela legislação tributária, relativo a operações de aquisição de mercadorias de empresas optantes pelo Simples Nacional, cujo destinação não é a industrialização ou comercialização, no valor de R\$ 6.000.

A Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, as quais foram rejeitadas pelo Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina. Em decorrência da decisão administrativa, a Companhia apresentou recursos ordinários e aguardam julgamento pelo Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina.

A Companhia reitera, através de seus assessores legais, que o entendimento para a classificação de risco desta autuação é remota.

29. Patrimônio líquido

29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta um capital social e integralizado no valor total de R\$ 250.000 (R\$ 200.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por 147.529.703 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021 havia 55.664.577 ações em circulação, equivalente a 37,73% do total de ações emitidas (72.576.171 em 31 de dezembro de 2020, equivalente a 45,8% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por Controladores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, Administradores e ações em tesouraria.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Durante o período, a Companhia apresentou movimentações de suas ações, sendo por compra de ações para manutenção em tesouraria e cancelamento das ações referente ao plano de recompra do exercício de 2020 e 2021. Abaixo, as movimentações das ações:

	Movimento das Ações em tesouraria	Ações	Ações em tesouraria	Ações em poder dos acionistas
31 dezembro de 2020	Saldo inicial	158.488.517	3.959.156	154.529.361
Janeiro de 2021	Compra	-	14.800	154.514.561
Fevereiro de 2021	Compra	-	2.081.900	152.432.661
Março de 2021	Cancelamento	(3.959.156)	(3.959.156)	152.432.661
Março de 2021	Compra	-	4.902.958	147.529.703
Junho de 2021	Cancelamento	(6.999.658)	(6.999.658)	147.529.703
Junho de 2021	Compra	-	71.200	147.458.503
Agosto de 2021	Compra	-	4.643.000	142.815.503
Setembro de 2021	Compra	-	1.828.617	140.986.886
31 de dezembro de 2021	Saldo final	147.529.703	6.542.817	140.986.886

29.2 Ações em Tesouraria

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia cancelou 10.958.814 ações em tesouraria, adquiridas conforme programa de recompra aprovado no exercício de 2020 e 2021, e seu respectivo valor R\$ 76.459 foi contabilizado na reserva de retenção de lucros.

Em 14 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou novo programa de Recompra de até 6.542.817 de ações, correspondente a 4,4% das ações emitidas e a 10% das ações em circulação (“free float”), com vigência até 14 de junho de 2022. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia recomprou o total de 6.542.817 ações ordinárias, no valor de R\$ 91.351, permanecendo as mesmas em tesouraria.

29.3 Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva legal soma o valor de R\$ 43.016 (R\$ 32.207 em 31 de dezembro de 2020) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A reserva de lucros a destinar, no montante de R\$ 35.633, tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada e destinada na Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2021, saldo da reserva de retenção de lucros a realizar soma o valor de R\$ 92.174 (R\$ 97.950 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reserva de Incentivos Fiscais soma o valor de R\$ 65.785 (R\$ 85.151 em 31 de dezembro de 2020), A Companhia constituiu reservas de incentivos fiscais no exercício de 2021 no valor de R\$ 30.634 (R\$ 26.445 em 31 de dezembro de 2020), em 2021 houve a integralização de capital social com reserva de incentivos fiscais no valor de R\$: 50.000. Referente às subvenções governamentais de incentivos fiscais de ICMS referente ao Prodesin (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas), ao Tratamento Tributário Diferenciado de Santa Catarina (TTD) e ao Simples Nacional.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

29.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Controladora e Consolidado	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído (a)	Ajustes acumulados de conversão (b)	Outros resultados abrangentes (c)	Total
Em 31 de dezembro de 2020	32.323	(68.353)	(14.095)	(50.125)
Realização da reserva de reavaliação	(1.184)	-	-	(1.184)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	1.863	-	1.863
Ganho (perda) atuarial	-	-	7.883	7.883
IR/CS diferidos sobre ganho (perda) atuarial	-	-	(2.680)	(2.680)
Operações de <i>hedge accounting</i>	-	-	2.474	2.474
IR/CS diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	-	-	(841)	(841)
Em 31 de dezembro de 2021	31.139	(66.490)	(7.259)	(42.610)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas IFRS 1/CPC 37, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Tal reavaliação incluiu terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, que vem sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas e registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos), oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior, estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de variação cambial foi de R\$ 1.863, conforme nota explicativa nº 17.

c) Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ (7.259) decorre de:

- i) Valor justo dos planos de previdência (atuarial), no montante de R\$ (8.892);
- ii) Valor justo do *hedge accounting* de R\$ 2.474, devido ao resultado negativo das operações com instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge accounting* ainda não realizados no trimestre, com efeito de R\$ (841) de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre este saldo, saldo líquido de valor justo de *hedge accounting* R\$ 1.633. Tais valores são baixados do Patrimônio líquido para o resultado na medida em que ocorrem os vencimentos dos contratos de NDF e embarques das vendas em dólar ocorridos no respectivo mês do vencimento dos contratos.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30. Benefícios a empregados**30.1 Plano de previdência privada**

A Companhia e suas controladas, desde 1997, patrocinam plano de benefícios previdenciários intitulado Portobello Prev, administrado pelo Bradesco, que conta com 4.449 (3.638 em 31 de dezembro de 2020) participantes ativos e 23 (25 em 31 de dezembro de 2020) aposentados e pensionistas. O plano tem a característica de contribuição definida na fase de acumulação dos recursos. Na fase de concessão dos benefícios, o plano apresenta a característica de benefício definido, garantindo benefícios de aposentadoria e pensão vitaliciamente aos seus participantes. Além disso, oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, custeado exclusivamente pelas patrocinadoras.

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2020	86.892	81.320	Em 31 de dezembro de 2020	77.987	74.981
Benefícios pagos no ano	(4.642)	(3.005)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.052	1.186
Contribuições participante vertidas no ano	1.437	1.202	Juros sobre obrigação atuarial	6.951	4.135
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	2.697	1.552	Benefícios pagos no ano	(4.642)	(3.005)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	5.758	5.370	Obrigações - (ganho) ou perda	(5.430)	690
Perdas (ganhos) Financeiras	2.453	453			
Em 31 de dezembro de 2021	94.595	86.892	Em 31 de dezembro de 2021	75.918	77.987

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado					
		2021	2020		
Valor justo dos ativos do plano		94.595	86.892	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	5.430 (690)
Valor presente das obrigações financiadas		(75.918)	(77.987)	Ganho (perda) nos ativos do plano	2.453 453
Ativo (passivo) atuarial líquido		18.677	8.905	Ganho (perda) atuarial	7.883 (237)

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referentes ao resultado da gestão dos ativos, são:

Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.052)	(1.186)
Juros sobre as obrigações atuariais	(6.951)	(4.135)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	5.758	5.371
Contribuições de participantes no ano	1.437	1.202
Contribuições do empregador no ano	2.697	1.552
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	1.889	2.804

A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Econômicas e financeiras	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Taxa anual de juros	8,91 % a.a. nominal (inflação + 5,23 %a.a. real)	7,08 % a.a. nominal (inflação + 3,46 %a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	8,91 % a.a. nominal (inflação + 5,23%a.a. real)	7,08 % a.a. nominal (inflação + 3,46%a.a. real)
Inflação de longo prazo	3,50%	3,50%
Projeção de crescimento salarial	3,5 % a.a. nominal (0,00%a.a. real)	3,5 % a.a. nominal (0,00%a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	98%	98%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	98%	98%
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	1,10%	1,10%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

A Companhia também reconheceu, em 31 de dezembro de 2021, um ganho atuarial de R\$ 7.883 (R\$ (237) em 31 de dezembro de 2020) no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, referente aos pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados e atualização atuarial o reflexo é outras receitas operacionais, no valor de R\$ 1.889 (R\$ 2.804 em 31 de dezembro de 2020)

31. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, são demonstradas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receita bruta de vendas	2.032.037	1.470.595	2.410.628	1.675.221
Resultado com operação de <i>hedge</i> <i>accounting</i>	(11.442)	-	(11.442)	-
Deduções da receita bruta	(438.563)	(313.880)	(487.059)	(343.441)
Impostos sobre vendas	(371.545)	(260.785)	(407.057)	(282.180)
Devoluções e abatimentos	(67.018)	(53.095)	(80.002)	(61.261)
Receita líquida de vendas	1.582.032	1.156.715	1.912.127	1.331.780

A natureza operacional e a receita líquida são demonstradas da seguinte forma:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Venda produtos próprios	1.490.974	1.120.751	1.652.004	1.189.772
Revenda produtos de terceiros	91.058	35.964	152.366	70.343
Royalties	-	-	107.757	71.665
Receita operacional líquida	1.582.032	1.156.715	1.912.127	1.331.780

De modo geral, a Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de vendas.

32. Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas são demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.018.637)	(817.981)	(1.085.039)	(843.339)
Outros Custos (b)	-	(27.999)	-	(27.999)
Com Vendas	(275.434)	(223.424)	(421.287)	(319.148)
Gerais e Administrativas	(67.489)	(43.725)	(68.980)	(44.923)
	<u>(1.361.560)</u>	<u>(1.113.129)</u>	<u>(1.575.306)</u>	<u>(1.235.409)</u>
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	(660.618)	(438.217)	(651.702)	(341.309)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(311.229)	(251.522)	(366.850)	(299.516)
Mão de obra e serviços de terceiros	(90.464)	(53.776)	(102.385)	(58.577)
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	(65.274)	(56.277)	(67.230)	(56.893)
Custo das mercadorias revendidas	(68.670)	(51.497)	(127.382)	(161.670)
Amortização e depreciação	(53.066)	(47.217)	(72.216)	(59.777)
Outras despesas comerciais	(14.714)	(17.555)	(49.174)	(41.333)
Comissões sobre vendas	(37.560)	(33.942)	(50.662)	(39.936)
Despesas com marketing e publicidade	(36.921)	(34.163)	(48.183)	(40.985)
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	(32.638)	(14.444)	(32.638)	(14.444)
Despesas com aluguéis - não aplicável ao IFRS 16	(23.062)	(13.317)	(27.709)	(19.161)
Outras despesas administrativas	(5.354)	(5.499)	(5.804)	(5.857)
Variações nos estoques de produtos acabados e elaboração (a)	38.010	(95.703)	26.629	(95.951)
Total	<u>(1.361.560)</u>	<u>(1.113.129)</u>	<u>(1.575.306)</u>	<u>(1.235.409)</u>

a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, representando a realização das vendas de itens produzidos em exercícios anteriores.

b) Valores decorrentes da ociosidade do parque fabril de Tijuca e Marechal Deodoro.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

33. Outras receitas e despesas operacionais líquidas

O montante de outras receitas e despesas operacionais líquidas, são demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	691	634	691	634
Atualização atuarial (NE 30)	1.889	2.804	1.889	2.804
Ativo judicial - cédulas de crédito rural	-	-	-	13.160
Reversão provisão para contingência PIS e COFINS	-	16.188	-	16.188
Crédito Prêmio de IPI - Parcela Complementar	-	83.695	-	83.695
Reversões de provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias (a)	9.831	-	9.831	-
Créditos tributários	3.697	-	3.697	-
Outras receitas	10.104	5.090	12.172	7.859
	<u>26.212</u>	<u>108.411</u>	<u>28.280</u>	<u>124.340</u>
Outras despesas operacionais				
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	(20.791)	(8.751)	(22.854)	(8.751)
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias (a)	-	-	(9.831)	-
Tributos sobre Ativo Tributário	-	-	-	(1.322)
Crédito Prêmio de IPI - Parcela complementar - Polo Ativo	-	(69.584)	-	(69.584)
Honorários advocatícios (b)	(2.669)	(8.836)	(2.669)	(8.836)
Tributos sobre outras receitas	(453)	(215)	(520)	(246)
Rescisões contratuais de lojas próprias	-	-	(2.046)	-
Provisão para participação no resultado	(23.495)	(10.769)	(24.166)	(10.769)
Outras despesas	(9.229)	(5.295)	(14.274)	(5.624)
Total	<u>(56.637)</u>	<u>(103.450)</u>	<u>(76.360)</u>	<u>(105.132)</u>
Total líquido	<u>(30.425)</u>	<u>4.961</u>	<u>(48.080)</u>	<u>19.208</u>

(a) Receita no trimestre na controladora corresponde a reclassificação de processos para investidas.

(b) Refere-se a provisão dos honorários advocatícios, decorrente de ganho de causa tributária (NE 15.d).

34. Resultado financeiro

Os resultados financeiros são demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas financeiras				
Juros	4.526	6.773	6.586	7.094
Atualização de ativos	10.897	2.835	15.337	4.263
Ganho com operação de Swap (a)	2.406	8.682	2.406	8.682
Outros	180	307	503	2.794
Total	<u>18.009</u>	<u>18.597</u>	<u>24.832</u>	<u>22.833</u>
Despesas financeiras				
Juros	(36.123)	(23.080)	(38.378)	(25.360)
Encargos financeiros com tributos	(1.399)	(343)	(1.425)	(401)
Atualização provisões para contingências	(7.460)	(3.956)	(9.088)	(3.957)
Comissões e taxas de serviços	(8.640)	(10.494)	(14.675)	(13.352)

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Desagio (b)	(218)	(8.679)	(225)	(8.690)
Resultado de operação de Swap (a)	(2.402)	(5.026)	(2.402)	(5.026)
Juros sobre debêntures	(20.049)	(18.036)	(20.049)	(18.036)
Outros	(3.566)	(2.967)	(3.725)	(3.140)
Total	(79.857)	(72.581)	(89.967)	(77.962)
Varição cambial líquida				
Cientes e fornecedores	7.402	46.964	7.398	46.958
Empréstimos e financiamentos	(1.495)	(21.826)	(1.495)	(21.843)
Total	5.907	25.138	5.903	25.115
Total líquido	(55.941)	(28.846)	(59.232)	(30.014)

(a) Nota explicativa nº 7

(b) Deságio ano de 2020, referente ao recebimento do precatório (Polo Ativo) pelo BTGPactual - NE nº 15.c

35. Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação para 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	216.173	128.200
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (a)	147.623	155.312
Lucro básico e diluído por ação	1,46436	0,82544

a) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 6.542.817 ações em tesouraria, que foram compradas no exercício de 2021.

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

36. Dividendos

Em janeiro de 2021 houve a antecipação dos dividendos de 2020, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de janeiro de 2021, no valor de R\$ 0,1118 por ação, totalizando R\$ 17.279.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No dia 27 de abril de 2021, na Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o pagamento dos dividendos obrigatório e adicionais do ano de 2020, no valor total de R\$ 43.616 sendo R\$ 26.620 de dividendos e R\$ 19.545 de juros sobre capital próprio, R\$ (2.549) de imposto de renda na fonte, R\$ 16.996 de líquido de imposto de renda. Os valores por ação são R\$ 0,1804 e R\$ 0,1152 de dividendos e juros sobre capital próprio, respectivamente. Os proventos foram pagos no dia 13 de maio de 2021.

O valor total de proventos pagos referente ao exercício de 2020, foi de R\$ 60.895.

Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021 representam 25% do lucro da Companhia menos a Reserva Legal constituída no ano de 2021, que somam R\$ 51.341.

	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Dividendos 2021	
Lucro Líquido do exercício	216.173
Constituição da reserva legal (5%)	10.809
Lucro Líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	<u>205.364</u>
Dividendos	
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido)	(51.341)
Dividendos adicionais propostos	<u>(47.852)</u>
Total dos dividendos anuais	<u>(99.193)</u>

No dia 12 de agosto de 2021 em Reunião do Conselho da Administração, houve a aprovação de antecipação dos dividendos do primeiro semestre de 2021. O valor aprovado corresponde a R\$ 18.323, representando o valor de R\$ 0,1298 por ação. O pagamento da antecipação dos dividendos, foi realizado em setembro de 2021.

No dia 10 de novembro de 2021 em Reunião do Conselho da Administração, houve a aprovação de pagamentos dos dividendos do exercício de 2021. O valor aprovado corresponde a R\$ 80.870, representando o valor de R\$ 0,5736 por ação. O pagamento dos dividendos, foi realizado em novembro de 2021.

O valor total de proventos pagos em adiantamento referente ao exercício de 2021, foi de R\$ 99.193. A Companhia irá efetuar a posposta de pagamentos de dividendos adicionais em Assembleia Geral Ordinária no montante de R\$ 3.489. A Companhia distribuirá dividendos aos acionistas no montante de R\$ 102.682, referente ao exercício de 2021.

37. Informações por segmento

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva, esta que efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

De acordo com a definição da Administração, atualmente a Companhia está estruturada em quatro segmentos estratégicos, formados pelas unidades de negócios denominadas Portobello, Portobello Shop (PBShop), Pointer e Portobello America (PBA).

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Portobello detém a operação industrial dos produtos marca Portobello em Tijuca e atende os mercados “B2B” (*business-to-business service*), revenda multimarca, construtoras, grandes projetos, exportação e demais negócios do grupo. A Portobello Shop (PBShop) atua como franqueadora do Grupo, desenvolvendo o varejo da marca através da rede de lojas próprias e franquias. A Pointer detém a operação industrial dos produtos marca Pointer em Alagoas, com atuação regional no mercado do nordeste, norte e exportação. A Portobello America (PBA) representa a marca nos Estados Unidos, principal mercado na estratégia de internacionalização da Companhia.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional bruto.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

a) Informações por segmento de negócio do exercício de 2021:

	Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	1.510.218	401.909	1.912.127	1.054.714	277.066	1.331.780
Custo dos produtos vendidos	(811.996)	(273.043)	(1.085.039)	(706.422)	(164.917)	(871.339)
Lucro operacional bruto	698.222	128.866	827.088	348.292	112.149	460.441

Em relação ao mercado externo, a Companhia exporta para 57 países.

b) Informações por segmento de negócio do exercício de 2021:

	Em 31 de dezembro de 2020					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.331.780	(47.328)	682.049	185.850	393.724	117.485
Custo dos produtos vendidos	(871.338)	21.375	(429.292)	(128.610)	(245.885)	(88.926)
Lucro operacional bruto	460.442	(25.953)	252.757	57.240	147.839	28.559
*Eliminações entre negócios						
	Em 31 de dezembro de 2021					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.912.127	(70.333)	904.665	269.776	632.585	175.434
Custo dos produtos vendidos	(1.085.039)	68.555	(503.685)	(161.792)	(344.669)	(143.448)
Lucro operacional bruto	827.088	(1.778)	400.980	107.984	287.916	31.986
*Eliminações entre negócios						

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

38. Compromissos para aquisição de ativos

Em 31 de dezembro de 2021, os gastos contratados referentes a imobilizado, porém ainda não incorridos, somam R\$ 9.270 (em 31 de dezembro de 2020 somavam R\$ 18.742). Tais gastos são correspondentes à modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

39. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2021, é considerada suficiente para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

Tipo de Apólice	Limite Máximo Indenizável	Vencimento
Transporte internacional - Importação Portobello	USD 9.000	31/12/2022
Transporte internacional - Importação Pointer	USD 12.000	30/09/2022
Seguro Patrimonial - Lojas Próprias	8.400	25/05/2022
Seguro Patrimonial - Pointer (Prédio Alagoas)	61.000	13/06/2022
Responsabilidade Civil Administradores (D&O)	40.000	27/08/2022
Seguro responsabilidade Civil Geral (Tijucas/Pointer)	6.520	14/04/2022
Seguro Patrimonial PBG (Tijucas/Pointer/CD's) LMI Único	305.000	13/06/2022
Seguro de vida em grupo e Assistência Funeral	450.538	01/03/2022
Seguro Cyber	7.000	01/07/2022
Seguro de automóvel	73 (veículos)	15/11/2022
Seguro Garantia Contrato Engie EBC-18.1710-CVE-CL	2.613	31/12/2022
Seguro Garantia Contrato Engie	5.709	01/03/2023
Garantia na modalidade judicial (a)	28.000	18/06/2025
Garantia na modalidade judicial	1.408	24/04/2023
Garantia na modalidade judicial	417	26/04/2023
Garantia na modalidade judicial	3.899	26/04/2024
Garantia na modalidade judicial	315	10/05/2022
Garantia na modalidade judicial	10.603	10/05/2022
Garantia na modalidade judicial	1.534	13/05/2024
Garantia na modalidade judicial	132	03/03/2023
Garantia na modalidade judicial	261	26/01/2026
Garantia na modalidade judicial	129	26/04/2023
Garantia na modalidade judicial (b)	53.070	03/05/2026
Garantia na modalidade judicial	1.366	03/05/2026
Garantia na modalidade judicial	734	03/05/2026

(a) A apólice de seguro garantia, emitida na modalidade judicial, no valor de R\$ 28.000 restou apresentada nos autos da Reclamatória Trabalhista, em que pugna pelo pagamento de verbas trabalhistas, atualmente em trâmite perante a 15ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. O valor da garantia expressa nessa Apólice abrange o valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multa, honorários advocatícios, juros de 1% ao mês e atualização monetária pelo TR.

(b) A apólice de seguro garantia no valor de R\$ 53.070 restou apresentado nos autos da ação cautelar proposta pela Companhia, em face da União – Fazenda Nacional para fins de obtenção da certidão de regularidade fiscal. Após citada em eventual execução fiscal, a Companhia irá requerer a conversão desta caução em penhora. O crédito tributário garantido é originário do desmembramento do Auto de Infração nº 10983-721.445/2014-78, nos termos da NE 28 (b).

40. Empresas ligadas e partes relacionadas

As operações entre as empresas do Grupo Portobello envolvem a Controladora e suas Controladas, bem como as pessoas ligadas aos controladores e administradores do Grupo. As operações, referem-se às transações comerciais de compra e venda de produtos acabados, produtos em elaboração e

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

matérias primas, dividendos, processos tributários, locação de imóveis e contratação de serviços de operações logísticas, softwares, infraestrutura e marketplace. Abaixo, apresentamos os valores contábeis referente às operações abordadas acima:

Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Controladas			
Dividendos			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	-	53.023
Ativos líquidos dos passivos com controladas		-	53.023
Transações comerciais			
Contas a receber líquido de adiantamentos	Portobello Shop S.A.	1	805
Contas a receber líquido de adiantamentos	Portobello America, Inc.	111.796	45.309
Contas a receber	Cia Brasileira de Cerâmica	402	227
Contas a receber	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	6.913	8.232
Adiantamento a clientes	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	(199)	(2.581)
Contas a pagar líquido de adiantamentos	Cia Brasileira de Cerâmica	(170)	(19)
Contas a pagar líquido de adiantamentos	Mineração Portobello Ltda.	(1.819)	(1.467)
Ativos líquidos dos passivos com controladas		116.924	50.506
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Dívida com pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	(56.330)	(56.330)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	5	378
Contas a receber líquido de adiantamentos	Riveste Comercio Ltda.	559	
Contas a receber líquido de adiantamentos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	193	-
Contas a receber líquido de adiantamentos	Multilog Sul Armazéns S/A	-	6
Contas a pagar	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(6.058)	(6.575)
Contas a pagar	AB Parking	(9)	(13)
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		(61.640)	(62.534)
		Consolidado	
Natureza - Resultado	Empresa	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Receitas			
Controladas			
Venda de produtos	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	105.543	60.236
Venda de produtos	Cia Brasileira de Cerâmica	1.519	618
Venda de produtos	Portobello America, Inc.	87.946	40.370
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	29.512	22.767
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	18.114	10.296
Despesas			

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Natureza - Resultado	Empresa	Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Controladas			
Compra insumos	Mineração Portobello Ltda.	(10.828)	(7.972)
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Aluguel	Gomes Part Societárias Ltda.	(685)	(457)
Serviços de frete	Multilog Sul Armazéns S/A	(3.607)	(6.134)
Serviço de cortes	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(11.711)	(14.664)
Serviços de estacionamento	AB Parking	(280)	(282)
		215.523	104.778

A Controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma Controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza - Patrimonial	Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	61	690
Riveste Comercio Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	968	-
PBTech Com. Sem. Cer. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	1.095	-
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	515	351
		2.639	1.041

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza - Patrimonial	Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Royalties	8.983	6.694
Riveste Comercio Ltda.	Royalties	2.552	-
PBTech Com. Sem. Cer. Ltda.	Royalties	30.865	-
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Royalties	5.740	2.573
		48.140	9.267

Remuneração de pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da Administração, que compreendem os membros da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e gerência, registradas em 31 de dezembro de 2021, são:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Remuneração fixa				
Salários	16.817	13.213	18.548	14.893
Honorários	7.973	6.571	7.973	6.571
Remuneração variável	5.768	1.869	6.302	2.197
Plano de previdência	1.109	838	1.161	872
Benefícios por desligamento	482	115	527	154
Outros	2.415	1.807	2.624	1.998
	<u>34.564</u>	<u>24.413</u>	<u>37.135</u>	<u>26.683</u>

41. Eventos subsequentes

A Companhia identificou do período do fechamento de exercício de 2021 até a data de publicação das Demonstrações Financeiras, o seguinte evento subsequente:

(a) Em 16 de março de 2021, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 3.489.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PBG S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2021, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado, notas explicativas, bem como o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes. Foram examinadas também as demonstrações consolidadas. Após os exames e os esclarecimentos da Administração, o Conselho Fiscal, levando também em conta o parecer dos auditores Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, emitido em Março de 2022 sem ressalvas, e de parecer que, em seus principais aspectos, as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da PBG S.A. e o resultado de suas operações, estando em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. Adicionalmente, foram analisadas as propostas da administração relativas à modificação do capital social e a distribuição de dividendos, as quais também estão em condições de serem submetidas a apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Tijucas, 16 de Março de 2022.

Jorge Muller

Maro Marcos Hadlich Filho

Carlos Eduardo Zoppello Brennand

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações anuais da Companhia findo em 31.12.2021; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, relativamente às Informações Anuais da Companhia findo em 31.12.2021.

Composição da Diretoria

Mauro do Valle Pereira – Diretor Presidente

Ronei Gomes – Vice-Presidente de finanças e de Relações com Investidores

Edson Luiz Mess Stringari – Vice-Presidente Jurídico e Compliance

Tijucas, 16 de março de 2022.

Mauro do Valle Pereira

Ronei Gomes

Edson Luiz Mess Stringari